



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL

Departamento de Estatísticas Sociais
Serviço de Estatísticas das Condições de Vida

INQUÉRITO ÀS CONDIÇÕES DE VIDA E RENDIMENTO

(Statistics on Income and Living Conditions - EU-SILC)

> ICOR <

- Documento metodológico -

> Janeiro de 2011 <

ÍNDICE

I CARACTERIZAÇÃO GERAL 6

1.	CÓDIGO/VERSÃO	6
2.	CÓDIGO SIGINE	6
3.	DESIGNAÇÃO	6
4.	ACTIVIDADE ESTATÍSTICA/FAMÍLIA DE ACTIVIDADES/ ÁREA DE ACTIVIDADE	6
5.	OBJECTIVOS	6
6.	DESCRIÇÃO	6
7.	ENTIDADE RESPONSÁVEL	7
8.	RELACIONAMENTO COM O EUROSTAT	7
9.	FINANCIAMENTO.....	7
10.	ENQUADRAMENTO LEGAL.....	7
11.	OBRIGATORIEDADE DE RESPOSTA	8
12.	TIPO DE OPERAÇÃO ESTATÍSTICA.....	9
13.	TIPO DE FONTE DE INFORMAÇÃO UTILIZADA.....	9
14.	PERIODICIDADE DE REALIZAÇÃO DA OPERAÇÃO	9
15.	ÂMBITO GEOGRÁFICO	9
16.	UTILIZADORES DA INFORMAÇÃO	9
16.1	INTERNOS.....	9
16.2	NACIONAIS	8
16.3	INTERNACIONAIS	9
16.4	OUTROS UTILIZADORES	8
17.	DATA DE INÍCIO	10
18.	PRODUTOS.....	10
18.1	PADRÃO DE QUALIDADE	10
18.2	TIPO DE PRODUTOS PREVISTOS	10

II CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA 11

19.	POPULAÇÃO.....	11
19.1	UNIVERSO	11
19.2	UNIVERSO DE REFERÊNCIA	11
20.	BASE DE AMOSTRAGEM	11
21.	UNIDADE AMOSTRAL.....	12

22.	UNIDADES DE OBSERVAÇÃO	12
23.	DESENHO DA AMOSTRA.....	12
23.1	CARACTERÍSTICAS DA AMOSTRA	12
23.2	DIMENSIONAMENTO.....	12
23.3	SELECÇÃO DA AMOSTRA.....	13
23.4	DIMENSÃO	14
24.	DESENHO DO QUESTIONÁRIO.....	17
24.1	METODOLOGIA SEGUIDA PARA O DESENHO DO QUESTIONÁRIO	17
24.2	TEMPO MÉDIO PARA PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO	17
24.3	TESTES EFECTUADOS AO QUESTIONÁRIO.....	18
25.	RECOLHA DE DADOS.....	19
25.1	PERÍODO DE REFERÊNCIA DOS DADOS.....	19
25.2	PERÍODO DE RECOLHA	21
25.3	DATA DE EXPEDIÇÃO DAS CARTAS DE AVISO.....	21
25.4	CONTACTO INICIAL	21
25.5	MÉTODO DE RECOLHA	21
25.6	INSISTÊNCIAS/TRATAMENTO DE RECUSAS.....	21
25.7	CRITÉRIO UTILIZADO PARA FECHO DO INQUÉRITO	21
25.8	POSSIBILIDADE OU NÃO DE INQUIRIDOS <i>PROXY</i>	22
25.9	UTILIZAÇÃO DE INCENTIVOS	22
25.10	DISPONIBILIZAÇÃO DE APOIO AOS RESPONDENTES	22
25.11	FORMAÇÃO AOS ENTREVISTADORES.....	22
25.12	CAPTURE DE DADOS	22
25.13	TRABALHOS DE CAMPO	23
26.	TRATAMENTO DOS DADOS.....	23
26.1	VALIDAÇÕES DA INFORMAÇÃO	23
27.	TRATAMENTO DE NÃO RESPOSTAS	24
27.1	TRATAMENTO DE NÃO RESPOSTAS TOTAIS	24
27.2	TRATAMENTO DE NÃO RESPOSTAS PARCIAIS	24
27.3	SOFTWARE UTILIZADO	24
28.	ESTIMAÇÃO E OBTENÇÃO DE RESULTADOS	24
28.1	ESTIMAÇÃO DE RESULTADOS	24
28.2	SOFTWARE UTILIZADO	46
28.3	OBTENÇÃO DE RESULTADOS	46
29.	SÉRIES TEMPORAIS.....	46
30.	CONFIDENCIALIDADE DOS DADOS	48
31.	AVALIAÇÃO DA QUALIDADE ESTATÍSTICA	48

31.1	ERROS NÃO DEVIDOS À AMOSTRAGEM	48
31.2	ERROS DE AMOSTRAGEM.....	48
31.3	COERÊNCIA	50
31.4	OUTROS PARÂMETROS DE QUALIDADE	50
32.	RECOMENDAÇÕES NACIONAIS E INTERNACIONAIS.....	50
III CONCEITOS.....		50
IV CLASSIFICAÇÕES		109
V VARIÁVEIS.....		111
33.	VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO	111
34.	VARIÁVEIS DERIVADAS	111
35.	INFORMAÇÃO A DISPONIBILIZAR.....	111
VI SUPORTES DE RECOLHA.....		113
36.	QUESTIONÁRIO	113
37.	FICHEIROS.....	113
VII ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS		114
VIII BIBLIOGRAFIA.....		115

INTRODUÇÃO

A Comunidade Europeia, através dos artigos 136º, 137º e 285º do seu Tratado, institui a elaboração de estatísticas sobre o rendimento, condições de vida e exclusão social. Esta orientação é reforçada, nos Conselhos Europeus de Lisboa (Março de 2000), Nice (Dezembro de 2000) e Laeken (Dezembro de 2001), ao estabelecerem a necessidade do seu estudo com base em indicadores estruturais de coesão social que monitorizem as tomadas de decisão nesta área.

Neste âmbito, surge o projecto de criação de uma base de dados estatística europeia denominada **EU-SILC** (*Statistics on Income and Living Conditions*) que permita o cálculo dos referidos indicadores em condições de comparabilidade entre os países. As normas de implementação desta base de dados encontram-se definidas através do **Regulamento CE nº 1177/2003** do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Junho, relativo às estatísticas do rendimento e das condições de vida na Comunidade (EU-SILC).

Este projecto substitui o anterior Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados (PEADP ou, no acrónimo inglês, ECHP - *European Community Household Panel*), realizado em vagas sucessivas junto de um painel fixo de famílias, entre 1994 e 2001.

O balanço desta experiência europeia de oito anos, através de um inquérito de raiz comunitária resultando de um esforço de harmonização entre os estados-membros na procura da construção de estatísticas comparáveis, multi-dimensionais e longitudinais (permitindo análises dinâmicas para uma amostra fixa ao longo dos anos), identificou um conjunto de questões quer quanto ao conteúdo quer quanto ao carácter operacional que estão na base da formulação e concepção do *EU-SILC*.

Portugal, não dispondo de uma fonte de informação estatística neste domínio, que permita a transmissão de informação adequada, procedeu à implementação do Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (ICOR), a partir de 2004 e ao abrigo do regulamento quadro comunitário já referido.

A experiência dos primeiros anos de inquirição e a aplicação do modelo de imputação de não respostas e estimação de resultados, bem como uma primeira experiência de validação de resultados longitudinais (biénio 2004-2005), resultaram na reformulação do questionário em 2008, que assumiu com prioridade a utilização dos conceitos fiscais como padrão de referência para a definição das questões. Em 2009, procedeu-se à avaliação do questionário 2008, de que resultou uma versão consolidada do questionário. Todavia, ocorrem frequentemente alterações nas directrizes técnicas ao nível comunitário (documento EU-SILC 065¹), cujo reconhecimento tem implicado a revisão anual e pontual do questionário.

Importa ainda referir que em 2009, para fazer face à perda sistemática de unidades foi decidido reforçar a amostra através das novas rotações durante um período temporal de 4 anos.

¹ "Description of target variables: Cross-sectional and Longitudinal - 2011 operation", EU-SILC 065 (2011 operation), Luxembourg, Eurostat, Version November 2010

A operação 2011 reflecte as seguintes alterações:

- adopção da Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010);
- individualização do valor das amortizações hipotecárias relativas à residência principal;
- especificação do conceito de cozinha, no âmbito do apuramento das divisões habitáveis do alojamento, como “espaço utilizado exclusivamente para a confecção de refeições” e por isso mesmo excluída;;
- alargamento do âmbito de apuramento da capacidade financeira do agregado para assegurar uma semana de férias por ano a todo o agregado, às situações em que são utilizadas residências secundárias ou de familiares/amigos para esse efeito.

I CARACTERIZAÇÃO GERAL

1. Código/versão

Código: 102

Versão:3.1

2. Código SIGINE

CV0014.

3. Designação

ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

4. Actividade Estatística/Família de Actividades/ Área de Actividade

- Área de actividade: 35 - Rendimento e Condições de Vida
- Família de actividades: 351 - Estatísticas do Rendimento e Condições de Vida
- Actividade estatística: 296 - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (ICOR)

5. Objectivos

De forma sucinta, os objectivos do ICOR são a produção de estatísticas sobre a distribuição do rendimento, as condições de vida e exclusão social com ênfase na comparabilidade de dados entre os países da comunidade e na inquirição transversal e longitudinal ao rendimento e exclusão social.

6. Descrição

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento é uma operação estatística que permite a análise:

- da composição e distribuição do rendimento das famílias e dos indivíduos;
- das condições de vida (condições de habitação e conforto, capacidade financeira, etc.);

- do impacto das transferências sociais ao nível da pobreza e exclusão social;
- da ligação entre a pobreza e exclusão social e a actividade económica, emprego, tipologia sócio-familiar, educação, saúde e habitação.

É uma operação estatística realizada anualmente por entrevista directa junto de uma amostra representativa dos agregados familiares do território nacional (Continente e Regiões Autónomas).

Nota: As questões do Módulo 2011 (questões PM1 a PM26) são inquiridas no final do questionário do indivíduo do ICOR 2011.

7. Entidade responsável

Unidade orgânica responsável: DES/CV

Técnico responsável:

Nome: Eduarda Góis

Telefone: 21 842 62 37

E-mail: eduarda.gois@ine.pt

Fax: 21 842 63 78

8. Relacionamento com o EUROSTAT

Unidade orgânica responsável no Eurostat: Unit F-3: Living conditions and social protection

Técnico responsável:

Nome: Pascal Wolff

Telefone: + 352 4301 33660

E-mail: pascal.wolff@ec.europa.eu

Fax: + 352 4301 35 979

9. Financiamento

Desde 2008, a operação estatística decorre de financiamento nacional (100%).

10. Enquadramento legal

- Regulamento (CE) n.º 1177/2003 de 16 de Junho de 2003 relativo às estatísticas do rendimento e das condições de vida na Comunidade (EU-SILC).
- Regulamento (CE) n.º 1980/2003 de 21 de Outubro de 2003 que aplica o regulamento n.º 1177/2003 no que respeita às definições.
- Regulamento (CE) n.º 1981/2003 de 21 de Outubro de 2003 que aplica o regulamento n.º 1177/2003 no que respeita aos aspectos do trabalho de campo e aos procedimentos de imputação.
- Regulamento (CE) n.º 1982/2003 de 21 de Outubro de 2003 que aplica o regulamento n.º 1177/2003 no que respeita às normas de amostragem e de monitorização.

- Regulamento (CE) n.º 1983/2003 de 7 de Novembro de 2003 que aplica o regulamento n.º 1177/2003 no que respeita à lista de variáveis - alvo primárias.
- Regulamento (CE) n.º 28/2004 de 5 de Janeiro de 2004 que aplica o regulamento n.º 1177/2003 no que diz respeito ao conteúdo pormenorizado dos relatórios de qualidade intercalar e final.
- Regulamento (CE) n.º 16/2004 da Comissão, de 6 de Janeiro de 2004, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas do rendimento e das condições de vida na UE (EU-SILC) no que respeita à lista de variáveis-alvo secundárias relativas à “transmissão intergeracional da pobreza”;
- Regulamento (CE) n.º 13/2005 da Comissão, de 6 de Janeiro de 2005, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas do rendimento e das condições de vida na UE (EU-SILC) no que respeita à lista de variáveis-alvo secundárias relativas à “participação social”;
- Regulamento (CE) n.º 315/2006 da Comissão, de 22 de Fevereiro de 2006, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas do rendimento e das condições de vida na UE (EU-SILC) no que respeita à lista de variáveis-alvo secundárias referentes às condições de alojamento;
- Regulamento (CE) n.º 215/2007 da Comissão, de 28 de Fevereiro de 2007, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas do rendimento e das condições de vida na UE (EU-SILC) no que respeita à lista de variáveis-alvo secundárias relativas ao Endividamento e à exclusão financeira;
- Regulamento (CE) n.º 362/2008 do Conselho, de 14 de Abril de 2008, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas do rendimento e das condições de vida na UE (EU-SILC) no que respeita à lista de 2009 das variáveis-alvo secundárias relativas à privação material;
- Regulamento (CE) n.º 646/2009 da Comissão, de 23 de Julho de 2009, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas do rendimento e das condições de vida na UE (EU-SILC) no que respeita à lista de 2010 das variáveis-alvo secundárias relativas à partilha de recursos no seio do agregado doméstico privado.
- Regulamento (UE) n.º 481/2010 da Comissão, de 1 de Junho de 2010, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas do rendimento e das condições de vida na UE (EU-SILC) no que respeita à lista de 2011 das variáveis-alvo secundárias relativas à transmissão intergeracional de desvantagens sociais.
- Regulamentos (CE) 322/97 de 17 de Fevereiro, do Conselho, relativo às estatísticas comunitárias; 1101/2008 de 22 de Outubro, do Conselho, relativo à transmissão de informações abrangidas pelo segredo estatístico ao Serviço de Estatística das Comunidades Europeias.

11. Obrigatoriedade de resposta

O instrumento de notação encontra-se registado no Sistema Estatístico Nacional (SEN), sendo de resposta obrigatória.

É ainda de aplicação obrigatória por regulamento comunitário.

12. Tipo de operação estatística

Inquérito amostral.

13. Tipo de fonte de informação utilizada

Directa.

14. Periodicidade de realização da operação

Anual.

15. Âmbito geográfico

País.

16. Utilizadores da informação

Internos (ao SEN)

- INE/DES
- INE/DCN
- GEP/MTSS

Nacionais

- Sociedades não Financeiras (Empresas): Empresas de Comunicação Social
- Pessoas Singulares: Investigadores e público em geral

Comunitárias e Internacionais

- União Europeia
 - Instituições da União Europeia. - Serviço de Estatística das Comunidades Europeias (EUROSTAT).

Relativamente às necessidades de informação conhecidas, o INE/DES, INE/DCN e EUROSTAT fazem uso da totalidade da informação disponível, em particular no quadro dos Regulamentos (CE) 322/97 de 17 de Fevereiro, do Conselho; e 1101/2008 de 22 de Outubro, do Parlamento Europeu e do Conselho no que respeita ao EUROSTAT.

Os investigadores têm acesso a bases de dados anonimizadas. Os resultados apresentados no Destaque à Comunicação Social, a informação constante do Portal do INE e a publicação anual dos principais apuramentos obtidos são de acesso à Comunicação Social e ao público em geral. O DES dá ainda resposta a pedidos específicos de informação não publicada (quadros) a pedido do INE/DCN, GEP/MTSS e de Investigadores.

17. Data de início

2004.

18. Produtos

Padrão de Qualidade

12 meses após o final do período de recolha.

Tipo de produtos previstos

- Tipo: Ficheiro de microdados
 - Designação: ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
 - Periodicidade de disponibilização: anual
 - Nível geográfico: País
 - Tipo de disponibilização: Por regulamento
 - Tipos de utilizador: EUROSTAT – Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
-
- Tipo: Ficheiro de microdados
 - Designação: ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
 - Periodicidade de disponibilização: anual
 - Nível : unidades estatísticas de observação dos dados
 - Tipo de disponibilização: utilização interna
 - Tipo de utilizador: INE/DES
-
- Tipo: Destaque
 - Designação: Rendimento e Condições de Vida
 - Periodicidade de disponibilização: anual
 - Nível geográfico: País
 - Tipo de disponibilização: não sujeito a tarificação
 - Tipos de utilizador: comunicação social e público em geral
-
- Tipo: Portal do INE
 - Designação: ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
 - Periodicidade de disponibilização: anual
 - Nível geográfico: País
 - Tipo de disponibilização: não sujeito a tarificação
 - Tipos de utilizador: Público em geral
-
- Tipo: Quadros a pedido
 - Designação: ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

- Periodicidade de disponibilização: anual
 - Nível geográfico: País
 - Tipo de disponibilização: utilização interna
 - Tipos de utilizador: INE/DCN
-
- Tipo: Quadros a pedido
 - Designação: ICOR – Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
 - Periodicidade de disponibilização: anual
 - Nível geográfico: País
 - Tipo de disponibilização: sujeito a tarificação
 - Tipos de utilizador: Investigadores e GEP/MTSS

II CARACTERIZAÇÃO METODOLÓGICA

19. População

Universo

O universo é o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional.

Universo de referência

O universo de referência é o conjunto de todos os indivíduos residentes no território nacional que, no período de referência, vivam em alojamentos familiares (considerando ser essa a sua residência principal).

20. Base de amostragem

A amostra do ICOR é seleccionada a partir de uma base de amostragem denominada “Amostra-Mãe” que o INE utiliza para a realização de inquéritos às famílias.

Esta base é constituída por alojamentos familiares e foi seleccionada a partir dos dados do Recenseamento da População e Habitação de 2001 (Censos 2001), facto pelo qual se designa por AM-2001.

Os alojamentos colectivos, que compreendem os hotéis e similares e ainda as convivências (apoio social, educação, militar, prisional, religiosa, saúde, trabalho e outras) foram excluídos da AM-2001 e como tal, não fazem parte da amostra do ICOR.

Para mais informações sobre a AM-2001 dever-se-á consultar o documento "Metodologia da Amostra-Mãe 2001".

21. Unidade amostral

Alojamento de residência principal.

22. Unidades de observação

Agregado doméstico privado;

Indivíduos.

23. Desenho da amostra

Características da amostra

Tipo de amostragem: probabilística

Tipo de dados: transversais e longitudinais

Dimensionamento

O dimensionamento da amostra foi efectuado a nível nacional de forma a garantir dimensões mínimas efectivas da amostra nas componentes transversais e longitudinais conforme o Regulamento (CE) N.º 1177/2003 de 16 de Junho.

Em primeiro lugar, determinou-se a dimensão da amostra (n) em número de agregados segundo um esquema de amostragem aleatória simples (AAS) e admitindo que a principal medida do rendimento dos agregados é a taxa de pobreza (proporção da população com rendimento por adulto equivalente, inferior a 60% da mediana).

$$n_{AAS} = \frac{k^2 N Q}{k^2 Q + P N E^2}$$

onde,

E = Erro relativo de amostragem;

N = Dimensão da população em número de agregados (famílias clássicas segundo os Censos 2001);

P = Valor hipotético da taxa de pobreza;

Q = $1-P$;

k = 1,96 (quantil de probabilidade 95% de uma distribuição normal).

Como as unidades amostrais do ICOR são os alojamentos, dividiu-se o número de agregados a inquirir pelo número médio de agregados por alojamento:

$$a_{AAS} = n_{AAS} \times \frac{A}{N}$$

onde,

a_{AAS} = Número de alojamentos na amostra segundo um esquema AAS

n_{AAS} = Número de agregados na amostra segundo um esquema AAS

A = Número de alojamentos familiares de residência principal na população (Censos 2001)

N = Número de agregados na população (famílias clássicas segundo os Censos 2001)

Uma vez que a amostra do ICOR é seleccionada a partir da AM-2001, o esquema de amostragem não corresponde a uma amostra aleatória simples mas sim a um esquema mais complexo (que inclui estratificação e selecção de unidades em várias etapas: áreas e depois alojamentos).

Assim, para se obter a mesma precisão num esquema mais complexo face a um esquema simplesmente aleatório, é necessário multiplicar a dimensão da amostra calculada anteriormente (a_{AAS}) por um factor denominado *deff* (efeito do desenho da amostra).

Este factor corresponde ao quociente entre a variância de um estimador segundo um esquema complexo e a variância desse mesmo estimador considerando um esquema aleatório simples.

Para fazer face a problemas de desactualização da AM-2001 e às não respostas que são características em qualquer inquérito, acrescentou-se ainda um factor de correcção da dimensão da amostra (*f*).

Significa isto que a dimensão final da amostra em número de alojamentos (a_C), é dada por:

$$a_C = f \cdot deff \cdot a_{AAS}.$$

Seleccção da amostra

No primeiro ano da operação (2004), a amostra foi seleccionada a partir da AM-2001 introduzindo uma nova etapa no processo de selecção escolhendo aleatoriamente 542 áreas de entre as 1408 que constituem esta base.

Na etapa seguinte, seleccionaram-se em cada uma das áreas da etapa anterior 12 alojamentos familiares de residência principal, sendo que dentro destes não se realiza qualquer amostragem, dado que se recolhe informação sobre todos os agregados e indivíduos que aí tenham a sua residência principal.

Para o cálculo das probabilidades de selecção dos alojamentos, teve que se ter em conta dois aspectos: 1º) a probabilidade de selecção das áreas do ICOR e 2º) a probabilidade de selecção dos alojamentos dentro das áreas escolhidas.

Assim, a probabilidade de selecção de cada alojamento calcula-se da seguinte forma:

$$\pi_k = \pi_{i j h} = \pi_{j h} \cdot \frac{r_h}{s_h} \cdot \frac{12}{A_{j h}}$$

onde,

$\pi_{i j h}$ - Probabilidade de selecção do alojamento i na área j no estrato h;

$\pi_{j h}$ - Probabilidade de selecção da área j da AM-2001 no estrato h;

s_h - Número de áreas da AM-2001 no estrato h;

r_h - Número de áreas seleccionadas para o ICOR no estrato h;

$A_{j h}$ - Total de alojamentos de residência principal na área j do estrato h;

Como no ICOR são entrevistados todos os agregados e todos os indivíduos que considerem ser o alojamento seleccionado a sua residência principal, a probabilidade associada a cada uma destas unidades, é igual à probabilidade do alojamento a que ela pertence.

Ao inverso da probabilidade de selecção de cada unidade (alojamento, agregado ou indivíduo), chama-se ponderador inicial ou *design weight* dessa unidade.

Com vista à redução dos custos de deslocação, os alojamentos foram escolhidos sequencialmente (em bloco) de acordo com uma ordenação pré-estabelecida em cada área e que na prática corresponde a uma proximidade geográfica dos alojamentos.

Dimensão

Considerando,

- Um erro relativo de amostragem de 10%;
- Um referencial de 19% para a taxa de pobreza;
- Um efeito de desenho da amostra igual a 3;
- Uma taxa de correcção da amostra de 35% ($f=1,35$),

No primeiro ano chegou-se a uma dimensão² de *6504 unidades de alojamento* de residência principal com a seguinte repartição por NUTS II (escolhendo 12 unidades de alojamento por área):

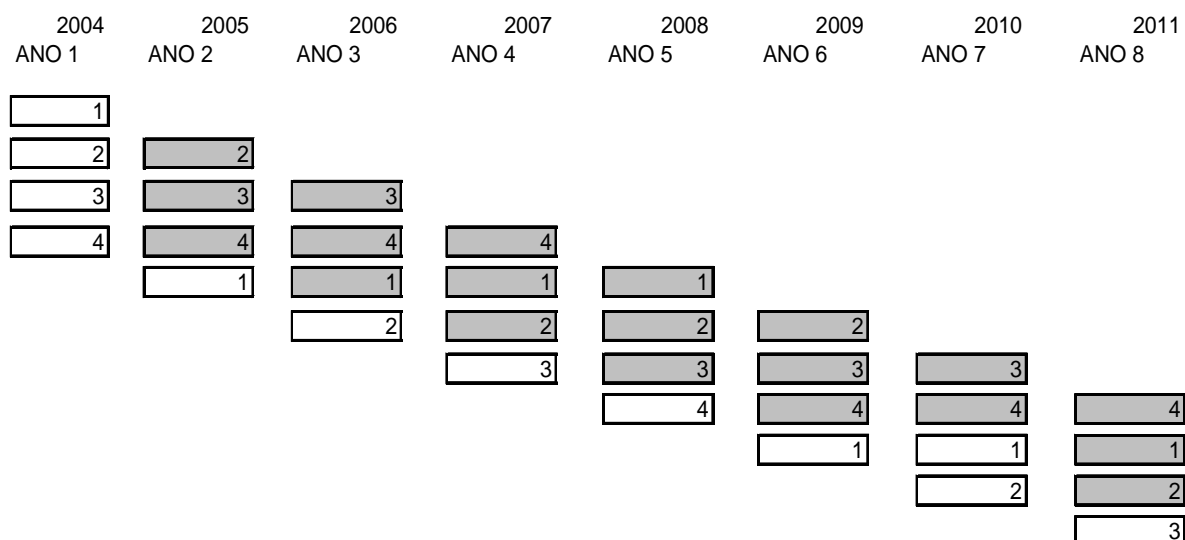
Região	U.A.	Áreas
Norte	1596	133
Centro	1332	111
Lisboa	1452	121
Alentejo	780	65
Algarve	564	47
Açores	384	32
Madeira	396	33

Após o estudo de diversas opções possíveis optou-se por um modelo amostral com uma dinâmica de rotatividade de 1/4 da amostra em cada ano, sendo que nenhum agregado ou indivíduo permanecerá na amostra por mais do que 4 anos consecutivos. Este esquema para além de permitir estudos longitudinais e transversais, previne ainda o esforço excessivo da inquirição sobre os respondentes.

A amostra total está dividida em quatro sub-amostras (rotações) e em cada ano cada sub-amostra é substituída por outra depois de ter sido observada quatro vezes (com excepção das três primeiras sub-amostras do primeiro ano, como se pode ver no diagrama). Os alojamentos que saem da amostra são substituídos por outros da mesma área, enquanto as áreas permanecem fixas ao longo do tempo.

A partir do segundo ano, todas as novas sub-amostras terão um horizonte temporal de inquirição de 4 anos.

² Por questões de facilidade, este cálculo foi feito tomando um P como uma proporção simples. Na realidade, a taxa de pobreza é uma estatística mais complexa uma vez que o limiar de pobreza é definido à custa da mediana do rendimento, também ela sujeita a variabilidade. Espera-se, no entanto, que seja diminuto o impacto desta medida na dimensão da amostra.



Amostra Transversal no Ano 1 = $\{1\} \cup \{2\} \cup \{3\} \cup \{4\}$

Amostra Transversal no Ano 2 = $\{2\} \cup \{3\} \cup \{4\} \cup \{1\}$

...

Amostra Longitudinal no Ano 1 = $\{ \}$

Amostra Longitudinal no Ano 2 = $\{2\} \cup \{3\} \cup \{4\}$

Amostras Longitudinais no Ano 3

$\{3\} \cup \{4\}$ (análise trienal)

$\{3\} \cup \{4\} \cup \{1\}$ (análise bienal)

Amostras Longitudinais no Ano 4

$\{4\}$ (análise quadrienal)

$\{4\} \cup \{1\}$ (análise trienal)

$\{4\} \cup \{1\} \cup \{2\}$ (análise bienal)

Software utilizado no desenho da amostra: SAS.

Em 2009, para fazer face à perda sistemática de unidades foi decidido reforçar a amostra através das novas rotações durante um período temporal de 4 anos. Este aumento reflectia-se apenas no número de alojamentos a seleccionar em cada uma das áreas já que estas permaneciam fixas ao longo do tempo. A partir de 2012 a amostra terá uma dimensão (inicial) de 9643 unidades de alojamento.

Quadro 1 – Dimensão por NUTS II

Região	Áreas	2004-2008		2009		2010		2011		2012	
		UA (Área x Rot)	UA	UA (Área x Rot)	UA	UA (Área x Rot)	UA	UA (Área x Rot)	UA	UA (Área x Rot)	UA
Norte	133	3	1596	4	1729	4	1862	4	1995	4	2128
Centro	111	3	1332	5	1554	5	1776	5	1998	4	2109
Lisboa	121	3	1452	5	1694	5	1936	4	2057	5	2299
Alentejo	65	3	780	5	910	4	975	5	1105	5	1235
Algarve	47	3	564	4	611	4	658	4	705	5	799
Açores	32	3	384	4	416	4	448	4	480	4	512
Madeira	33	3	396	4	429	5	495	4	528	4	561
Total	542		6504		7343		8150		8868		9643

24. Desenho do questionário

Metodologia seguida para o desenho do questionário

O questionário de 2011 mantém o desenho do ano anterior, integrando apenas as seguintes alterações decorrentes do ajustamento das linhas directrizes comunitárias (documento EU-SILC 065³):

- adopção da Classificação Portuguesa das Profissões de 2010 (CPP/2010);
- individualização do valor das amortizações hipotecárias relativas à residência principal;
- especificação do conceito de cozinha, no âmbito do apuramento das divisões habitáveis do alojamento, como “espaço utilizado exclusivamente para a confecção de refeições” e por isso mesmo excluída;
- alargamento do âmbito de apuramento da capacidade financeira do agregado para assegurar uma semana de férias por ano a todo o agregado, às situações em que são utilizadas residências secundárias ou de familiares/amigos para esse efeito.

Tempo médio para preenchimento do questionário

Cerca de 65 minutos.

³ “Description of target variables: Cross-sectional and Longitudinal - 2011 operation”, EU-SILC 065 (2011 operation), Luxembourg, Eurostat, Version November 2010

Testes efectuados ao questionário

Não foram realizados.

25. Recolha de dados

Período de referência dos dados

Parte do questionário referente ao **AGREGADO**:

DOMÍNIOS	ÁREAS	PERÍODO DE REFERÊNCIA
Registo do Agregado	Identificação do alojamento	Momento da entrevista
	Situação do agregado	
	Resultado do contacto ao agregado	
Identificação do Respondente	Identificação do respondente	Momento da entrevista
Características do Alojamento	Tipo de alojamento	Momento da entrevista
	Condições de conforto	
	Regime de ocupação	
Custos com o Alojamento	Juro e prestações de crédito à habitação	Última prestação paga
	Renda	Última renda paga
	Subsídios de renda ou outros benefícios	Último subsídio de renda ou benefício recebido
	Serviços pagos ligados ao alojamento	Último pagamento dos serviços
Equipamentos do Agregado	Equipamentos do Agregado e dificuldades económicas	Momento da entrevista
Situação Económica do Agregado	Capacidade financeira	Momento da entrevista
	Endividamento e atrasos em pagamentos	
	Dificuldade em suportar todas as despesas	
Rendimentos	Rendimentos de imóveis e propriedades	Ano civil anterior à entrevista
	Rendimentos de capital	
	Rendimentos de indivíduos até 16 anos	
	Transferências regulares entre agregados	
	Imposto municipal sobre imóveis	
	Autoconsumo	
	Juros e prestações do crédito à habitação	

Parte do questionário referente ao INDIVÍDUO:

DOMÍNIOS	ÁREAS	PERÍODO DE REFERÊNCIA
Registo do Indivíduo	Identificação do indivíduo	Momento da entrevista
	Dados demográficos	
	Cuidados com as crianças	Uma semana comum do ano escolar
	Resultado do contacto ao indivíduo	Momento da entrevista
Informações Biográficas	Nacionalidade	Momento da entrevista
Educação	Educação, incluindo maior grau ISCED obtido	Momento da entrevista
Saúde	Saúde, incluindo doenças ou problemas crónicos	Momento da entrevista
	Acesso a cuidados de saúde	Últimos 12 meses
Condição Perante o Trabalho	Informação básica sobre actual situação perante o trabalho, a profissão e último trabalho para os desempregados	Momento da entrevista, semana anterior, últimas 4 semanas
	Informação básica sobre situação perante o trabalho	Ano civil anterior, momento da entrevista
	Informação detalhada sobre o trabalho	Momento da entrevista, desde última entrevista
	Segunda actividade	Momento da entrevista
	Historial de actividade económica	Vida activa
	Calendário de actividade económica	Ano civil anterior
Rendimentos	Rendimentos de trabalho por conta de outrem	Ano civil anterior à entrevista
	Rendimentos de trabalho por conta própria	
	Rendimentos de prestações sociais	
	Rendimentos de regimes privados de pensões	
	Nota de liquidação do IRS	

Período de recolha

A recolha ocorre no período compreendido entre Maio e Julho de $n+1$, sendo n o período de referência do rendimento.

Data de expedição das cartas de aviso

Processa-se até à 2ª semana antes do início da recolha.

Contacto inicial

Efectua-se por carta de aviso.

Método de recolha

O método de recolha de informação a utilizar no ICOR é a recolha por entrevista directa aos indivíduos através da utilização de computador pessoal (método CAPI, Computer Assisted Personal Interview).

O método de recolha de informação por entrevista directa em papel é possível mas apenas como recurso em situações de falha técnica que inviabilizem a utilização do computador pessoal.

Tendo em conta que se trata de um inquérito extenso e com questões sensíveis, a recolha de informação por entrevista telefónica é possível, mas apenas em situações muito específicas e como último recurso para completar ou complementar informação já recolhida.

Insistências/Tratamento de recusas

A dimensão da amostra assegura o número de entrevistas finais necessárias para o nível de representatividade definidos.

Caso o entrevistador tenha conhecimento de que determinado alojamento é utilizado como residência habitual mas não encontrou o(s) respectivo(s) agregado(s), deverá fazer uma segunda tentativa de contacto pessoal (o que não invalida os necessários contactos telefónicos), e, em caso de insucesso, o respectivo supervisor deverá intervir, pessoal ou telefonicamente.

Critério utilizado para fecho do inquérito

O critério consiste na data de finalização do trabalho de campo com uma taxa de entrevistas conseguidas de, pelo menos 90% e final da recolha compatível com o ficheiro de recolha até final de Outubro de $n+1$, sendo n o período de referência do rendimento.

Possibilidade ou não de inquiridos *proxy*

Para os casos em que o indivíduo está temporariamente ausente ou cuja entrevista directa não seja possível por outro motivo, e depois de efectuadas pelo menos três tentativas para recolher a informação, poderá recorrer-se à entrevista *proxy* (por procuração). Nesta situação, outro membro do agregado com idade igual ou superior a 16 anos responde pelo indivíduo indisponível.

Utilização de incentivos

Não estão previstos incentivos.

Disponibilização de apoio aos respondentes

É disponibilizada, para cada Centro de Recolha, uma linha telefónica gratuita de apoio aos respondentes. O número identificador da linha é referenciado na carta de aviso inicial.

Formação aos entrevistadores

A formação desenvolve-se em cadeia, atendendo a que os vários intervenientes na recolha de informação têm perfis e funções diferenciadas, e ocorre em duas fases, sendo a primeira ministrada pelo responsável técnico do DES/CV à equipa técnica afecta ao projecto do DRI/IE (Coordenação Nacional, Coordenação Regional), do SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores e da DREM – Direcção Regional de Estatística da Madeira; numa segunda fase, os responsáveis técnicos dos Centros de Recolha do DRI, do SREA e da DREM ministram a formação aos supervisores e entrevistadores dos respectivos Centros de Recolha.

A formação, com duração de ½ dia para os entrevistadores que já participaram em operações anteriores e de 1,5 dias para os entrevistadores novos, tem por finalidade a apresentação do inquérito, seus objectivos e base conceptual, através de suporte visual (apresentação gráfica em Power Point), escrito (Manual do Entrevistador), e apresentação da aplicação informática que suporta a recolha de dados.

Captura de dados

- Entrada de dados: digitação
- Codificação: manual
- Software utilizado: Blaise

Trabalho de campo

A realização do trabalho de campo será coordenada pelo Departamento de Recolha da Informação do INE, SREA e DREM, que contam com a colaboração de um conjunto de supervisores e equipas de entrevistadores.

As entrevistas poderão ser realizadas em apenas uma visita ao agregado, se estiverem reunidas as condições para tal, ou em várias visitas, dependendo da disponibilidade dos membros do agregado, desde que ocorram dentro do período previsto para a recolha de informação.

As entrevistas realizadas em papel deverão ser registadas posteriormente em computador pelo próprio entrevistador. As incoerências, eventualmente assinaladas neste processo, devem originar novo contacto com o agregado/indivíduo.

Ao Departamento de Recolha da Informação do INE cabem as tarefas de controlo da amostra no que diz respeito à verificação do registo da totalidade dos agregados (com ou sem entrevista conseguida), de codificação de determinados campos do questionário, apoio na coordenação das entrevistas, apoio metodológico e operacional no sentido do seguimento ou não de determinados indivíduos que mudaram de residência, bem como verificação e correcção de incoerências de dados.

Sempre que possível, serão os mesmos entrevistadores a seguir os mesmos agregados ao longo dos anos, o que à partida implica duas grandes vantagens:

- a própria experiência do entrevistador na recolha de informação, cada vez mais eficiente à medida que conhece o inquérito;
- a facilidade de contacto e de realização de entrevista ao agregado no segundo e posteriores anos de entrevista, atendendo a que já se criou uma atmosfera de maior habituação (a experiência de inquéritos anteriores comprova este facto).

26. Tratamento dos dados

Validações

Os dados recolhidos são submetidos a três fases de crítica e validações:

- Validações automáticas incorporadas na aplicação informática de recolha de dados (entrevista) em Blaise;
- Validações de tratamento aplicadas após recepção e codificação das entrevistas no Departamento de Recolha da Informação (em Blaise);

- Validações de análise executadas no Departamento de Estatísticas Sociais do INE após recepção da informação e sobre dados integrados (em SPSS e SAS).

O programa de validações automáticas incorporado no registo da informação é composto pelas seguintes tipologias de regras (ficheiro anexo):

- *Regras de âmbito,*
- *Regras de percurso,*
- *Regras de coerência entre questões,*

Anexo 1 - Regras

Estas regras possibilitam identificar situações pouco prováveis de acontecer (erros de aviso) e situações incorrectas (erros fatais).

27. Tratamento de não respostas

Tratamento de não respostas totais

Por reponderação, como tal sendo incorporado no cálculo dos ponderadores finais.

Tratamento de não respostas parciais

As componentes do rendimento são imputadas de acordo com parâmetros legais (prestações sociais, por exemplo) sempre que existam.

Para as variáveis em que não existe um referencial legal, definem-se grupos homogéneos em função de variáveis auxiliares e recorre-se ao módulo de imputação do software IVE desenvolvido pela Universidade do Michigan (EUA), recomendado pelo Eurostat.

Software utilizado

Utiliza-se SAS, bem como o IVE, para imputação das variáveis de rendimento no caso das não respostas parciais.

28. Estimação e obtenção de resultados

Estimação de resultados

O carácter longitudinal do inquérito, bem como a mecânica envolvente entre agregado e indivíduo, subentendem uma lógica de atribuição de ponderadores múltiplos:

Agregado

- Ponderador do desenho da amostra (DB080);
- Ponderador para análise transversal (DB090).

Indivíduo

- Ponderador base (RB060);
- Ponderadores para análise transversal (RB050 e PB040);
- Ponderadores para análise longitudinal (RB062, RB063, RB064 e PB050).

Estes têm em conta os seguintes factores:

- A amostra global, sendo constituída pelas três subamostras que transitam de $n-1$ e pela nova subamostra introduzida em n , pressupõe que cada uma (também designada por rotação ou painel) tenha que ser ponderada de forma independente. Só numa fase posterior se juntam os ponderadores obtidos em cada subamostra de forma a obter os da amostra global;
- Necessidade de distinguir diferentes formas de não-resposta, nomeadamente a tradicional, resultante do contacto com as unidades e a não-resposta devido ao atrito (que consiste na perda de unidades ao longo do tempo);
- Entrada de novos indivíduos na amostra (co-residentes) como consequência das regras de seguimento dos indivíduos.
- Reentrada de indivíduos da amostra (indivíduos que foram registados em 2009, não o foram em 2010 e voltaram a sê-lo em 2011).

O esquema seguinte traduz os diferentes comportamentos das unidades face à resposta a partir de uma amostra (ou de uma das rotações) seleccionada num certo ano a partir de uma população dividida em 5 grupos: A, B, C, D e E.

Figura 1 – Dinâmica de resposta dos indivíduos

População (w=1)	Amostra (w=1)	Amostra (w=2)	Amostra (w=3)
A	a	a	a
B	b	b	
C	c		c
D	d		
E			

Amostra	$a\chi b\chi c\chi d$	$a\chi b$	$a\chi c$
→			

- A, a = subconjunto da população/amostra que responde nas três vagas, w=1, 2, 3;
 B, b = subconjunto da população/amostra que responde em w=1, 2 e não responde em w=3;
 C, c = subconjunto da população/amostra que responde em w=1, 3 e não responde em w=2 (reentradas);
 D, d = subconjunto da população/amostra que responde apenas em w=1;
 E = subconjunto da população que não responde em w=1 (não são seguidos).

A introdução da quarta vaga (w=4) não representa complicações acrescidas uma vez que só poderão ser seguidos os indivíduos que tenham respondido na segunda vaga (a ausência de resposta em dois anos consecutivos dita a eliminação do indivíduo da amostra). Trata-se, pois, de uma situação cujo tratamento é semelhante ao período da primeira à terceira vaga.

PONDERAÇÃO TRANSVERSAL

Passo 1: cálculo do ponderador base dos indivíduos em cada uma das subamostras (RB060).

O ponderador base é definido apenas para os indivíduos que, no ano de realização da primeira vaga, têm 14 ou mais anos sendo a idade calculada com referência a 31 de Dezembro do ano anterior.

O primeiro passo consiste no cálculo do ponderador base em cada uma das subamostras sendo necessário distinguir quatro casos:

- a) Na subamostra observada pela primeira vez em 2011 (w=1), o ponderador base dos indivíduos (com idade superior ou igual a 14 anos em 31/12/2010) é igual ao respectivo ponderador transversal multiplicado por 4 (ver passo 5) para que a subamostra ou rotação seleccionada neste ano represente a população transversal (dos indivíduos naquela faixa etária).

$$RB060_i^{2011} = 4 \cdot RB050_i^{2011}.$$

- b) Para as unidades observadas pela segunda vez em 2011 (w=2), o ponderador base dos indivíduos é um factor definido exclusivamente para os indivíduos da amostra que em 31/12/2009 tinham 14 ou mais anos. Calcula-se, aplicando ao ponderador transversal (RB050) calculado em 2010, um factor de correcção dado pelo inverso da probabilidade de resposta estimada em cada região NUTS II.

$$RB060_i^{2011} = 4 \cdot RB050_i^{2010} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{1,h}^{2010 \rightarrow 2011}},$$

com,

$$\hat{p}_{1,h}^{2010 \rightarrow 2011} = \frac{n_{aUb,h}^{2011}}{n_{aUbUcUd,h}^{2010} - m_{1,h}^{2010 \rightarrow 2011}}.$$

Onde $n_{aUb,h}^{2011}$ representa o número de indivíduos da amostra registados em 2011 (conjunto $a \times b$); $n_{aUbUcUd,h}^{2010}$ o número de indivíduos da amostra em 2010 (conjunto $a \times b \times c \times d$) e $m_{1,h}^{2010 \rightarrow 2011}$ o número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2010 e 2011, na região h ($h=1, 2, \dots, 7$).

Os indivíduos da amostra fora de âmbito são aqueles que se mudaram para um alojamento colectivo, que foram para o estrangeiro, que faleceram ou que não foram possíveis de localizar.

Aos indivíduos co-residentes atribui-se um ponderador base igual a zero ($RB060_i^{2011} = 0$).

- c) No caso das unidades na terceira vaga em 2011 ($w=3$) importa distinguir dois casos: se o indivíduo pertence ao conjunto “a” ou ao conjunto “c”.

Se pertence ao primeiro grupo, o ponderador base em 2011 determina-se aplicando ao ponderador base calculado em 2010 um factor de correcção semelhante ao descrito no ponto anterior onde, neste caso, o numerador é dado pelo número de indivíduos da amostra no grupo “a”. No entanto, para compensar as reentradas, é necessário reduzir o peso multiplicando o ponderador base de 2010 pela probabilidade condicional de pertencer a “a” dado que pertence ao conjunto “a \times c” (amostra de 2011).

$$RB060_i^{2011} = RB060_i^{2010} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{2,h}^{2010 \rightarrow 2011}} \cdot \frac{n_{a,h}^{2011}}{n_{a,h}^{2011} + n_{c,h}^{2011}},$$

com,

$$\hat{p}_{2,h}^{2010 \rightarrow 2011} = \frac{n_{a,h}^{2011}}{n_{a \cup b,h}^{2010} - m_{2,h}^{2010 \rightarrow 2011}}.$$

Onde $n_{a,h}^{2011}$ e $n_{c,h}^{2011}$ representam, respectivamente, o número de indivíduos da amostra em 2011 no grupo “a” e no grupo “c”. O termo $n_{a \cup b,h}^{2010}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra em 2010 (grupo “a” e “b”) e $m_{2,h}^{2010 \rightarrow 2011}$ ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2010 e 2011, na região h .

No caso das reentradas (grupo “c”), o ponderador base obtém-se multiplicando o ponderador transversal de 2009 pelo factor de correcção dado pelo inverso da probabilidade de resposta tendo em conta os indivíduos fora de âmbito entre 2009 e 2011.

$$RB060_i^{2011} = 4 \cdot RB050_i^{2009} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{3,h}^{2009 \rightarrow 2011}}.$$

com,

$$\hat{p}_{3,h}^{2009 \rightarrow 2011} = \frac{n_{a,h}^{2011} + n_{c,h}^{2011}}{n_{a \cup b \cup c \cup d,h}^{2009} - m_{3,h}^{2009 \rightarrow 2011}}.$$

Onde $n_{a \cup b \cup c \cup d,h}^{2009}$ representa o número de indivíduos da amostra em 2009 e $m_{3,h}^{2009 \rightarrow 2011}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2009 e 2011, na região h .

- d) Os indivíduos que são inquiridos na quarta vaga em 2011 ($w=4$) só poderão ser registados se tiverem respondido em 2009 ($w=2$), pelo que análise se remete a verificar se responderam ou não em 2010 ($w=3$). Por este motivo a definição do ponderador base é análoga à da alínea anterior.

Se o indivíduo respondeu em 2010, pertence ao grupo “a” pelo que o ponderador base em 2011 determina-se aplicando ao ponderador base calculado em 2010 dois factores de correcção que têm em conta o atrito e as reentradas.

$$RB060_i^{2011} = RB060_i^{2010} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{4,h}^{2010 \rightarrow 2011}} \cdot \frac{n_{a,h}^{2011}}{n_{a,h}^{2011} + n_{c,h}^{2011}},$$

com,

$$\hat{p}_{4,h}^{2010 \rightarrow 2011} = \frac{n_{a,h}^{2011}}{n_{aUb,h}^{2010} - m_{4,h}^{2010 \rightarrow 2011}}.$$

Onde $n_{a,h}^{2011}$ e $n_{c,h}^{2011}$ representam, respectivamente, o número de indivíduos da amostra em 2011 no grupo “a” e no grupo “c”. O termo $n_{aUb,h}^{2010}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra de 2009 (w=2) que foram registados em 2010 (w=3) e $m_{4,h}^{2010 \rightarrow 2011}$ ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2010 e 2011, na região h .

Se o indivíduo não respondeu em 2010 mas foi registado em 2011, o ponderador base obtém-se multiplicando o ponderador base de 2009 pelo factor de correcção dado pelo inverso da probabilidade de resposta tendo em conta os indivíduos fora de âmbito entre 2009 e 2011.

$$RB060_i^{2011} = RB060_i^{2009} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{E,h}^{2009 \rightarrow 2011}},$$

com,

$$\hat{p}_{E,h}^{2009 \rightarrow 2011} = \frac{n_{a,h}^{2011} + n_{c,h}^{2011}}{n_{aUbUcUd,h}^{2009} - m_{E,h}^{2009 \rightarrow 2011}}.$$

Onde $n_{aUbUcUd,h}^{2009}$ representa o número de indivíduos da amostra em 2009 (comuns com 2008) e $m_{E,h}^{2009 \rightarrow 2011}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2009 e 2011, na região h .

Passo 2: cálculo do ponderador do desenho da amostra dos agregados em cada uma das subamostras.

Neste passo importa apenas distinguir dois casos:

- a) Agregados observados pela primeira vez (w=1).

Neste caso o ponderador do desenho da amostra de um agregado k (DB080) corresponde ao inverso da respectiva probabilidade de selecção (π_k):

$$DB080_k = \frac{1}{\pi_k},$$

com,

$$\pi_k = \pi_{jh} \cdot \frac{r_h}{s_h} \cdot \frac{a_{jh}}{A_{jh}}.$$

Onde π_{jh} representa a probabilidade de selecção da área j da AM-2001 na região h ; s_h o número de áreas da AM-2001 na região h ; r_h o número de áreas seleccionadas para o ICOR na região h ; a_{jh} o número de alojamentos de residência principal seleccionados na área j da região h e A_{jh} o total de alojamentos de residência principal na área j da região h .

De forma a reduzir o enviesamento provocado pelos agregados que foram contactados (DB120=11) mas cuja entrevista foi rejeitada (DB135=2), o ponderador do desenho da amostra do agregado deverá ser corrigido pelo inverso da respectiva probabilidade de resposta. Uma vez que esta é desconhecida torna-se necessário estimá-la. Uma hipótese consiste em dividir os agregados em classes e assumir que dentro de cada classe a probabilidade de resposta é constante. As classes são definidas ao nível da região NUTS II onde a probabilidade de resposta dos agregados é estimada pelo quociente entre o número de agregados com entrevista conseguida (DB135=1) e a estimativa do total de agregados (calculada com base no 2º trimestre de 2011 do Inquérito ao Emprego).

O ponderador corrigido dos agregados é dado por:

$$w_{k(k \in h)} = \frac{DB080_k}{\hat{p}_h},$$

com,

$$\hat{p}_h = \frac{\sum_{k=1}^{n_h} DB080_k}{\hat{N}_h},$$

Onde $\sum_{k=1}^{n_h} DB080_k$ corresponde à soma dos ponderadores do desenho da amostra dos agregados com entrevista conseguida e \hat{N}_h representa a estimativa do número total de agregados na região h .

- b) Agregados observados pela segunda, terceira ou quarta vez (w=2, 3 ou 4)

A partir do segundo ano, os agregados resultam de um processo de amostragem indirecta através do seguimento dos indivíduos da amostra. Este facto torna impossível o cálculo (directo) das probabilidades de inclusão dos agregados, razão pela qual se utiliza o método de partilha dos ponderadores (*weight share method*):

$$w_k = \frac{\sum_{i \in k} RB060_i^{2011}}{n_k}.$$

Onde $RB060_i^{2011}$ representa o ponderador base do indivíduo da amostra no respectivo agregado e n_k o número total de indivíduos da amostra e de indivíduos co-residentes com 14 ou mais anos nesse agregado (as datas de referência para o cálculo das idades são: 31/12/2009 para w=2, 31/12/2008 para w=3 e 31/12/2006 para w=4).

Passo 3: cálculo do ponderador do desenho da amostra dos agregados na amostra global.

Os ponderadores do desenho da amostra global referente aos agregados (*design weights*) obtêm-se juntando e dividindo por 4 os ponderadores obtidos anteriormente.

$$w_k^* = \frac{w_k}{4}.$$

Passo 4: cálculo do ponderador transversal dos agregados através do método de calibragem (DB090).

Este método visa aumentar a precisão das estimativas utilizando informação exógena ao inquérito. Para o efeito fixa-se uma função que garanta, por um lado, a minimização das distâncias entre os ponderadores iniciais (w_k^*) e os ponderadores finais ajustados e, por outro, que os totais extrapolados das variáveis auxiliares (com os ponderadores ajustados) sejam iguais aos efectivos populacionais conhecidos. Para a solução prática deste problema, utiliza-se uma macro em SAS denominada CALMAR desenvolvida pelo INSEE (França).

Esta macro dispõe de quatro funções de distância sendo a preferencial a função “logit” (também utilizada noutros inquéritos). Esta função assegura que os ponderadores finais são sempre positivos e que o quociente entre estes e os ponderadores iniciais é limitado inferior e superiormente. A

macro permite ainda uma calibragem simultânea dos agregados e dos indivíduos de forma a garantir a consistência das estimativas.

As variáveis auxiliares (margens) são o número de agregados por NUTS II e o número de agregados segundo a sua dimensão (1, 2, 3 e 4 ou mais indivíduos) obtidos a partir das estimativas do Inquérito ao Emprego. Ao nível dos indivíduos, as variáveis são as estimativas independentes da população por sexo e escalões etários quinquenais (excepto o primeiro e o último escalões que compreendem, respectivamente, todos os indivíduos com menos de 16 anos e os indivíduos com 75 ou mais anos de idade).

Genericamente, a calibragem tem como objectivo determinar novos ponderadores (ajustados) que minimizem a seguinte expressão cuja solução (quando existe) se obtém mediante a aplicação dos multiplicadores de Lagrange.

$$\text{Min } \sum_k z_k \cdot G(z_k/w_k^*), \text{ sujeito à condição } \sum_k z_k \cdot X_k = X.$$

Onde z_k designa os ponderadores ajustados, G a função de distância, X o vector com os totais populacionais das variáveis auxiliares e X_k o vector com os valores das variáveis auxiliares do agregado k da amostra (as variáveis dos indivíduos são definidas sob a forma agregada: número de indivíduos no agregado, por sexo e escalão etário).

Os ponderadores obtidos após o procedimento de calibragem correspondem aos ponderadores transversais dos agregados.

$$DB090_k^{2011} = z_k$$

Passo 5: cálculo do ponderador transversal de todos os membros do agregado (RB050).

O ponderador transversal de cada indivíduo (qualquer que seja a sua idade) é igual ao ponderador transversal do respectivo agregado.

$$RB050_{i(i \in k)}^{2011} = DB090_k^{2011}.$$

Passo 6: cálculo do ponderador transversal de todos os membros do agregado com idade igual ou superior a 16 anos (PB040).

O cálculo do ponderador transversal dos indivíduos com 16 ou mais anos implica uma correcção devida à não resposta dentro de cada agregado (o objectivo é limitar o enviesamento provocado pelos indivíduos que se recusam a responder ao questionário individual, ou seja, RB250≠11). Para o efeito, admite-se que existe uma probabilidade de resposta constante dos indivíduos que pertencem à mesma região, sexo e escalão etário (segundo os escalões definidos na calibragem). Deste modo, a expressão do ponderador é a seguinte:

$$PB040_i^{2011} = RB050_i^{2011} \cdot \frac{\sum_{i \in C} RB050_i^{2011}}{\sum_{i \in C \cap Q} RB050_i^{2011}}$$

Onde C corresponde à classe definida pelos indivíduos pertencentes à mesma região, sexo e escalão etário (os mesmos usados na calibragem) e Q ao conjunto dos indivíduos que respondem ao questionário individual.

Este método garante a consistência dos apuramentos efectuados com os ponderadores PB040 e os ponderadores RB050.

PONDERAÇÃO LONGITUDINAL

Os ponderadores da componente longitudinal são, tal como os da análise transversal, determinados a partir do ponderador base RB060. Existe, contudo, uma diferença na metodologia de cálculo deste ponderador que importa sublinhar.

Enquanto na componente transversal apenas são tidos em conta os indivíduos que na primeira vaga têm 14 ou mais anos, na componente longitudinal não existe qualquer restrição de idade. Este facto deveu-se a diferentes abordagens dos dois consultores contratados pelo Eurostat para este inquérito (Pierre Lavallé no caso da ponderação transversal e Vijay Verma no caso da ponderação longitudinal). No entanto, para efeitos de constituição da base de dados longitudinal considera-se o ponderador RB060 sem restrição de idade.

Acrescente-se ainda que nesta componente apenas se determinam ponderadores ao nível dos indivíduos cuja metodologia de cálculo tem em conta a duração do período de observação.

A figura seguinte mostra os diferentes ponderadores longitudinais que são passíveis de obter.

Figura 2 – Ponderadores longitudinais

ANO	ROTAÇÕES (Código DB075/Vaga)					
2004						
⋮						
2008	1	2	3	4 (w=1)	RB060	
2009		2	3	4 (w=2)	1 (w=1)	RB063
2010			3	4 (w=3)	1 (w=2)	2 (w=1)
2011				4 (w=4)	1 (w=3)	2 (w=2)
						3

1. Ponderador base dos indivíduos (RB060).

É necessário distinguir três situações (ver figura 2):

- Subamostra seleccionada em 2008 (DB075=4 → corresponde ao período 2008-2011);
- Subamostra seleccionada em 2009 (DB075=1 → corresponde ao período 2009-2011);
- Subamostra seleccionada em 2010 (DB075=2 → corresponde ao período 2010-2011).

1.1 Subamostra seleccionada em 2008 (correspondente ao período 2008 a 2011).

a) Primeiro ano: 2008 (w=1)

O ponderador base de um indivíduo é igual ao respectivo ponderador transversal multiplicado por 4 para que a subamostra ou rotação seleccionada neste ano represente a população longitudinal de 2008⁴.

$$RB060_{i(w=1)}^{2008} = 4 \cdot RB050_{i(w=1)}^{2008}$$

O ponderador base dos indivíduos com 16 ou mais anos obtém-se de forma análoga.

$$PB050_{i(w=1)}^{2008} = 4 \cdot PB040_{i(w=1)}^{2008}$$

⁴ No primeiro ano, a população longitudinal coincide com a população transversal.

b) Segundo ano: 2009 (w=2)

O ponderador base de 2009 obtém-se multiplicando o ponderador base de 2008 por um factor correspondente à perda de unidades entre 2008 e 2009 (atrito).

$$RB060_{i(w=2)}^{2009} = RB060_{i(w=1)}^{2008} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{1,h}^{2008 \rightarrow 2009}},$$

com,

$$\hat{p}_{1,h}^{2008 \rightarrow 2009} = \frac{n_{aUb,h}^{2009}}{n_{aUbUcUd,h}^{2008} - m_{1,h}^{2008 \rightarrow 2009}}$$

Onde $n_{aUb,h}^{2009}$ e $n_{aUbUcUd,h}^{2008}$ correspondem ao número de indivíduos da amostra, respectivamente, em 2009 e 2008. O termo $m_{1,h}^{2008 \rightarrow 2009}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2008 e 2009, na região h .

Às crianças que nasceram desde a última vaga atribui-se o ponderador base da respectiva mãe. Aos indivíduos que no ano anterior pertenciam a outro agregado fora da amostra (ou que por lapso não foram registados), que saíram do âmbito do inquérito ou que viveram pelo menos 3 meses no ano anterior (antigos membros), atribui-se um ponderador base igual a zero.

O ponderador base dos indivíduos com 16 ou mais anos resulta da aplicação de um factor determinado ao nível das classes de cruzamento (C) das variáveis região, sexo e escalão etário (as mesmas da usadas na calibragem). Este é dado pelo quociente entre o total dos ponderadores base RB060 dos indivíduos que responderam ao questionário individual (Q) e o total ao nível da classe de cruzamento.

$$PB050_{i(w=2)}^{2009} = RB060_{i(w=2)}^{2009} \cdot \frac{1}{\hat{p}_C^{2009}},$$

com,

$$\hat{p}_C^{2009} = \frac{\sum_{i \in CnQ} RB060_{i(w=2)}^{2009}}{\sum_{i \in C} RB060_{i(w=2)}^{2009}}.$$

c) Terceiro ano: 2010 (w=3)

É necessário distinguir dois casos: se o indivíduo pertence ao grupo “a” ou ao grupo “c” indicado na figura 1.

Se pertence ao grupo dos indivíduos que responderam nos três anos, o ponderador base em 2010 determina-se aplicando ao ponderador base calculado em 2009 um factor de correcção que tem em conta o atrito. No entanto, para compensar as reentradas é necessário reduzir o peso anterior pela probabilidade condicional de pertencer a “a” dado que pertence ao conjunto “a+c” (amostra de 2010).

$$RB060_{i(w=3)}^{2010} = RB060_{i(w=2)}^{2009} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{2,h}^{2009 \rightarrow 2010}} \cdot \frac{n_{a,h}^{2010}}{n_{a,h}^{2010} + n_{c,h}^{2010}},$$

com,

$$\hat{p}_{2,h}^{2009 \rightarrow 2010} = \frac{n_{a,h}^{2010}}{n_{a \cup b,h}^{2009} - m_{2,h}^{2009 \rightarrow 2010}}.$$

Onde $n_{a,h}^{2010}$ e $n_{c,h}^{2010}$ representam o número de indivíduos da amostra em 2010 no grupo “a” e no grupo “c”, respectivamente. O termo $n_{a \cup b,h}^{2009}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra em 2009 e $m_{2,h}^{2009 \rightarrow 2010}$ ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2009 e 2010 na região h .

No caso dos indivíduos que responderam em 2008 e 2010 mas não em 2009 (reentradas), o ponderador base obtém-se multiplicando o ponderador base de 2008 pelo factor de correcção dado pelo inverso da probabilidade de resposta tendo em conta os indivíduos fora de âmbito entre 2008 e 2010.

$$RB060_{i(w=3)}^{2010} = RB060_{i(w=1)}^{2008} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{3,h}^{2008 \rightarrow 2010}},$$

com,

$$\hat{p}_{3,h}^{2008 \rightarrow 2010} = \frac{n_{a,h}^{2010} + n_{c,h}^{2010}}{n_{a \cup b \cup c \cup d,h}^{2008} - m_{3,h}^{2008 \rightarrow 2010}}.$$

Onde $n_{a \cup b, h}^{2008}$ representa o número de indivíduos da amostra em 2008. O termo $m_{a, h}^{2008 \rightarrow 2010}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2008 e 2010 na região h .

O ponderador base dos indivíduos com 16 ou mais anos é dado por:

$$PB050_{i(w=3)}^{2010} = RB060_{i(w=3)}^{2010} \cdot \frac{1}{\hat{p}_c^{2010}},$$

com,

$$\hat{p}_c^{2010} = \frac{\sum_{i \in C \cap Q} RB060_{i(w=3)}^{2010}}{\sum_{i \in C} RB060_{i(w=3)}^{2010}}.$$

d) Quarto ano: 2011 (w=4)

Os indivíduos que são inquiridos na quarta vaga em 2011 (w=4) só poderão ser registados se tiverem respondido em 2008 (w=1) e 2009 (w=2), pelo que a análise se remete novamente a distinguir dois casos: se o indivíduo pertence ao grupo “a” ou ao grupo “c” indicado na figura 1.

Se o indivíduo respondeu em 2010, pertence ao grupo “a” pelo que o ponderador base em 2011 determina-se, aplicando ao ponderador base calculado em 2010, dois factores de correcção que têm em conta o atrito e as reentradas.

$$RB060_{i(w=4)}^{2011} = RB060_{i(w=3)}^{2010} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{4,h}^{2010 \rightarrow 2011}} \cdot \frac{n_{a,h}^{2011}}{n_{a,h}^{2011} + n_{c,h}^{2011}},$$

com,

$$\hat{p}_{4,h}^{2010 \rightarrow 2011} = \frac{n_{a,h}^{2011}}{n_{a \cup b, h}^{2010} - m_{4,h}^{2010 \rightarrow 2011}}.$$

Onde $n_{a,h}^{2011}$ e $n_{c,h}^{2011}$ representam o número de indivíduos da amostra em 2011 no grupo “a” e no grupo “c”, respectivamente. O termo $n_{a \cup b, h}^{2010}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra em

2010 e $m_{4,h}^{2010 \rightarrow 2011}$ ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2010 e 2011, na região h .

Se o indivíduo não respondeu em 2010 mas foi registado em 2011, o ponderador base obtém-se multiplicando o ponderador base de 2009 pelo factor de correcção dado pelo inverso da probabilidade de resposta tendo em conta os indivíduos fora de âmbito entre 2009 e 2011.

$$RB060_{i(w=4)}^{2011} = RB060_{i(w=2)}^{2009} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{5,h}^{2009 \rightarrow 2011}}$$

com,

$$\hat{p}_{5,h}^{2009 \rightarrow 2011} = \frac{n_{a,h}^{2011} + n_{c,h}^{2011}}{n_{a \cup b \cup c \cup d,h}^{2009} - m_{5,h}^{2009 \rightarrow 2011}}$$

Onde $n_{a \cup b \cup c \cup d,h}^{2009}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra em 2009. O termo $m_{5,h}^{2009 \rightarrow 2011}$ representa o número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2009 e 2011, na região h .

O ponderador base dos indivíduos com 16 ou mais anos é dado por:

$$PB050_{i(w=4)}^{2011} = RB060_{i(w=4)}^{2011} \cdot \frac{1}{\hat{p}_c^{2011}}$$

com,

$$\hat{p}_c^{2011} = \frac{\sum_{i \in CnQ} RB060_{i(w=4)}^{2011}}{\sum_{i \in C} RB060_{i(w=4)}^{2011}}$$

1.2 Subamostra seleccionada em 2009 (correspondente ao período 2009 a 2011).

- a) Primeiro ano: 2009 ($w=1$)

O ponderador base de um indivíduo é igual ao respectivo ponderador transversal multiplicado por 4 para que a subamostra ou rotação seleccionada neste ano represente a população longitudinal de 2009.

$$RB060_{i(w=1)}^{2009} = 4 \cdot RB050_{i(w=1)}^{2009}$$

O ponderador base dos indivíduos com 16 ou mais anos obtém-se de forma análoga.

$$PB050_{i(w=1)}^{2009} = 4 \cdot PB040_{i(w=1)}^{2009}$$

b) Segundo ano: 2010 (w=2)

O ponderador base de 2010 obtém-se multiplicando o ponderador base de 2009 por um factor correspondente à perda de unidades entre 2009 e 2010 (atrito).

$$RB060_{i(w=2)}^{2010} = RB060_{i(w=1)}^{2009} \cdot \frac{1}{p_{1,h}^{2009 \rightarrow 2010}}$$

com,

$$p_{1,h}^{2009 \rightarrow 2010} = \frac{n_{aUb,h}^{2010}}{n_{aUbUcUd,h}^{2009} - m_{1,h}^{2009 \rightarrow 2010}}$$

Onde $n_{aUb,h}^{2010}$ e $n_{aUbUcUd,h}^{2009}$ correspondem ao número de indivíduos da amostra, respectivamente, em 2010 e 2009. O termo $m_{1,h}^{2009 \rightarrow 2010}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2009 e 2010, na região h .

Às crianças que nasceram desde a última vaga atribui-se o ponderador base da respectiva mãe. Aos indivíduos que no ano anterior pertenciam a outro agregado fora da amostra (ou que por lapso não foram registados), que saíram do âmbito do inquérito ou que viveram pelo menos 3 meses no ano anterior (antigos membros), atribui-se um ponderador base igual a zero.

O ponderador base dos indivíduos com 16 ou mais anos resulta da aplicação de um factor determinado ao nível das classes de cruzamento (C) das variáveis região, sexo e escalão etário (as mesmas da usadas na calibragem). Este é dado pelo quociente entre o total dos ponderadores base RB060 dos indivíduos que responderam ao questionário individual (Q) e o total ao nível da classe de cruzamento.

$$PB050_{i(w=2)}^{2010} = RB060_{i(w=2)}^{2010} \cdot \frac{1}{\hat{p}_c^{2010}},$$

com,

$$\hat{p}_c^{2010} = \frac{\sum_{i \in C \cap Q} RB060_{i(w=2)}^{2010}}{\sum_{i \in C} RB060_{i(w=2)}^{2010}}.$$

c) Terceiro ano: 2011 (w=3)

É necessário distinguir dois casos: se o indivíduo pertence ao grupo “a” ou ao grupo “c” indicado na figura 1.

Se pertence ao grupo dos indivíduos que responderam nos três anos, o ponderador base em 2011 determina-se aplicando ao ponderador base calculado em 2010 um factor de correcção que tem em conta o atrito. No entanto, para compensar as reentradas é necessário reduzir o peso anterior pela probabilidade condicional de pertencer a “a” dado que pertence ao conjunto “a+c” (amostra de 2011).

$$RB060_{i(w=3)}^{2011} = RB060_{i(w=2)}^{2010} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{2,h}^{2010 \rightarrow 2011}} \cdot \frac{n_{a,h}^{2011}}{n_{a,h}^{2011} + n_{c,h}^{2011}},$$

com,

$$\hat{p}_{2,h}^{2010 \rightarrow 2011} = \frac{n_{a,h}^{2011}}{n_{a \cup b,h}^{2010} - m_{2,h}^{2010 \rightarrow 2011}}.$$

Onde $n_{a,h}^{2011}$ e $n_{c,h}^{2011}$ representam o número de indivíduos da amostra em 2011 no grupo “a” e no grupo “c”, respectivamente. O termo $n_{a \cup b,h}^{2010}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra em 2010 e $m_{2,h}^{2010 \rightarrow 2011}$ ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2010 e 2011, na região h .

No caso dos indivíduos que responderam em 2009 e 2011 mas não em 2010 (reentradas), o ponderador base obtém-se multiplicando o ponderador base de 2009 pelo factor de correcção dado pelo inverso da probabilidade de resposta tendo em conta os indivíduos fora de âmbito entre 2009 e 2011.

$$RB060_{i(w=3)}^{2011} = RB060_{i(w=1)}^{2009} \cdot \frac{1}{\hat{p}_{3,h}^{2009 \rightarrow 2011}},$$

com,

$$\hat{p}_{3,h}^{2009 \rightarrow 2011} = \frac{n_{a,h}^{2011} + n_{c,h}^{2011}}{n_{aUbUcUd,h}^{2009} - m_{3,h}^{2009 \rightarrow 2011}}.$$

Onde $n_{aUbUcUd,h}^{2009}$ representa o número de indivíduos da amostra em 2009. O termo $m_{3,h}^{2009 \rightarrow 2011}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2009 e 2011, na região h .

O ponderador base dos indivíduos com 16 ou mais anos é dado por:

$$PB050_{i(w=3)}^{2011} = RB060_{i(w=3)}^{2011} \cdot \frac{1}{\hat{p}_c^{2011}},$$

com,

$$\hat{p}_c^{2011} = \frac{\sum_{i \in C \cap Q} RB060_{i(w=3)}^{2011}}{\sum_{i \in C} RB060_{i(w=3)}^{2011}}.$$

1.3 Subamostra seleccionada em 2010 (correspondente ao período 2010 a 2011).

a) Primeiro ano: 2010 ($w=1$)

O ponderador base de um indivíduo é igual ao respectivo ponderador transversal multiplicado por 4 para que a subamostra ou rotação seleccionada neste ano represente a população longitudinal de 2010.

$$RB060_{i(w=1)}^{2010} = 4 \cdot RB050_{i(w=1)}^{2010}$$

O ponderador base dos indivíduos com 16 ou mais anos obtém-se de forma análoga.

$$PB050_{i(w=1)}^{2010} = 4 \cdot PB040_{i(w=1)}^{2010}$$

b) Segundo ano: 2011 (w=2)

O ponderador base de 2011 obtém-se multiplicando o ponderador base de 2010 por um factor correspondente à perda de unidades entre 2010 e 2011 (atrito).

$$RB060_{i(w=2)}^{2011} = RB060_{i(w=1)}^{2010} \cdot \frac{1}{p_{1,h}^{2010 \rightarrow 2011}}$$

com,

$$p_{1,h}^{2010 \rightarrow 2011} = \frac{n_{aUb,h}^{2011}}{n_{aUbUcUd,h}^{2010} - m_{1,h}^{2010 \rightarrow 2011}}$$

Onde $n_{aUb,h}^{2011}$ e $n_{aUbUcUd,h}^{2010}$ correspondem ao número de indivíduos da amostra, respectivamente, em 2011 e 2010. O termo $m_{1,h}^{2010 \rightarrow 2011}$ corresponde ao número de indivíduos da amostra fora de âmbito entre 2010 e 2011, na região h .

Às crianças que nasceram desde a última vaga atribui-se o ponderador base da respectiva mãe. Aos indivíduos que no ano anterior pertenciam a outro agregado fora da amostra (ou que por lapso não foram registados), que saíram do âmbito do inquérito ou que viveram pelo menos 3 meses no ano anterior (antigos membros), atribui-se um ponderador base igual a zero.

O ponderador base dos indivíduos com 16 ou mais anos resulta da aplicação de um factor determinado ao nível das classes de cruzamento (C) das variáveis região, sexo e escalão etário (as mesmas da usadas na calibragem). Este é dado pelo quociente entre o total dos ponderadores base RB060 dos indivíduos que responderam ao questionário individual (Q) e o total ao nível da classe de cruzamento.

$$PB050_{i(w=2)}^{2011} = RB060_{i(w=2)}^{2011} \cdot \frac{1}{p_C^{2011}}$$

com,

$$\hat{p}_c^{2011} = \frac{\sum_{i \in CnQ} RB060_{i(w=2)}^{2011}}{\sum_{i \in c} RB060_{i(w=2)}^{2011}}.$$

2. Ponderador longitudinal correspondente aos últimos dois anos observados (RB062).

Trata-se de um ponderador que visa efectuar análises (longitudinais) tendo como base os indivíduos presentes nos últimos dois anos do inquérito.

a) Anos 2008, 2009 e 2010

Não existe ponderador RB062 para estes anos uma vez que não correspondem à última vaga (2011).

$$RB062_{i(w=3)}^{2010} = \text{valor omissão},$$

$$RB062_{i(w=2)}^{2009} = \text{valor omissão},$$

$$RB062_{i(w=1)}^{2008} = \text{valor omissão}.$$

b) Ano 2011

A soma dos ponderadores das subamostras seleccionadas em 2008, 2009 e 2010 deve ser igual à dimensão da população longitudinal no âmbito do inquérito entre 2010 e 2011.

- Se a subamostra foi seleccionada em 2008:

$$RB062_{i(w=4)}^{2011} = \frac{1}{3} \cdot RB060_{i(w=4)}^{2011}.$$

- Se a subamostra foi seleccionada em 2009:

$$RB062_{i(w=3)}^{2011} = \frac{1}{3} \cdot RB060_{i(w=3)}^{2011}.$$

- Se a subamostra foi seleccionada em 2010:

$$RB062_{i(w=2)}^{2011} = \frac{1}{3} \cdot RB060_{i(w=2)}^{2011}.$$

Aos indivíduos que se encontram numa das seguintes condições é-lhes atribuído um ponderador RB062 igual a zero:

- RB110=3: É membro do agregado mas na última vaga pertencia a outro, fora da amostra (ou por lapso não foi registado);
- RB110=4: É membro do agregado pela primeira vez, pois nasceu desde a última vaga;
- RB110=5: Deixou o agregado e mudou-se para outro agregado familiar, para um alojamento colectivo ou instituição em Portugal, foi para o estrangeiro ou perdeu-se o contacto;
- RB110=6: Morreu;
- RB110=7: Viveu no agregado pelo menos 3 meses no ano anterior (só vagas anteriores).

3. Ponderador correspondente aos últimos três anos observados (RB063).

Este ponderador destina-se ao estudo longitudinal dos indivíduos presentes nos últimos três anos do inquérito.

a) Anos 2008, 2009 e 2010

Da mesma forma que anteriormente, não é atribuído qualquer valor ao ponderador uma vez que nenhum destes anos corresponde à última vaga.

$$RB063_{i(w=3)}^{2010} = \text{valor omissão},$$

$$RB063_{i(w=2)}^{2009} = \text{valor omissão},$$

$$RB063_{i(w=1)}^{2008} = \text{valor omissão}.$$

b) Ano 2011

A soma dos ponderadores das subamostras seleccionadas em 2008 e 2009 (as únicas que contribuem para esta análise) deve ser igual à dimensão da população longitudinal no âmbito do inquérito entre 2009 e 2011.

- Se a subamostra foi seleccionada em 2008:

$$RB063_{i(w=4)}^{2011} = \frac{1}{2} \cdot RB060_{i(w=4)}^{2011}.$$

- Se a subamostra foi seleccionada em 2009:

$$RB063_{i(w=3)}^{2011} = \frac{1}{2} \cdot RB060_{i(w=3)}^{2011}.$$

Os indivíduos com RB110=3, 4, 5, 6 ou 7 têm um ponderador RB063 igual a zero.

4. Ponderador correspondente aos quatro anos observados (RB064).

Este ponderador tem como objectivo permitir o estudo da trajectória dos indivíduos presentes ao longo dos quatro anos de observação. Difere do ponderador RB060 na medida em que o RB064 atribui um peso nulo aos indivíduos que nasceram desde a última vaga ou que reentraram na amostra.

- c) Anos 2008, 2009 e 2010

Como nenhum destes anos corresponde à última vaga, não é atribuído qualquer valor ao ponderador.

$$RB064_{i(w=3)}^{2010} = \text{valor omissão},$$

$$RB064_{i(w=2)}^{2009} = \text{valor omissão},$$

$$RB064_{i(w=1)}^{2008} = \text{valor omissão}.$$

d) Ano 2011

A soma dos ponderadores da subamostra seleccionada em 2008 deve ser igual à dimensão da população longitudinal no âmbito do inquérito entre 2008 e 2011.

– Se a subamostra foi seleccionada em 2008:

$$RB064_{i(w=4)}^{2011} = RB060_{i(w=4)}^{2011}.$$

Os indivíduos com RB110=3, 4, 5, 6 ou 7 têm um ponderador RB064 igual a zero.

Software utilizado

SAS

Obtenção de resultados

Para os indicadores de Laeken são utilizadas rotinas de programação SAS elaboradas pelo EUROSTAT e adaptadas pelo DMSI/ME.

Os restantes apuramentos de resultados são obtidos em SAS e SPSS.

29. Séries temporais

O **horizonte de seguimento** corresponde ao número de anos de inquérito em que os indivíduos da amostra longitudinal serão passíveis de observação. Tendo em atenção a existência de mobilidade dos indivíduos entre agregados, ao longo dos anos em que permanecem como indivíduos da amostra, é importante estabelecer regras de seguimento destes casos.

Resumem-se nos quadros seguintes estas regras:

AGREGADOS DA AMOSTRA	ACÇÃO
Endereços não acessíveis, não identificados, não residenciais, vagos, perdas de contacto ou recusas em responder	Abandono
Não contactados no primeiro ano ou não contactados dois anos consecutivos, por impossibilidade de contacto (todos os indivíduos temporariamente ausentes), ou sem capacidade de resposta por motivo de	Abandono

doença ou incapacidade	
INDIVÍDUOS DA AMOSTRA	ACÇÃO
Mudança para outro agregado, dentro do território nacional	Observados no novo agregado
Outros indivíduos temporariamente ausentes, mas membros do agregado	Observados no agregado a que pertencem
Indivíduos que deixaram de ser membros de agregados privados, ou que se deslocaram para fora do território nacional	Abandono
CO-RESIDENTES	ACÇÃO
A viver num agregado contendo pelo menos um indivíduo da amostra	Observado nesse agregado
A viver num agregado que não tem qualquer indivíduo da amostra	Abandono

De forma a permitir um melhor entendimento da dinâmica amostral e longitudinal, algumas regras e definições requerem particular atenção:

Amostra nova

Conjunto de todos os agregados residentes nas unidades de alojamento seleccionadas para uma determinada rotação, no momento do primeiro contacto. Em cada ano, existe uma amostra nova, excepto em 2004 – 1ª vaga – em que foram seleccionadas quatro amostras novas.

Indivíduos da Amostra

Cada membro dum agregado de uma amostra nova, com idade igual ou superior a 14 anos que será acompanhado ao longo de quatro vagas (excepto no caso de três das amostras novas seleccionadas em 2004, que serão objecto de seguimento inferior a 4 anos), independentemente de pertencer ou não ao mesmo agregado (segundo as regras de seguimento estabelecidas no Regulamento da Comissão) durante todo o período de acompanhamento.

Agregado da Amostra nos anos de seguimento

Agregado que contenha pelo menos um indivíduo da amostra.

Co-residente

Pessoas com idade inferior a 14 anos que residem em agregados da amostra nova; pessoas que passam a fazer parte de um agregado da amostra num ano de seguimento, e que não eram indivíduos de uma das quatro amostras em vagas anteriores.

Fusão

Movimento de formação de um novo agregado por união de duas ou mais pessoas da amostra. O novo agregado é seguido enquanto vigorar a rotação a que pertence a pessoa ou pessoas da amostra que o integram.

30. Confidencialidade dos dados

O segredo estatístico é assegurado através da supressão da identificação pessoal, das variáveis usadas na selecção da amostra e das associadas ao trabalho de campo, para além da utilização de top/bottom coding e grouping em diversas variáveis, para eliminação do risco de identificação com vista à obtenção de microdados anonimizados.

Software Utilizado: tau-ARGUS (trabalho assegurado pelo EUROSTAT).

31. Avaliação da qualidade estatística

Erros não devidos à amostragem

Recodificação – não está prevista

Erros de amostragem

A precisão associada a um estimador é definida pela proximidade entre o valor obtido para uma característica de uma população (após a recolha, tratamento, imputação e estimação) e o seu valor real (desconhecido), podendo esta ser medida em termos absolutos ou em termos relativos. A variância ou o desvio padrão são medidas do erro absoluto e são sempre calculados na mesma unidade das observações. O coeficiente de variação (*cv*) de um estimador é medido em termos relativos e é dado pelo quociente entre o desvio padrão do estimador e o valor do parâmetro a estimar. Genericamente, o *cv* (em %) vem dado por

$$cv(\hat{\theta}) = \frac{\sqrt{\text{var}(\hat{\theta})}}{\hat{\theta}} \times 100\%$$

Ao calcular-se o coeficiente de variação de um estimador pode construir-se um intervalo de valores que apresenta uma certa confiança, medida em termos de probabilidade (normalmente de 95%), de conter o valor real.

A complexidade do esquema de amostragem associada ao tipo de estimadores (que se podem classificar em lineares ou não lineares), impede na maior parte das vezes a aplicação de fórmulas

específicas para o cálculo das variâncias. Por esta razão existem métodos que permitem obter valores aproximados. O INE dispõe de um programa desenvolvido em SAS denominado CALJACK, que possibilita o cálculo de variâncias para estimadores de totais (estimadores lineares); estimadores de quocientes de totais e ainda diferenças de quocientes (estimadores não lineares) recorrendo ao método Jackknife.

Neste inquérito, para além de se poderem definir indicadores baseados em estimadores de totais ou de quocientes de totais, podem ser definidos indicadores mais complexos cujas variâncias não podem ser directamente calculadas pelo CALJACK, como é o caso dos indicadores de Laeken. Neste caso, aplicam-se previamente técnicas de linearização que consistem em construir, a partir de um estimador não linear, um estimador linear com a mesma variância assintótica. Existem, contudo, duas teorias subjacentes a esta técnica: a clássica (baseada nas séries de Taylor e aplicável a estimadores não lineares diferenciáveis) e uma outra baseada na função de influência (aplicável a uma classe de estimadores mais abrangente).

As características dos estimadores de Laeken justificam a aplicação da técnica de linearização baseada na função de influência. Para o efeito, o Eurostat disponibiliza um conjunto de macros em SAS que possibilitam a obtenção de novos estimadores linearizados aos quais se podem aplicar métodos de determinação das variâncias, como é o caso do Jackknife.

O método Jackknife, consiste em dividir aleatoriamente a amostra em g grupos de igual dimensão, denominados “réplicas” e constituir sub-amostras retirando à amostra completa cada um dos grupos. A partir de cada sub-amostra calcula-se a estimativa da característica em relação à qual se pretende calcular o erro de amostragem. Uma vez calculadas todas as estimativas com cada uma das sub-amostras, assim como a estimativa dada pela amostra completa, o estimador da variância vem dado por

$$\widehat{\text{var}}(\hat{\theta}) = \frac{(g-1)}{g} \sum_{\alpha=1}^g (\hat{\theta}_{\alpha} - \hat{\theta})^2$$

onde $\hat{\theta}$ é um estimador de θ e $\hat{\theta}_{\alpha}$ o estimador de θ quando se retira da amostra completa a réplica α .

Coerência

No quadro da publicação do IDEF 2005-06 e dos relatórios intermédios do ICOR é apresentada a comparação ICOR/IDEF no que respeita ao rendimento das famílias.

Outros parâmetros de qualidade

Quanto à divulgação de resultados, o Regulamento (CE) n.º 1982/2003 da Comissão de 21 de Outubro de 2003, que aplica o Regulamento (CE) n.º 1177/2003 do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às estatísticas do rendimento e das condições de vida na Comunidade no que respeita às normas de amostragem e monitorização estabelece o seguinte:

- Não divulgação - para cada estimativa que tiver por base menos de 20 observações amostrais ou se a não-resposta ultrapassar os 50%;
- Divulgação com chamada de atenção - para cada estimativa baseada num número de observações amostrais entre 20 e 49 ou se a não-resposta for superior a 20% mas inferior ou igual a 50%;
- Divulgação sem restrições - para todas as estimativas que tenham por base 50 ou mais observações amostrais, desde que as respectivas não-respostas não excedam 20%.

Referentes a cada ano de inquirição do ICOR elaboram-se e enviam-se ao EUROSTAT relatórios de qualidade intercalares e finais de acordo com o Regulamento (CE) n.º 28/2004 de 5 de Janeiro de 2004 que aplica o Regulamento (CE) n.º 1177/2003.

32. Recomendações nacionais e internacionais

São seguidas as recomendações do EUROSTAT.

III CONCEITOS

Código: 2892

Designação: **ABONO DE FAMÍLIA PARA CRIANÇAS E JOVENS**

Definição: Prestação pecuniária mensal, de montante variável em função do nível de rendimentos, da composição do agregado familiar e da idade do respectivo titular, visando compensar os encargos familiares respeitantes ao sustento e educação das crianças e jovens.

Nota: O direito ao abono de família é reconhecido a crianças e jovens inseridos em agregados familiares cujos rendimentos de referência, agrupados em escalões, podem variar entre os 0,5 e um máximo de 5 vezes o indexante dos apoios sociais (IAS), e às crianças e jovens considerados pessoas isoladas. Esta prestação é atribuída em função do nascimento com vida, do não exercício de actividade laboral e de limites de idade que podem ir dos 16 aos 24 anos consoante os níveis de escolaridade seguidos. O valor desta prestação é acrescido sempre que estejam reunidas as condições para atribuição da majoração e do montante adicional do abono de família para crianças e jovens.

Fontes: Decreto-Lei n.º 245/2008, DR 244, SÉRIE I de 2008-12-18 - altera e republica o Decreto-Lei n.º 176/2003; artigo 3.º, n.º 2

Código: 4765

Designação: **ABONO DE FAMÍLIA PRÉ-NATAL**

Definição: Prestação pecuniária mensal, atribuída à mulher grávida, que atinja a 13ª semana de gestação, visando incentivar a maternidade através da compensação de encargos acrescidos durante o período de gravidez.

Notas: Prestação concedida por um período mínimo de seis meses ou, no caso de o período de gestação ser superior a 40 semanas até ao fim do mês de nascimento, inclusive. Se o período de gestação for inferior a 40 semanas, em virtude de nascimento prematuro, o direito à prestação é garantido pelo período correspondente a seis meses, ainda que em acumulação com o abono de família para crianças e jovens devido após o nascimento do seu titular. Caso ocorra interrupção da gravidez, o abono de família pré-natal é concedido até ao mês da interrupção da gravidez, inclusive, devendo esse facto ser comunicado aos serviços da segurança social. O montante é variável em função do nível de rendimentos e da composição do agregado familiar, considerando o rendimento de referência para a determinação do escalão do indexante de apoios sociais (IAS), de que depende a atribuição do abono.

Fontes: Decreto-Lei n.º 245/2008, DR 244, SÉRIE I de 2008-12-18 - altera e republica o Decreto-Lei n.º 176/2003; Artigos 3.º, n.º 3; 4.º, n.º 2; 12.º-A, n.º 1; 14.º e 21-A

Código: 2051

Designação: **ACTIVIDADE ECONÓMICA**

Definição: Resultado da combinação dos factores produtivos (mão-de-obra, matérias-primas, equipamento, etc.), com vista à produção de bens e serviços. Independentemente dos factores produtivos que integram o bem ou serviço produzido, toda a actividade pressupõe, em termos genéricos, uma entrada de produtos (bens ou serviços), um processo de incorporação de valor acrescentado e uma saída (bens ou serviços).

Fontes: Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 2, Lisboa, INE, 1992 (CAE Rev. 2).

Código: 2052

Designação: **ACTIVIDADE PRINCIPAL**

Definição: Actividade que representa a maior importância no conjunto das actividades exercidas por uma unidade de observação estatística.

Notas: O critério adequado para a sua aferição é o representado pelo valor acrescentado bruto ao custo dos factores. Na impossibilidade da sua determinação por este critério, considera-se como principal a que representa o maior volume de negócios ou, em alternativa, a que ocupa, com carácter de permanência, o maior número de pessoas ao serviço.

Fontes: Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 2, Lisboa, INE, 1992 (CAE Rev. 2). Regulamento (CEE) nº 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; § 3.10

Código: 2414

Designação: **ACTIVIDADE PRINCIPAL DO INDIVÍDUO**

Definição: Considera-se como actividade principal do indivíduo aquela em que habitualmente trabalha mais horas no período de referência, sendo o ramo de actividade aquele que ocupar maior número de pessoas no estabelecimento onde trabalha.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 2415

Designação: **ACTIVIDADE SECUNDÁRIA DO INDIVÍDUO**

Definição: Actividade exercida pelo indivíduo, para além da actividade principal.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 2635

Designação: **ADMINISTRAÇÃO CENTRAL**

Definição: O subsector da administração central inclui todos os órgãos administrativos do Estado e outros organismos centrais cuja competência respeita à totalidade do território económico, com excepção da administração dos fundos de segurança social.

Notas: No subsector da administração central incluem-se os organismos sem fins lucrativos controlados pela administração central e cuja competência abrange a totalidade do território económico.

Fontes: Regulamento (CEE) nº 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; §2.71

Código: 3603

Designação: **ADMINISTRAÇÃO REGIONAL E LOCAL**

Definição: Agrupa as unidades institucionais das administrações públicas cuja competência se estende apenas a partes regionais e locais do território económico, com excepção das administrações regionais e locais de fundos de segurança social.

Fontes: Regulamento (CEE) nº 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996

Código: 1229

Designação: **ADOÇÃO**

Definição: Resposta sócio-legal para crianças e jovens em situação de risco que, à semelhança da filiação natural mas independentemente dos laços de sangue, se constitui legalmente entre adoptante e adoptado.

Fontes: CÓDIGO CIVIL (CC); artigo 1586.º, adaptado. Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996

Código: 159

Designação: **AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO**

Definição: Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior.

Notas: Os hóspedes com pensão alimentar, os casais residindo com os pais e os filhos/hóspedes, bem como outras pessoas, são incluídos no agregado doméstico privado, desde que as despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) sejam, habitualmente, suportadas por um orçamento comum. São ainda considerados como pertencentes ao agregado doméstico privado o(a)s empregados domésticos que coabitem no alojamento.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE)

Código: 3633

Designação: **AGREGADO TEMPORARIAMENTE AUSENTE**

Definição: Agregado que se encontre ausente do alojamento na semana da entrevista (por motivos de férias, trabalho, educação, prisão, hospitalização, serviço militar obrigatório, entre outros).

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 1482

Designação: **ALOJAMENTO**

Definição: Local distinto e independente que, pelo modo como foi construído, reconstruído, ampliado, transformado ou está a ser utilizado, se destina a habitação com a condição de não estar a ser utilizado totalmente para outros fins no momento de referência: por distinto entende-se que é cercado por paredes de tipo clássico ou de outro tipo, é coberto e permite que uma pessoa ou um grupo de pessoas possa dormir, preparar refeições ou abrigar-se das intempéries separado de outros membros da colectividade; por independente entende-se que os seus ocupantes não têm que atravessar outros alojamentos para entrar ou sair do alojamento onde habitam.

Fontes: Recomendações para os Censos da População e da Habitação, 1990, na região da Comissão Económica para a Europa (ONU)

Código: 7064

Designação: **ALOJAMENTO CEDIDO A TÍTULO DE SALÁRIO**

Definição: Alojamento cedido mediante a celebração de um contrato, segundo o qual, directa ou indirectamente, lhe é atribuído um valor a título de salário ou como condição para o desempenho de funções profissionais de um elemento do agregado/família (como no caso de porteiros e guardas, entre outros).

Fontes: Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing, Geneve, United Nations, 2006

Código: 3631

Designação: **ALOJAMENTO CEDIDO GRATUITAMENTE**

Definição: Alojamento cedido sem renda por um proprietário, na condição de este não residir no agregado/família que ocupa esse alojamento.

Fontes: Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing, Geneve, United Nations, 2006

Código: 1484

Designação: **ALOJAMENTO COLECTIVO**

Definição: Alojamento que se destina a albergar um grupo numeroso de pessoas ou mais do que uma família, e que no momento de referência está em funcionamento, ocupado ou não por uma ou mais pessoas independentemente de serem residentes ou apenas presentes.

Nota: Como alojamento colectivo entende-se os estabelecimentos hoteleiros e similares e os alojamentos de convivência.

Fontes: Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing, Geneve, United Nations, 2006; adaptado pela Task force Construção e Habitação 2008

Código: 1486

Designação: **ALOJAMENTO FAMILIAR CLÁSSICO**

Definição: Alojamento familiar constituído por uma divisão ou conjunto de divisões e seus anexos num edifício de carácter permanente ou numa parte estruturalmente distinta do edifício, devendo ter uma entrada independente que dê acesso directo ou através de um jardim ou terreno a uma via ou a uma passagem comum no interior do edifício (escada, corredor ou galeria, entre outros).

Notas: As divisões isoladas, manifestamente construídas, ampliadas ou transformadas para fazer parte do alojamento familiar clássico são consideradas como parte integrante do mesmo.

Fontes: Recomendações para os Censos da População e da Habitação, 1990, na região da Comissão Económica para a Europa (ONU)

Código: 7050

Designação: **ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA HABITUAL**

Definição: Alojamento familiar ocupado que constitui a residência habitual ou principal de pelo menos uma família.

Fontes: Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing, Geneve, United Nations, 2006

Código: 4528

Designação: **ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA PRINCIPAL**

Definição: Ver ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA HABITUAL

Código: 4488

Designação: **ALOJAMENTO FAMILIAR DE RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA**

Definição: Alojamento familiar ocupado que é apenas utilizado periodicamente e no qual ninguém tem residência habitual.

Fontes: Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing, Geneve, United Nations, 2006; adaptado pela Task force Construção e Habitação 2009

Código: 1491

Designação: **ALOJAMENTO FAMILIAR VAGO**

Definição: Alojamento familiar desocupado e que está disponível para venda, arrendamento, demolição ou outra situação no momento de referência.

Fontes: Recomendações para os Censos da População e da Habitação, 1990, na região da Comissão Económica para a Europa (ONU); adaptado pela Task force Construção e Habitação 2008

Código: 254

Designação: **ALUNO**

Definição: Indivíduo que frequenta o sistema formal de ensino após o acto de registo designado como matrícula.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Educação e Formação (CSE)

Código: 1235

Designação: **AMA**

Definição: Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha recta ou no 2º grau da linha colateral, por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.

Área Temática: SISTEMA PÚBLICO DE SEGURANÇA SOCIAL (SECTOR PRIVADO)

Fontes: Decreto-Lei n.º 158/84, DR 114, SÉRIE I de 1984-05-17; projecto Lei em fase de revisão

Código: 4734

Designação: **AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO**

Definição: Operação financeira que visa o pagamento de uma dívida segundo várias modalidades de reembolso. No reembolso de qualquer empréstimo, há a considerar o pagamento dos juros e a amortização do capital. A amortização corresponde à parte a deduzir à dívida. A amortização pode ser realizada de uma só vez (no final do prazo) com os juros no início, durante ou no fim do prazo ou periodicamente. Neste ultimo caso o reembolso inclui a amortização e o juro.

Fontes: DICIONÁRIO de Economia

Código: 2395

Designação: **APRENDIZES E PRATICANTES**

Definição: Trabalhadores que sob orientação de trabalhadores especializados adquirem conhecimentos técnico-profissionais que lhe possam permitir desempenhar uma função administrativa, de produção ou outra. Não inclui os indivíduos abrangidos pelo Sistema de Aprendizagem.

Fontes: Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (DEMTS/MTS)

Código: 2896

Designação: **ÁREA ÚTIL DO FOGO**

Definição: Valor correspondente à superfície do fogo (incluindo vestíbulos, circulações interiores, instalações sanitárias, arrumos, outros compartimentos de função similar e armários nas paredes) medido pelo perímetro interior das paredes que o limitam, descontando encaixos até 30 cm, paredes interiores, divisórias e condutas.

Fontes: Decreto-Lei n.º 650/75. DR 267/75 SÉRIE I de 1975-11-18; artigo 67.º, nº 2, alínea b)

Código: 7063

Designação: **ARRENDATÁRIO DO ALOJAMENTO**

Definição: Pessoa do agregado/família a quem é conferido o direito ao gozo temporário de um alojamento no todo ou em parte, mediante pagamento de uma renda
Conceito sinónimo: locatário do alojamento.

Fontes: Task force Construção e Habitação 2008-2009

Código: 4868

Designação: **AUTO - CONSUMO ALIMENTAR**

Definição: Produção própria ou obtenção directa na natureza, por algum membro do agregado, de produtos alimentares de natureza vegetal ou animal, com o objectivo de serem consumidos pelo próprio agregado. A sua valorização faz-se pelo preço que o agregado teria de pagar para os adquirir, ou seja, a preços de mercado.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 3855

Designação: **BACHARELATO**

Definição: Curso de três anos, comprovativo de uma formação científica, académica e cultural adequada ao exercício de determinadas actividades profissionais, conducente ao grau de bacharel.

Notas: Este curso foi extinto com a aplicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março.

Fontes: Lei n.º 46/86, DR 237, SÉRIE I de 1986-10-14, alterada pela Lei n.º 115/97, DR 217, SÉRIE I-A de 1997-09-19

Decreto-Lei n.º 74/2006. DR 60 SÉRIE I-A de 2006-03-24

Lei n.º 49/2005, DR 166, SÉRIE I-A de 2005-08-30

Lei n.º 115/97, DR 217, SÉRIE I-A de 1997-09-19

Código: 5924

Designação: **BOLSA DE FORMAÇÃO**

Definição: Prestação pecuniária atribuída ao formando durante a sua participação numa acção de formação.

Fontes: Instituto do Emprego e da Formação Profissional (IEFP)

Código: 2889

Designação: **BONIFICAÇÃO POR DEFICIÊNCIA**

Área: Sistema Público de Segurança Social (Sector Privado)

Definição: Bonificação acrescida ao subsídio familiar a crianças e jovens com idade inferior a 24 anos em função de os mesmos possuírem deficiência.

Fontes: Decreto-Lei n.º 133-B/97, DR 124, SÉRIE I-A, SUPLEMENTO de 1997-05-30

Decreto-Lei n.º 341/99, DR 198, SÉRIE I-A de 1999-08-25

Código: 6968

Designação: **CARTÃO DE CRÉDITO**

Definição: Cartão de pagamento diferido, que serve de meio de pagamento e de financiamento sem que o seu titular tenha de dispor imediatamente de fundos, podendo usufruir de crédito gratuito por períodos que podem ir até 50 dias. Até à data de pagamento o titular do cartão pode decidir qual a forma de pagamento da dívida e, se não liquidar na totalidade, o montante remanescente permanece em dívida por mais um período, sendo o extracto seguinte acrescido dos juros correspondentes a esse período.

Fontes:

<http://www.millenniumbcp.pt/lib/showAllArticlesForCategoryGlossario.jhtml?category=CC&context=glossario>

Código: 161

Designação: **CASADO COM REGISTO**

Definição: Situação de estado civil (legal) de toda a pessoa que tenha contraído casamento.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE)

Código: 1249

Designação: **CENTRO DE DIA**

Definição: Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.

Fontes: Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996

Código: 7152

Designação: **COEFICIENTE DE GINI**

Definição: Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição, assumindo valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 1253

Designação: **COMPLEMENTO DE PENSÃO POR CÔNJUGE A CARGO**

Área: Sistema Público de Segurança Social (Sector Privado)

Definição: Prestação complementar concedida aos pensionistas de invalidez ou velhice, de regimes contributivos, por cônjuge a cargo. Exige-se condição de recursos em relação ao cônjuge.

Notas: O montante é um valor fixo que sofre, em regra, uma actualização anual. Esta prestação foi extinta a partir de 1/1/1994, continuando, no entanto, a ser paga aos pensionistas que dela usufruíam, em 31/12/1993, e enquanto se verificar o direito.

Fontes: Decreto n.º 45 266, de 23 de Setembro de 1963
Decreto nº 486/73, de 27 de Setembro
Portaria n.º 1417/95, DR 272, SÉRIE I-B de 1995-11-24

Código: 5435

Designação: **COMPLEMENTO EXTRAORDINÁRIO DE SOLIDARIEDADE**

Definição: Prestação pecuniária, mensal, concedida por acréscimo ao montante do Subsídio Mensal Vitalício.

Fontes: Decreto-Lei n.º 208/2001, DR 173, SÉRIE I-A de 2001-07-27

Código: 5434

Designação: **COMPLEMENTO POR DEPENDÊNCIA**

Definição: Prestação pecuniária mensal que visa compensar o acréscimo de encargos familiares e é atribuída aos pensionistas de sobrevivência, invalidez ou velhice do regime geral da Segurança Social que se encontrem em situação de dependência.

Fontes: Decreto-Lei n.º 309-A/2000, DR 277, SÉRIE I-A, SUPLEMENTO de 2000-11-30

Código: 1254

Designação: **COMPLEMENTO SOCIAL**

Definição: Prestação pecuniária mensal, do Regime não contributivo, que acresce às pensões de invalidez, velhice e sobrevivência do Regime Geral, cujos montantes sejam inferiores ao estabelecido como valor mínimo garantido, não podendo exceder o valor definido para a pensão social ou a correspondente percentagem de cálculo da pensão de sobrevivência sobre este valor, se for este o caso.

Fontes: Decreto-Lei n.º 329/93, DR 226, SÉRIE I-A de 1993-09-25

Código: 3636

Designação: **CONDIÇÃO DE OCUPAÇÃO DO ALOJAMENTO FAMILIAR**

Definição: Condição mediante a qual a família dispõe ou usufrui de um alojamento na totalidade ou em parte, de acordo com as seguintes modalidades: proprietário ou co-proprietário; proprietário em propriedade colectiva de cooperativa de habitação; arrendatário ou subarrendatário; outra situação.

Fonte: Task force Construção e Habitação 2008

Código: 1456

Designação: **CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO**

Definição: Situação do indivíduo perante a actividade económica no período de referência podendo ser considerado activo ou inactivo.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 7153

Designação: **CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO MAIS FREQUENTE**

Definição: Condição perante o trabalho declarada pelo indivíduo como aquela que tenha ocupado mais de metade do número de meses do ano a que respeita a informação.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 4736

Designação: **CONDOMÍNIO**

Definição: Regime a que está sujeito um edifício ou conjunto de edifícios constituído em propriedade horizontal, dividido em fracções autónomas pertencentes a diferentes proprietários (condóminos). O condómino ou proprietário de cada fracção de um edifício é, simultaneamente, co-proprietário com os outros condóminos das partes comuns do mesmo.

Notas: Incluem-se obrigatoriamente o solo onde o edifício está implantado e a respectiva estrutura, a cobertura, os espaços de circulação de uso ou passagem comum a dois ou mais condóminos e as instalações gerais.

Fontes: Ficha técnica da habitação. Memorando: versão de 15 de Outubro, LNEC, 2004; adaptado pela Task force Construção e Habitação 2008

Código: 3351

Designação: **CONDOMÍNIO FECHADO**

Definição: Conjunto de edifícios de apartamentos e/ou moradias construído num espaço de uso comum e privado, com acesso condicionado durante parte ou a totalidade do dia, cujos moradores partilham equipamentos e/ou serviços comunitários.

Fontes: Decreto-Lei n.º 287/2003, DR 262, SÉRIE I-A de 2003-11-12; artigo 43º, nº 2 alínea e), adaptado pela Task force Construção e Habitação 2008

Código: 3436

Designação: **CONSULTA DE ESPECIALIDADE**

Definição: Consulta médica em Centros de Saúde e Hospitais prestada no âmbito de uma especialidade ou subespecialidade de base hospitalar, que deve decorrer de referência ou encaminhamento por médico de outra especialidade.

Fontes: Direcção-Geral de Saúde (DGS)

Código: 3563

Designação: **CONSULTA DE MEDICINA GERAL E FAMILIAR**

Definição: Consulta médica, prestada em Centros de Saúde, no âmbito da especialidade que, de forma continuada se ocupa dos problemas de saúde dos indivíduos e das famílias, no contexto da comunidade.

Fontes: Direcção-Geral de Saúde (DGS)

Código: 510

Designação: **CONSULTA MÉDICA**

Definição: Acto de assistência prestado por um médico a um indivíduo, podendo consistir em observação clínica, diagnóstico, prescrição terapêutica, aconselhamento ou verificação da evolução do seu estado de saúde.

Fontes: Direcção-Geral de Saúde (DGS)

Código: 2897

Designação: **CONTRATO DE ARRENDAMENTO URBANO**

Definição: Contrato pelo qual uma das partes concede à outra o gozo temporário de um prédio urbano, no todo ou em parte, mediante retribuição.

Fontes: CÓDIGO CIVIL (CC); artigo 1022º adaptado pela Task force Construção e Habitação 2008

Código: 1256

Designação: **CONTRIBUIÇÕES PARA A SEGURANÇA SOCIAL**

Definição: Quantias determinadas pela aplicação das percentagens fixadas na lei sobre as remunerações ou equiparadas (bases de incidência), sendo devidas pelo beneficiário e, no caso dos trabalhadores por conta de outrem, também pela respectiva entidade empregadora a fim de contribuírem para o financiamento dos Regimes da Segurança Social.

Fontes: Lei n.º 28/84, DR 188, SÉRIE I de 1984-08-14

Código: 2707

Designação: **CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS IMPUTADAS**

Definição: As contribuições sociais imputadas representam a contrapartida das prestações sociais (menos eventuais contribuições sociais dos empregados) pagas directamente pelos empregadores (isto é, não ligadas às contribuições efectivas dos empregadores) aos seus empregados ou antigos empregados e a outras pessoas com direito a essas prestações.

Nota: Ver também § 4.99 a 4.102 do SEC/95.

Fontes: Regulamento (CEE) nº 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; § 4.98

Código: 2686

Designação: **CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS IMPUTADAS DOS EMPREGADORES**

Definição: As contribuições sociais imputadas dos empregadores representam a contrapartida das prestações sociais directas (menos eventuais contribuições sociais dos empregados) pagas pelos empregadores aos seus empregados ou antigos empregados e outras pessoas com direito a essas prestações, sem recorrer a uma companhia de seguros ou a um fundo de pensões autónomo e sem criar um fundo especial ou uma reserva específica para esse fim.

Notas: Inclui-se o contra valor dos ordenados e salários que as entidades patronais continuam temporariamente a pagar em caso de doença, parto, acidente de trabalho, invalidez, despedimento, etc., dos seus empregados, se esse montante puder ser discriminado.

Fontes: Regulamento (CEE) nº 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; § 4.10

Código: 7415

Designação: **CO-RESIDENTE**

Definição: 1) Indivíduo que não pertencia ao agregado da amostra inicial e que passou a fazer parte do mesmo num determinado ano; 2) qualquer dos membros do agregado da amostra inicial com menos de 14 anos.

Fontes: Eurostat. Description of target variables: cross-sectional and longitudinal - EU/SILC 065, 2010 operation. (Version December 2009); adaptado

Código: 1259

Designação: **CRECHE**

Definição: Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.

Fontes: Nomenclaturas aprovadas pelo ex-SESSS em 29-11-1996

Código: 1260

Designação: **CRECHE FAMILIAR**

Definição: É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos Centros Regionais de Segurança de Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com actividades no âmbito das 1ª e 2ª infâncias.

Fontes: Decreto-Lei n.º 158/84, DR 114, SÉRIE I de 1984-05-17

Código: 3866

Designação: **CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA**

Definição: Oferta formativa pós secundária, não superior, que prepara jovens e adultos para o desempenho de profissões qualificadas, por forma a favorecer a entrada na vida activa. A organização do curso tem componentes de formação em contexto escolar e em contexto de trabalho. Confere um diploma de especialização tecnológica e qualificação profissional de nível 4.

Fonte: Decreto-Lei n.º 88/2006. DR 99 SÉRIE I-A de 2006-05-23

Código: 1459

Designação: **DESEMPREGADO**

Definição: Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava simultaneamente nas situações seguintes: a) não tinha trabalho remunerado nem qualquer outro; b) estava disponível para trabalhar num trabalho remunerado ou não; c) tinha procurado um trabalho, isto é, tinha feito diligências no período especificado (período de referência ou nas três semanas anteriores) para encontrar um emprego remunerado ou não. Consideram-se como diligências: a) contacto com um centro de emprego público ou agências privadas de colocações; b) contacto com empregadores; c) contactos pessoais ou com associações sindicais; d) colocação, resposta ou análise de anúncios; e) realização de provas ou entrevistas para selecção; f) procura de terrenos, imóveis ou equipamentos; g) solicitação de licenças ou recursos financeiros para a criação de empresa própria. O critério de disponibilidade para aceitar um emprego é fundamentado no seguinte: a) no desejo de trabalhar; b) na vontade de ter actualmente um emprego remunerado ou uma actividade por conta própria caso consiga obter os recursos necessários; c) na possibilidade de começar a trabalhar no período de

referência ou pelo menos nas duas semanas seguintes. Inclui-se o indivíduo que tem um emprego, mas só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência até ao prazo limite de três meses, findo o qual passa a ser considerado inactivo.

Notas: nos Censos considera-se desempregado o indivíduo que tendo um emprego, só começa a trabalhar em data posterior à do período de referência, independentemente da data de início e desde que respeite as restantes condições.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P

Código: 1747

Designação: **DESPEDIMENTO**

Definição: Cessação individual ou colectiva do(s) contrato(s) de trabalho, promovida pela entidade empregadora.

Fontes: Decreto-Lei n.º 400/91 DR 238, SÉRIE I-A de 1991-10-16

Decreto-Lei n.º 64-A/89. DR 48/89, SÉRIE I, 2.º SUPLEMENTO de 1989-02-27

Código: 1515

Designação: **DIVISÃO**

Definição: Espaço num alojamento delimitado por paredes tendo pelo menos 4 m² de área e 2 metros de altura, na sua maior parte. Podendo embora satisfazer as condições definidas, não são considerados como tal corredores, varandas, marquises, casas de banho, despensas, vestíbulos e a cozinha se tiver menos de 4 m².

Notas: Caso se pretenda observar estatisticamente o parque habitacional, os espaços destinados exclusivamente para fins profissionais não são considerados como divisão.

Fontes: Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing, Geneve, United Nations, 2006

Código: 167

Designação: **DIVORCIADO**

Definição: Situação de estado civil de toda a pessoa que obteve a decisão de dissolução legal e definitiva do vínculo de casamento.

Fontes: CÓDIGO CIVIL (CC)

Código: 514

Designação: **DOENÇA**

Definição: Estado do organismo em que existem alterações anatómicas ou perturbações funcionais que o afastam das condições normais.

Notas: Para fins estatísticos, utiliza-se a Classificação Internacional de Doenças (OMS).

Fontes: Direcção-Geral de Saúde (DGS)

Código: 5498

Designação: **DOENÇA CRÓNICA (OU PROBLEMA DE DOENÇA PROLONGADO)**

Definição: Doença que dura, ou se prevê venha durar um tempo longo, habitualmente mais do que seis meses. Geralmente necessita intervenção médica para a sua cura ou controlo.

Fonte: Inquérito Nacional à Saúde

Código: 1468

Designação: **DOMÉSTICO**

Definição: Indivíduo que, não tendo um emprego nem estando desempregado, se ocupa principalmente das tarefas domésticas no seu próprio lar.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 3873

Designação: **DOCTORAMENTO**

Definição: Processo conducente ao grau de doutor numa instituição de ensino superior universitário no âmbito de um ramo de conhecimento ou de especialidade. Integra: a elaboração de uma tese original e especialmente elaborada para este fim, adequada à natureza do ramo de conhecimento ou da especialidade; a eventual realização de unidades curriculares dirigidas à formação para a investigação, sempre que as respectivas normas regulamentares o prevejam.

Fonte: Lei n.º 46/86, DR 237, SÉRIE I de 1986-10-14, alterada pela Lei n.º 115/97, DR 217, SÉRIE I-A de 1997-09-19

Decreto-Lei n.º 74/2006. DR 60 SÉRIE I-A de 2006-03-24

Decreto-Lei n.º 216/92, DR 236, SÉRIE I-A de 1992-10-13

Código: 283

Designação: **DURAÇÃO HABITUAL DE TRABALHO**

Definição: Número de horas executadas com carácter habitual, mesmo que não realizadas no período de referência. Inclui as horas extraordinárias desde que a sua prestação tenha carácter regular.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 284

Designação: **DURAÇÃO NORMAL DE TRABALHO**

Definição: Número de horas de trabalho, referidas ao dia ou à semana, estabelecidas por lei, em Instrumento de Regulamentação Colectiva de Trabalho, no Contrato Individual de Trabalho, ou na falta destes elementos, por normas ou usos da empresa/instituição, em relação às categorias de trabalhadores considerados, e corresponde ao período para além do qual o trabalho é pago como extraordinário.

Fonte: Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP / MTS)

Código: 285

Designação: **DURAÇÃO TOTAL DO TRABALHO**

Definição: Número de horas efectuadas no período normal de trabalho mais o número de horas extraordinárias.

Fonte: Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP / MTS)

Código: 7079

Designação: **EDIFÍCIO RESIDENCIAL**

Definição: Edifício no qual pelo menos metade da área total se destina à habitação e a usos complementares (tendo um ou mais fogos/alojamentos familiares clássicos).

Fontes: Classificação Portuguesa das Construções (CC-PT), Lisboa, INE, 2005 (adaptado pela Task-Force Construção e Habitação, 2008)

Código: 7229

Designação: **EDIFÍCIO RESIDENCIAL EM BANDA**

Definição: Edifício residencial com uma ou mais superfícies das paredes exteriores encostadas a outros edifícios, perfazendo no mínimo um conjunto de três.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística. Departamento de Metodologia e de Sistemas de Informação/ Serviço de Sistemas e Metainformação (DMSI/SM), Novembro 2009

Código: 7230

Designação: **EDIFÍCIO RESIDENCIAL GEMINADO**

Definição: Edifício residencial com uma superfície das paredes exteriores encostado a outro edifício, normalmente por via da construção simétrica "dois a dois".

Fontes: Instituto Nacional de Estatística. Departamento de Metodologia e de Sistemas de Informação/ Serviço de Sistemas e Metainformação (DMSI/SM), Novembro 2009

Código: 7231

Designação: **EDIFÍCIO RESIDENCIAL ISOLADO**

Definição: Edifício residencial cujas paredes exteriores não encostam a qualquer outro edifício.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística. Departamento de Metodologia e de Sistemas de Informação/ Serviço de Sistemas e Metainformação (DMSI/SM), Novembro 2009

Código: 260

Designação: **EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR**

Definição: Subsistema de educação, de frequência facultativa, destinado a crianças com idades compreendidas entre os três anos e a idade de ingresso no ensino básico. Realiza-se em

estabelecimentos próprios, designados por jardins de infância, ou incluídos em unidades escolares em que é também ministrado o ensino básico. A educação pré-escolar, no seu aspecto formativo, é complementar e/ou supletiva da acção educativa da família, com a qual estabelece estreita cooperação.

Fontes: Lei n.º 46/86, DR 237, SÉRIE I de 1986-10-14, alterada pela Lei n.º 115/97, DR 217, SÉRIE I-A de 1997-09-19

Código: 1469

Designação: **EMPREGADO**

Definição: Indivíduo, com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações: a) Tinha efectuado trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros; b) Tinha um emprego, não estava ao serviço, mas tinha uma ligação formal com o seu emprego; c) Tinha uma empresa mas não estava temporariamente ao trabalho por uma razão específica; d) estava em situação de pré-reforma mas encontrava-se a trabalhar no período de referência.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P

Código: 2610

Designação: **EMPREGO (UM)**

Definição: Um emprego é um contrato explícito ou implícito (o contrato explícito ou implícito refere-se ao fornecimento de mão de obra, e não de um bem ou de um serviço) pelo qual uma pessoa se obriga a fornecer o seu trabalho (o trabalho significa aqui qualquer actividade tendente à produção de bens ou serviços no âmbito da produção sendo que a legalidade do trabalho e a idade do trabalhador são, em princípio, irrelevantes), mediante uma remuneração (a remuneração deve aqui ser interpretada em sentido amplo de forma a abranger o rendimento misto dos trabalhadores por conta própria), a uma unidade institucional residente, por um determinado período ou até nova ordem.

Notas: nesta definição, são abrangidos tanto os empregos por conta de outrem, como os empregos por conta própria: isto é, um emprego por conta de outrem se a pessoa pertence a uma unidade institucional diferente do empregador, e um emprego por conta própria se a pessoa pertence à mesma unidade institucional que o empregador. a) Inclui o segundo, terceiro, etc. empregos de uma mesma pessoa. Esses segundo, terceiro, etc., empregos de uma pessoa podem suceder-se uns aos outros dentro do período de referência (normalmente, uma semana) ou serem exercícios, simultaneamente, como acontece quando alguém tem um emprego ao serão e outro durante o dia. b) Por outro lado, exclui as pessoas que não estão, temporariamente, a trabalhar, mas que mantêm um "vínculo formal com o seu emprego", sob forma, por exemplo, de "uma garantia de retorno ao trabalho... ou um acordo sobre a data de

retorno". Um tal acordo entre um empregador e uma pessoa em situação de "lay-off", ou ausente por razões de formação profissional, não conta como emprego para efeitos do Sistema.

Fontes: Regulamento (CEE) nº 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; § 11.22 e § 11.23

Código: 508

Designação: **EMPRESA**

Definição: Entidade jurídica (pessoa singular e colectiva) correspondente a uma unidade organizacional de produção de bens e serviços, usufruindo de uma certa autonomia de decisão, nomeadamente quanto à afectação dos seus recursos correntes. Uma empresa exerce uma ou várias actividades, num ou vários locais.

Notas: Uma empresa corresponde à mais pequena combinação de unidades jurídicas, podendo corresponder a uma única.

A empresa, tal como é definida, é uma entidade económica que pode, em certas circunstâncias, corresponder à reunião de várias unidades jurídicas. De facto, certas unidades jurídicas exercem actividades exclusivamente em proveito de uma outra unidade jurídica e a sua existência só se explica por razões administrativas (por exemplo, fiscais) sem que sejam significativas do ponto de vista económico. Pertence também a esta categoria uma grande parte das unidades jurídicas sem emprego. Frequentemente, as suas actividades devem ser interpretadas como actividades auxiliares das actividades da unidade jurídica-mãe que elas secundam, à qual pertencem e a que têm de estar ligadas, para constituir a entidade "empresa" utilizada para análise económica.

Fontes: Regulamento (CEE) nº 696/93 do Conselho, de 15-03-1993 - JO L 76 de 30-3-1993, p. 1-11

Código: 2475

Designação: **EMPRÉSTIMOS**

Definição: Activos financeiros criados quando os credores cedem fundos aos devedores, quer directamente, quer através de mediadores e que podem estar comprovados por documentos não negociáveis ou não estar comprovados por quaisquer documentos. Em geral, os empréstimos caracterizam-se pelos aspectos seguintes:

- a) As condições que regem um empréstimo ou são fixadas pela sociedade financeira que o concede ou negociadas entre o mutuante e o mutuário directamente ou através de um intermediário;
- b) A iniciativa relativa a um empréstimo parte normalmente do mutuário;
- c) Um empréstimo é uma dívida incondicional ao credor que tem de ser reembolsada no vencimento e sobre a qual são cobrados juros.

Fontes: Regulamento (CEE) nº 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; § 5.69 e 5.70

Código: 3877

Designação: **ENSINO BÁSICO**

Definição: Nível de ensino que se inicia cerca da idade de seis anos, com a duração de nove anos, cujo programa visa assegurar uma preparação geral comum a todos os indivíduos, permitindo o prosseguimento posterior de estudos ou a inserção na vida activa. Compreende três ciclos sequenciais, sendo o 1.º de quatro anos, o 2.º de dois anos e o 3.º de três anos. É universal, obrigatório e gratuito.

Fontes: Lei n.º 46/86, DR 237, SÉRIE I de 1986-10-14, alterada pela Lei n.º 115/97, DR 217, SÉRIE I-A de 1997-09-19

Código: 3885

Designação: **ENSINO SECUNDÁRIO**

Definição: Nível de ensino que corresponde a um ciclo de três anos (10.º, 11.º e 12.º anos de escolaridade), que se segue ao ensino básico e que visa aprofundar a formação do aluno para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mundo do trabalho. Está organizado em cursos predominantemente orientados para o prosseguimento de estudos e cursos predominantemente orientados para a vida activa.

Fontes: Lei n.º 46/86, DR 237, SÉRIE I de 1986-10-14, alterada pela Lei n.º 115/97, DR 217, SÉRIE I-A de 1997-09-19

Código: 3889

Designação: **ENSINO SUPERIOR**

Definição: Nível de ensino que compreende os ensinos universitário e politécnico, aos quais têm acesso indivíduos habilitados com um curso secundário ou equivalente e indivíduos maiores de 23 anos que, não possuindo a referida habilitação, revelem qualificação para a sua frequência através de prestação de provas.

Fonte: Lei n.º 46/86, DR 237, SÉRIE I de 1986-10-14, alterada pela Lei n.º 115/97, DR 217, SÉRIE I-A de 1997-09-19; e respectivas alterações

Código: 4669

Designação: **ENTIDADE EMPREGADORA**

Definição: Entidade para a qual um ou vários trabalhadores por conta de outrem exercem a sua actividade.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.; DES- Departamento de Estatísticas Sociais

Código: 2024

Designação: **ESTABELECIMENTO**

Definição: Empresa ou parte de uma empresa (fábrica, oficina, mina, armazém, loja, entreposto, etc.) situada num local topograficamente identificado. Nesse local ou a partir dele exercem-se actividades económicas para as quais, regra geral, uma ou várias pessoas trabalham (eventualmente a tempo parcial), por conta de uma mesma empresa.

Notas: No caso de uma pessoa trabalhar em vários locais (para fins de manutenção ou vigilância) ou trabalhar no domicílio, o estabelecimento de que ela depende é o local a partir do qual recebe as instruções e onde o trabalho é organizado. Deve poder-se precisar o emprego que está ligado a todo e qualquer unidade estabelecimento. No entanto, qualquer unidade jurídica - desde que sirva de suporte jurídico a uma empresa - deve ter um estabelecimento-sede, mesmo que ninguém lá trabalhe. Por outro lado, um estabelecimento pode reagrupar somente actividades auxiliares.

Fontes: Regulamento (CEE) nº 696/93 do Conselho, de 15-03-1993 - JO L 76 de 30-3-1993, p. 1-11

Código: 174

Designação: ***ESTADO CIVIL***

Definição: Situação jurídica da pessoa composta pelo conjunto das qualidades definidoras do seu estado pessoal face às relações familiares, que constam obrigatoriamente do registo civil.

Compreende as seguintes situações:

- a) Solteiro;
- b) Casado;
- c) Viúvo;
- d) Divorciado.

Fontes: CÓDIGO CIVIL (CC)

Código: 3801

Designação: ***ESTADO CIVIL DE FACTO***

Definição: Situação real em que a pessoa vive em termos de relacionamento conjugal.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE)

Código: 5494

Designação: ***ESTADO DE SAÚDE***

Definição: Definido, geralmente, pela presença ou ausência de doença(s) numa pessoa. Apreciação subjectiva que cada pessoa faz da sua saúde num determinado momento.

Fontes: Inquérito Nacional à Saúde

Código: 3011

Designação: ***ESTAGIÁRIOS***

Definição: Trabalhadores com preparação teórica, que se encontram em fase de formação profissional para as funções que pretendem exercerem.

Fontes: Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e da Solidariedade (DEMTS/MTS)

Código: 272

Designação: **ESTUDANTE**

Definição: Ver “Aluno”.

Código: 6070

Designação: **ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

Definição: Estudos conducentes à obtenção do grau de doutor, do grau de mestre e aos respectivos diplomas, estudos de especialização com duração mínima de um ano, que conferem diploma mas não grau académico e ainda estudos com duração inferior a um ano que são atestados com uma certidão de frequência.

Notas: Com o Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março, passou a designar-se ciclo de estudos pós-graduados.

Fontes: Lei n.º 46/86, DR 237, SÉRIE I de 1986-10-14, alterada pela Lei n.º 115/97, DR 217, SÉRIE I-A de 1997-09-19; e respectivas alterações

Código: 388

Designação: **FALÊNCIA**

Definição: Estado da empresa impossibilitada de cumprir as suas obrigações, depois de se ter mostrado economicamente inviável ou considerado impossível a sua recuperação financeira. Meio processual adequado (processo especial) a obter a declaração do estado de insolvência do devedor impossibilitado de cumprir as suas obrigações, a liquidar o seu património e a pagar, com o produto daquela liquidação, aos credores.

Fontes: Decreto-Lei n.º 132/93, DR 95, SÉRIE I-A de 1993-04-23; artigo 1.º

Código: 1452

Designação: **FUNDO DE PENSÕES**

Definição: Fundo para o qual são efectuadas contribuições, as quais constituem um património exclusivamente afecto ao pagamento, no futuro, de prestações pecuniárias, sob a forma de renda ou capital, a título de pré-reforma, reforma por velhice ou invalidez, ou sobrevivência. O pagamento destas prestações resulta das condições fixadas num plano de pensões previamente acordado entre as partes.

Fontes: Instituto de Seguros de Portugal - Estatísticas. Lisboa: ISP, 2000

Código: 1279

Designação: **GARANTIA SALARIAL**

Definição: Garantia dada aos trabalhadores do pagamento das retribuições devidas e não pagas pela entidade empregadora declarada extinta, falida ou insolvente, desde que tal declaração implique a cessação dos contratos de trabalho.

Notas: O montante é igual a 4 meses de retribuições devidas e não pagas no período de 6 meses imediatamente anterior à data da declaração de qualquer de uma das situações referidas, e o valor não pode ultrapassar o triplo da remuneração mínima nacional do respectivo sector de actividade.

Fontes: Despacho Normativo n.º 90/85, DR 217, SÉRIE I de 1985-09-20-Regulamenta a garantia do pagamento aos trabalhadores por conta de outrem das retribuições devidas e não pagas pela entidade empregadora.

Decreto-Lei n.º 50/85, DR 48, SÉRIE I de 1985-02-27

Código: 3745

Designação: **HIPOTECA**

Definição: A hipoteca confere ao credor o direito de ser pago pelo valor de certas coisas imóveis, ou equiparadas, pertencentes ao devedor ou a terceiro com preferência sobre os demais credores que não gozem de privilégio especial ou de prioridade de registo. As hipotecas são legais, judiciais ou voluntárias.

Fontes: CÓDIGO CIVIL (CC); artigo 686.º

Código: 184

Designação: **IMIGRANTE**

Definição: (Vide Imigrante Permanente e Imigrante Temporário).

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE)

Código: 185

Designação: **IMIGRANTE PERMANENTE**

Definição: Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período igual ou superior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE)

Código: 186

Designação: **IMIGRANTE TEMPORÁRIO**

Definição: Pessoa (nacional ou estrangeira) que, no período de referência, entrou no país com a intenção de aqui permanecer por um período inferior a um ano, tendo residido no estrangeiro por um período contínuo igual ou superior a um ano.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE)

Código: 5437

Designação: **IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS**

Definição: Imposto municipal, de carácter regular, que incide sobre o valor patrimonial tributário dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se realizam.

Fontes: Decreto-Lei n.º 287/2003, DR 262, SÉRIE I-A de 2003-11-12; Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)

Código: 5438

Designação: **IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS)**

Definição: O IRS é um imposto que incide sobre o valor anual dos rendimentos das pessoas singulares. Os rendimentos são classificados por categorias, e o imposto O IRS é um imposto que incide sobre a soma desses rendimentos, depois de efectuadas as correspondentes deduções e abatimentos. Âmbito de sujeição a imposto - Quando as pessoas são residentes em território português, o IRS incide sobre a totalidade dos seus rendimentos, isto é, também ficam sujeitos a imposto os rendimentos obtidos fora do território nacional. Existindo agregado familiar, o IRS incide sobre o conjunto dos rendimentos das pessoas que o constituem. Por isso se pode dizer que o IRS é um imposto sobre as famílias.

Fontes: Decreto-Lei n.º 442-A/88, DR 277, SÉRIE I, SUPLEMENTO de 1988-11-30 (CIRS); actualizado pela Lei n.º 60-A/2005, DR 250, SÉRIE I-A, SUPLEMENTO de 30 12-30 - OE2006

Código: 4673

Designação: **INCAPACIDADE**

Definição: Indicador das limitações de actividade e restrições na participação.

Notas: Refere-se aos aspectos negativos da interacção entre um indivíduo, com uma condição de saúde, e seus factores contextuais, ambientais e pessoais.

Fontes: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde, (CIF)

Código: 3028

Designação: **INCAPACIDADE PARA TRABALHAR**

Definição: Incapacidade da pessoa lesionada para executar as tarefas normais correspondentes, no emprego ou posto de trabalho que ocupava no momento em que se produziu o acidente de trabalho.

Fontes: Resolução sobre as estatísticas das lesões profissionais: devidas a acidentes de trabalho - Décima Sexta Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho. Convocada pelo CA do BIT/OIT, 1998; 16ª

Código: 3927

Designação: **INDEMNIZAÇÃO POR DESPEDIMENTO**

Definição: Montante ilíquido, antes da dedução de quaisquer descontos, efectuados directamente aos trabalhadores por motivo de despedimento.

Fontes: Inquérito ao Índice Europeu do Custo de Mão-de-Obra

Código: 3634

Designação: **INDIVÍDUO TEMPORARIAMENTE AUSENTE**

Definição: Indivíduo que, sendo um membro do agregado (e consequentemente participando no orçamento comum, quer pelas suas receitas quer pelas suas despesas) se encontre temporariamente ausente do alojamento na semana da entrevista (por motivos de férias, trabalho, educação, prisão, hospitalização, serviço militar obrigatório, entre outros).

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 1529

Designação: **INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE**

Definição: Instalação ligada de modo permanente a um sistema de abastecimento de água e a um sistema de drenagem de águas residuais, que permite a evacuação da água utilizada no banho para fora do alojamento.

Fontes: Conference of European Statisticians Recommendations for the 2010 Censuses of Population and Housing, Geneve, United Nations, 2006

Código: 7155

Designação: **INTENSIDADE LABORAL**

Definição: Corresponde para cada ano, à proporção do número total de meses de trabalho por conta de outrem e por conta própria para todos os membros não dependentes do agregado em relação ao número total de meses de trabalho, desemprego, reforma, estudo ou outro tipo de inactividade para todos os membros não dependentes do agregado.

Fontes: Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 3134

Designação: **INTERNET (acesso www)**

Definição: Ligação ao conjunto de redes informáticas mundiais interligadas pelo protocolo TCP/IP - Transmission Control Protocol/Internet Protocol, onde se localizam servidores de informação e serviços (FTP, WWW, E-mail, etc.).

Fontes: UMIC - Agência para a Sociedade do Conhecimento, IP

Código: 3005

Designação: **JURO**

Definição: Remuneração atribuída, nas datas e às taxas fixadas, ao capital mutuado.

Fontes: A Bolsa, Banco Fonsecas & Burnay

Código: 2701

Designação: **LEVANTAMENTOS DE RENDIMENTOS DAS QUASE-SOCIEDADES**

Definição: Os levantamentos de rendimentos das quase-sociedades são os montantes que os empresários efectivamente levantam, para seu uso pessoal, dos lucros realizados pelas quase-sociedades que lhe pertencem.

Fontes: Regulamento (CEE) nº 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; § 4.56

Código: 6110

Designação: **LICENCIATURA**

Definição: Curso ministrado por uma instituição de ensino superior, conducente ao grau de licenciado e comprovativo de uma formação científica, técnica e cultural que permite o aprofundamento de conhecimentos numa determinada área do saber e um adequado desempenho profissional.

Notas: Com a aplicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março este ciclo de estudos conducente ao grau de licenciado tem 180 a 240 créditos e uma duração normal compreendida entre seis e oito semestres curriculares.

Fontes: Lei n.º 46/86, DR 237, SÉRIE I de 1986-10-14, alterada pela Lei n.º 115/97, DR 217, SÉRIE I-A de 1997-09-19; e respectivas alterações
Decreto-Lei n.º 74/2006. DR 60 SÉRIE I-A de 2006-03-24

Código: 7166

Designação: **LINHA DE POBREZA**

Definição: Limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 3413

Designação: **LOCAÇÃO FINANCEIRA (LEASING)**

Definição: É o contrato pelo qual uma das partes se obriga, contra retribuição, a conceder à outra o gozo temporário de uma coisa, adquirida ou construída por indicação desta e que a mesma pode comprar, total ou parcialmente, num prazo convencionado, mediante o pagamento de um preço determinado ou determinável, nos termos do próprio contrato.

Notas: Existe o conceito de Sociedades de Locação Financeira na sub-área da Economia e Finanças, Monetárias e Financeiras. Artigo 1.º

Fontes: Decreto-Lei n.º 149/95, DR 144, SÉRIE I-A de 1995-06-24

Código : 3632

Designação : **MEMBRO DO AGREGADO DOMÉSTICO PRIVADO**

Definição : Todo o indivíduo residente no alojamento que participa no orçamento comum e não tem outra morada, mesmo que se encontre ausente por um período inferior a 6 meses.

Notas : consideram-se nestas condições, todos os indivíduos habitualmente residentes no alojamento e presentes no período de observação; todos os indivíduos temporariamente ausentes desde que, façam despesas a cargo do mesmo e/ou contribuam para o orçamento comum e se encontrem internados em estabelecimentos de saúde, prisionais, de reabilitação, entre outros, em viagem, a trabalhar ou estudar noutra localidade, com estadias frequentes no agregado; os empregados domésticos internos; não os emigrantes, os hóspedes sem pensão alimentar e os estrangeiros que se encontrem no agregado por um período limitado e tenham o seu agregado noutro país.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.- DMSI/SM - Serviço de Sistemas e Metainformação/DES/CV, Lisboa, Dezembro 2009

Código: 6118

Designação: **MESTRADO**

Definição: Curso que comprova nível aprofundado de conhecimento numa área científica restrita e capacidade científica para a prática de investigação, e que conduz ao grau de mestre.

Notas: Com a aplicação do Decreto-Lei n.º 74/2006, de 24 de Março o ciclo de estudos conducente ao grau de mestre pode ser ministrado, numa determinada especialidade, no ensino universitário e politécnico, desde que satisfaçam os requisitos legais. Podem candidatar-se os titulares do grau de licenciado ou equivalente legal ou os detentores de um currículo escolar científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para a realização deste ciclo de estudos. Tem 90 a 120 créditos, uma duração normal compreendida entre três a quatro semestres curriculares e integra: um curso de especialização, constituído por um conjunto organizado de unidades curriculares; uma dissertação de natureza científica ou um trabalho de projecto, originais e especialmente realizados para este fim, ou um estágio de natureza profissional objecto de relatório final.

Fontes: Lei n.º 46/86, DR 237, SÉRIE I de 1986-10-14, alterada pela Lei n.º 115/97, DR 217, SÉRIE I-A de 1997-09-19; e respectivas alterações
Decreto-Lei n.º 74/2006. DR 60 SÉRIE I-A de 2006-03-24

Código: 198

Designação: **NACIONALIDADE**

Definição: Cidadania legal da pessoa no momento de observação; são consideradas as nacionalidades constantes no bilhete de identidade, no passaporte, no título de residência ou no certificado de nacionalidade apresentado. As pessoas que, no momento de observação, tenham pendente

um processo para obtenção da nacionalidade, devem ser consideradas com a nacionalidade que detinham anteriormente.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE).

Código: 201

Designação: **NATURALIDADE**

Definição: Considera-se naturalidade o local do nascimento ou o local da residência habitual da mãe à data do nascimento. Para determinados fins estatísticos deve-se considerar preferencialmente o local da residência habitual da mãe à data do nascimento.

Fonte: CÓDIGO DE REGISTO CIVIL (CRC); Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE)

Código: 3638

Designação: **NEGÓCIO**

Definição: Um negócio é uma actividade comercial, não necessariamente registada contratualmente de forma explícita, de produção de bens ou fornecimento de serviços, mediante remunerações acordadas com outras partes (indivíduos ou unidades institucionais residentes) por determinados períodos ou até novas ordens.

Código: 3896

Designação: **NÍVEL DE ESCOLARIDADE**

Definição: Nível ou grau de ensino mais elevado que o indivíduo concluiu ou para o qual obteve equivalência, e em relação ao qual tem direito ao respectivo certificado ou diploma.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Educação e Formação (CSE)

Código: 2684

Designação: **ORDENADOS E SALÁRIOS EM ESPÉCIE**

Definição: Os ordenados e salários em espécie consistem em bens e serviços, ou outros benefícios, fornecidos pelos empregadores gratuitamente ou a preço reduzido e que podem ser utilizados pelos empregados quando e como estes entenderem, para a satisfação de necessidades ou desejos próprios ou dos membros das respectivas famílias. Esses bens e serviços, ou outros benefícios, não são necessários para o processo de produção da empresa. Para os empregados, esses ordenados e salários em espécie representam um rendimento adicional, pois teriam de pagar por eles um preço de mercado, se os tivessem comprado por sua própria conta.

Notas: Os mais comuns são: a) refeições e bebidas, incluindo as consumidas em deslocações de serviço (dado que teriam, de qualquer forma, de ser tomadas), mas excluindo as refeições ou bebidas especiais exigidas por condições de trabalho excepcionais. Devem ser incluídas nos ordenados em espécie as reduções de preços obtidas em cantinas gratuitas ou subsidiadas ou

através de cheques-refeição; b) serviços de alojamento, por conta própria ou adquiridos, de um tipo que possa ser usado por todos os membros da família do empregado; c) uniformes ou outro vestuário especial que os empregados vistam frequentemente tanto no local de trabalho como no exterior; d) serviços de veículos ou outros bens duráveis fornecidos para uso pessoal dos empregados; e) bens e serviços produzidos pela empresa e oferecidos gratuitamente pelos empregadores ao seu pessoal; f) fornecimento de equipamento desportivo, recreativo ou de férias aos empregados e suas famílias; g) transporte para e do trabalho (excepto se organizado nas horas de serviço), estacionamento de automóveis; h) creches para os filhos dos empregados; i) pagamentos feitos pelos empregadores aos comités de empresa ou órgãos similares; j) acções distribuídas gratuitamente aos empregados; k) bonificações de juros concedidas pelos empregadores quando estes fazem empréstimos aos empregados a taxas reduzidas ou nulas. Este valor pode ser calculado como o montante que o empregado teria que pagar se lhe fossem aplicadas as taxas de juro médias de empréstimos hipotecários ou para consumo, menos o montante dos juros efectivamente pagos. Ver também § 4.06 e 4.07 do SEC/95.

Fontes: Regulamento (CEE) nº 2223/96 do Conselho, de 25-06-96 - JO L 310 de 30-11-1996; § 4.04 e 4.05

Código: 5387

Designação: **ORGÃOS DE SOBERANIA**

Definição: São órgãos de soberania o Presidente da República, a Assembleia da República, o Governo e os Tribunais.

Notas: O Presidente da República representa a República Portuguesa, garante a independência nacional, a unidade do Estado e o regular funcionamento das instituições democráticas e é, por inerência, Comandante Supremo das Forças Armadas, (Artigo 120.º); A Assembleia da República é a assembleia representativa de todos os cidadãos portugueses, (Artigo 147.º); O Governo é o órgão de condução da política geral do país e o órgão superior da administração pública, (Artigo 182.º); Os tribunais são os órgãos de soberania com competência para administrar a justiça em nome do povo.(Artigo 202.º)

Fontes: CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA PORTUGUESA (CRP); artigo 120.º

Código: 1301

Designação: **PENSÃO**

Definição: Prestação pecuniária mensal de atribuição continuada nas eventualidades: morte (pensão de sobrevivência), invalidez, doença profissional e velhice.

Fontes: Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social (DGRSS)
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (IGFSS)

Código: 1303

Área: Sistema Público de Segurança Social (Sector Privado)

Designação: **PENSÃO DE INVALIDEZ**

Definição: Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que havendo completado um prazo de garantia de 60 meses de registo de remunerações (para todos os regimes excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições) e antes de atingirem a idade de reforma por velhice, se encontrem, por motivo de doença ou acidente definitivamente incapacitados de trabalhar na sua profissão.

Notas: O montante é igual à pensão estatutária (aquela que resulta da aplicação da fórmula de cálculo) mais o complemento social se for caso disso, mais actualizações periódicas, mais acréscimos decorrentes de actividade exercida em acumulação, se os houver (todos os regimes excepto o não contributivo e o RESSAA em que há um valor fixo).

Fontes: Decreto Regulamentar n.º 7/94, DR 59, SÉRIE I-B de 1994-03-11

Decreto-Lei n.º 329/93, DR 226, SÉRIE I-A de 1993-09-25

Portaria n.º 326/1993, de 19-03

Portaria n.º 433/95, DR 109, SÉRIE I-B de 1995-05-11

Código: 1400

Área: Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Designação: **PENSÃO DE INVALIDEZ**

Definição: Prestação pecuniária concedida ao pessoal que, não sendo subscritor da Caixa, seja considerado incapaz por acidente ou doença resultantes do cumprimento do serviço militar obrigatório. O montante é igual à trigésima sexta parte do último salário para um máximo de 36 anos.

Fontes: Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Código: 1427

Área: Prestações fornecidas pela entidade patronal

Designação: **PENSÃO DE INVALIDEZ**

Definição: Prestação pecuniária mensal concedida aos trabalhadores em caso de invalidez. Os trabalhadores em tempo completo têm direito: a) Às mensalidades que lhes competirem, de harmonia com a aplicação das percentagens da Tabela das Mensalidades/Doença ou Invalidez, às retribuições fixadas na Tabela Salarial e Promoções Obrigatórias calculadas por uma fórmula acordada entre os signatários, de modo a que correspondam a 1/14 de um montante anual, cujo valor líquido seja igual ao que o trabalhador auferiria se continuasse ao serviço; b) A um subsídio de Natal de valor igual ao das mensalidades referidas na alínea a); c) A um 14º mês de valor igual ao das mensalidades referidas na alínea a).

Notas: Cada uma das prestações a que os trabalhadores têm direito, nos termos acima descritos, não pode ser de montante inferior ao do valor ilíquido da retribuição do nível mínimo do respectivo Grupo. Os trabalhadores em regime de tempo parcial têm direito às prestações referidas, calculadas proporcionalmente ao período normal de trabalho.

Fontes: Acordo Colectivo do Trabalho Vertical dos Bancários

Código: 1304

Designação: **PENSÃO DE ORFANDADE**

Definição: Prestação pecuniária mensal atribuída aos órfãos até atingir a maioridade ou se emanciparem, através do Regime Não Contributivo de Protecção Social (R.N.C.P.S.). O montante é calculado de acordo com as regras aplicáveis às pensões de sobrevivência do Regime Geral tomando por base de cálculo global o valor da pensão social.

Fontes: Decreto-Lei n.º 160/80, DR 122, SÉRIE I de 1980-05-27

Código: 1430

Designação: **PENSÃO DE REFORMA**

Definição: Prestação pecuniária mensal concedida em vida dos beneficiários que tenham completado 40 anos de serviço antes de atingir 65 anos de idade, ou que tenha completado 35 anos de serviço tendo mais de 60 anos de idade.

Notas: O cálculo das mensalidades dos reformados que não as auferiram por inteiro é, nos termos das prestações de doença e invalidez, efectuado de acordo com a percentagem que lhes competir, por aplicação da tabela Mensalidades/Doença ou Invalidez, não podendo ser de montante inferior ao do valor ilíquido da retribuição do nível mínimo de admissão no Grupo Profissional em que o reformado esteve enquadrado enquanto foi trabalhador no activo.

Fontes: Acordo Colectivo do Trabalho Vertical dos Bancários

Código: 1305

Área: Sistema Público de Segurança Social (Sector Privado)

Designação: **PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA**

Definição: A) Regime Geral de Segurança Social, Regime Especial de Segurança Social de Actividades Agrícolas e Regime Seguro Social Voluntário: prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários cônjuges, ex-cônjuges, descendentes ou equiparados, ascendentes que à data da morte tenham completado 36 meses de contribuições, pertencentes aos regimes acima referidos, excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 72 meses com entrada de contribuições.

- Notas:** Regra geral, o montante da pensão de sobrevivência é determinado nas seguintes percentagens da pensão que o beneficiário recebia ou a que teria direito se tivesse invalidado ou reformado à data do falecimento. As percentagens são: a) 60% para cônjuge ou ex-cônjuge sobrevivente, ou 70% se forem mais do que um; b) 20%, 30% ou 40% para os filhos ou adoptados plenamente, consoante forem um, dois, ou mais de dois, se houver cônjuge ou ex-cônjuge com direito a pensão, e o dobro destas percentagens no caso contrário; c) 30%, 50% ou 80% para ascendentes e outros parentes afins, conforme forem um, dois, três ou mais de três. B) Regimes Não Contributivos Ou Equiparados: a) Regimes Transitórios Dos Rurais: prestação pecuniária concedida ao cônjuge sobrevivente dos pensionistas abrangidos pelos regimes transitórios dos rurais no montante de 60% da pensão do beneficiário falecido; b) Regime de Pensão Social: pensão de viuvez e pensão de orfandade atribuída no âmbito do regime da pensão social (ver conceitos respectivos).
- Fontes:** Decreto Regulamentar n.º 1/94, DR n.º 14, SÉRIE I-B de 1994-01-18
Decreto-Lei n.º 322/90, DR 241, SÉRIE I de 1990-10-18

Código: 1401

Área: Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Designação: **PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA**

Definição: Prestação pecuniária mensal concedida aos familiares dos beneficiários que à data da morte tenham completado 5 anos de inscrição para a CGA. O montante corresponde a 50% da pensão de aposentação ou reforma. O conjugue sobrevivente, se não concorrer isolado, tem sempre direito a metade deste valor.

Fontes: Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Código: 1431

Área: Prestações fornecidas pela entidade patronal

Designação: **PENSÃO DE SOBREVIVÊNCIA**

Definição: Prestação pecuniária mensal concedida a familiares dos beneficiários pela morte do trabalhador. Têm direito à prestação, o conjugue sobrevivente e os filhos, incluindo os nascituros e adoptados plenamente, até perfazerem 18 anos, ou 21 e 24, enquanto frequentarem, respectivamente, o ensino médio ou superior e, sem limite de idade, os que sofrerem da incapacidade permanente e total para o trabalho. A pensão de sobrevivência é igual a 40% do valor da retribuição mínima mensal, constante da Tabela Salarial e Promoções Obrigatórias, não podendo ser inferior ao ordenado mínimo nacional.

Notas: A prestação é atribuída da seguinte forma: a) 50% para o conjugue sobrevivente; b) 50% para os filhos ou adoptados plenamente; c) 100% para os filhos ou adoptados plenamente, no caso de o falecido não ter deixado cônjuge sobrevivente; d) 100% para o cônjuge sobrevivente, se não existirem filhos ou adoptados plenamente ou, no caso de existirem, não terem direito à pensão,

subsídio de Natal e 14º mês. A pensão de sobrevivência é atribuída nestes termos, desde que o trabalhador, à data do seu falecimento, fosse casado há mais de um ano. A pensão de sobrevivência do conjugue sobrevivente será mantida enquanto se mantiver no estado de viuvez, revertendo, se o trabalhador não tiver deixado conjugue sobrevivente ou, por morte deste ou no caso de contrair novo casamento, a favor dos filhos do trabalhador.

Fontes: Acordo Colectivo do Trabalho Vertical dos Bancários

Código: 1306

Designação: **PENSÃO DE VELHICE**

Definição: Prestação pecuniária mensal, concedida em vida dos beneficiários que, tenham completado 15 anos civis com entrada de contribuições, com uma densidade contributiva de, pelo menos, 120 dias de registo de remunerações por ano (excluindo o regime de seguro social voluntário em que o prazo é de 144 meses com entrada de contribuições) e com idade mínima de 65 anos, para o sexo masculino. Para o sexo feminino a idade estava fixada em 62 anos até 1993 e, a partir de 1994, irá evoluir de 62 para 65 com um aumento de 6 meses por ano civil.

Notas: O montante é igual à pensão estatutária (aquela que resulta da aplicação da fórmula de cálculo) mais o complemento social se for caso disso, mais actualizações periódicas, mais acréscimos decorrentes de actividade exercida em acumulação, se os houver (todos os regimes excepto o não contributivo em que há um valor fixo).

Fontes: Decreto Regulamentar n.º 7/94, DR 59, SÉRIE I-B de 1994-03-11
Decreto-Lei n.º 329/93, DR 226, SÉRIE I-A de 1993-09-25
Portaria n.º 1417/95, DR 272, SÉRIE I-B de 1995-11-24
Portaria n.º 433/95, DR 109, SÉRIE I-B de 1995-05-11

Código: 1307

Designação: **PENSÃO DE VIUVEZ**

Definição: Prestação pecuniária mensal atribuída através do Regime não Contributivo de Protecção Social, ao cônjuge sobrevivente de um beneficiário da pensão social que por si próprio não tenha direito a qualquer pensão e que se encontre na condição de recursos fixada para esta pensão. O montante é igual a 60% da pensão social.

Fontes: Decreto Regulamentar n.º 52/81, DR 260, SÉRIE I de 1981-11-11

Código: 1309

Designação: **PENSÃO POR INCAPACIDADE PERMANENTE (Por Doença Profissional)**

Definição: Prestação pecuniária mensal concedida a beneficiários, portadores de incapacidade por doença profissional, devidamente avaliada e certificada pela Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais, e de que resultou redução na sua capacidade geral de trabalho ou ganho. Têm direito a esta prestação, independentemente da idade e sem necessidade de completarem período de garantia, todos os trabalhadores por conta de outrem, desde que

vinculados ao regime geral de Segurança Social, os trabalhadores independentes, inscritos facultativamente no regime da doença profissional ou no esquema alargado do regime geral de Segurança Social e os trabalhadores estrangeiros que exerçam actividade em Portugal, desde que no país de origem seja dado igual tratamento aos trabalhadores portugueses.

Notas: São ainda requisitos obrigatórios: a) Serem beneficiários portadores de doença profissional; b) Terem estado expostos ao respectivo risco, pela natureza da sua actividade ou no ambiente de trabalho habitual; c) Não ter decorrido desde o tempo de exposição ao risco até à data da manifestação da doença, prazo superior àquele que, para o efeito, é fixado na Lista de Doenças Profissionais. O montante da pensão depende do grau de incapacidade e do valor do salário auferido pelo trabalhador, conforme segue: a) Incapacidade permanente e absoluta para todo e qualquer trabalho [$P = Rb \times 80\% (+ 10\% Rb, \text{ por cada familiar em situação equiparada à que legalmente confere abono de família, ou cada descendente a cargo, até ao limite de } 100\% \text{ da mesma retribuição})$]; b) Incapacidade permanente e absoluta para o trabalho habitual [$P = Rb \times Y$]; c) Incapacidade permanente e absoluta para o trabalho habitual, conjugada com a incapacidade permanente parcial para todo e qualquer trabalho [$P = Rb \times Y + G (0,8 - Y) \times Rb$]; d) Incapacidade permanente parcial [$P = 2/3 \times G \times Rb$].

Fontes: Decreto-Lei n.º 328/93, DR 226, SÉRIE I-A de 1993-09-25
Decreto-Lei n.º 2/82, DR 3, SÉRIE I de 1982-01-05
Decreto-Lei nº 360/71, de 21 de Agosto
Lei nº 2127/1965, de 03-08; Base XVI
Portaria nº 333/1984, de 02-06
Portaria nº 642/1983, de 01-06
Regulamento da CNSDP

Código: 1312

Designação: **PENSÃO SOCIAL**

Definição: Prestação pecuniária mensal concedida a cidadãos portugueses residentes em território nacional e excepcionalmente em território estrangeiro, com idade igual ou superior a 18 anos desde que incapacitados para toda e qualquer profissão e a idosos com idade igual ou superior a 65 anos. Em ambos os casos não exercendo actividade profissional, não se encontrando abrangidos por outros esquemas da Segurança Social e não auferirem rendimentos mensais ilíquidos superiores a 30% da remuneração mínima nacional garantida à generalidade dos trabalhadores, ou 50% desta remuneração, tratando-se de casal.

Fontes: Despacho Normativo n.º 2/86, DR 2, SÉRIE I de 1986-01-03
Decreto-Lei n.º 160/80, DR 122, SÉRIE I de 1980-05-27
Decreto-Lei n.º 297/84, DR 202, SÉRIE I de 1984-08-31
Decreto-Lei n.º 464/80, DR 237, SÉRIE I de 1980-10-13

Código: 1315

Designação: **PENSIONISTA**

Definição: Titular de uma prestação pecuniária nas eventualidades de: invalidez, velhice, doença profissional ou morte.

Fontes: Decreto-Lei n.º 329/93, DR 226, SÉRIE I-A de 1993-09-25

Código: 1454

Designação: **PLANOS DE POUPANÇA REFORMA (PPR'S)**

Definição: Constituem certificados nominativos de um fundo de poupança reforma que pode revestir a forma de seguro de vida, fundo de pensões ou fundo de investimento.

Fontes: Instituto de Seguros de Portugal - Estatísticas. Lisboa: ISP, 2000

Código: 3398

Designação: **PRÉDIO**

Definição: Parte delimitada do solo juridicamente autónoma, abrangendo as águas, plantações, edifícios e construções de qualquer natureza nela incorporados ou assentes com carácter de permanência.

Nota: é ainda considerado prédio cada fracção autónoma no regime de propriedade horizontal.

Fontes: Decreto-Lei n.º 224/2007, DR 105, SÉRIE I de 2007-05-31; artigo 6º, adaptado pela Task force Construção e Habitação 2008

Código: 5179

Designação: **PRÉMIO DE SEGURO**

Definição: Quantia devida pelo tomador do seguro à seguradora, correspondente ao período de duração do contrato. O prémio, que inclui os custos das garantias, as despesas de contrato e os encargos fiscais, é o preço a pagar pelo tomador.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P

Código: 2384

Designação: **PRÉMIOS E SUBSÍDIOS IRREGULARES**

Definição: Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com carácter irregular no período de referência, a título de participação nos lucros, distribuição de títulos ou outras gratificações, e outros pagamentos não periódicos. Inclui pagamentos a título de formação de um património em proveito dos trabalhadores e pagamentos referentes a indemnização de despedimento e pré-aviso efectuados directamente pela entidade empregadora às pessoas ao serviço. Se o período de referência tiver um tempo de duração inferior ao ano, inclui os subsídios de Natal e de férias.

Fontes: Manual de educação para os trabalhadores / Organização Internacional do Trabalho.
PUBLICAÇÃO: Lisboa : MQE. CICT, 1996

Código: 2382

Designação: **PRÉMIOS E SUBSÍDIOS REGULARES**

Definição: Montante ilíquido pago às pessoas ao serviço, com carácter regular, no período de referência, como é o caso dos subsídios de alimentação, de função, de alojamento ou transporte, diuturnidades ou prémios de antiguidade, produtividade, assiduidade, subsídio por trabalhos penosos, perigosos ou sujos, subsídios por trabalho de turnos e nocturnos.

Fontes: Manual de educação para os trabalhadores / Organização Internacional do Trabalho.
PUBLICAÇÃO: Lisboa : MQE. CICT, 1996

Código: 1319

Designação: **PRÉ-REFORMA**

Definição: Situação em que o trabalhador deixa de trabalhar, total ou parcialmente, antes de reunidas as condições legais para atribuição do direito à pensão de velhice pela Segurança Social, mas usufruindo por parte da entidade patronal de uma prestação que varia entre 25% e 100% da última remuneração auferida pelo trabalhador sobre a qual incide uma taxa bonificada de contribuições para a Segurança Social, ou mesmo isenção contributiva no caso de situações especiais.

Fontes: Decreto-Lei n.º 261/91, DR 169, SÉRIE I-A de 1991-07-25

Código: 1539

Designação: **PRESTAÇÃO MENSAL POR AQUISIÇÃO DE HABITAÇÃO PRÓPRIA**

Definição: Encargo mensal de capital e juros em dívida para pagamento de empréstimo à aquisição de habitação própria.

Fontes: Task force da Construção e Habitação 2008-2009

Código: 1210

Designação: **PRESTAÇÕES SOCIAIS**

Definição: Transferências, pecuniárias ou em espécie, com ou sem condições de recursos, às famílias ou particulares, efectuadas pelos regimes de protecção social e destinados a atenuar o encargo que representa para os beneficiários a protecção contra um certo número de riscos ou necessidades.

Fontes: Metodologia SEEPROS

Código: 2394

Designação: **PROFISSÃO**

Definição: Ofício ou modalidade de trabalho, remunerado ou não, a que corresponde um determinado título ou designação profissional, constituído por um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 2402

Designação: **PROFISSÃO PRINCIPAL**

Definição: Profissão em que o indivíduo ocupou mais tempo no período de referência.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 3628

Designação: **PROPRIETÁRIO DO ALOJAMENTO**

Definição: Titular do direito de propriedade do alojamento que tem o gozo pleno e exclusivo dos direitos de uso, fruição e disposição do mesmo.

Fontes: CÓDIGO CIVIL (CC); artigo 1305.º, adaptado pela Task force Construção e Habitação 2008

Código: 4337

Designação: **PROXY**

Definição: Pessoa que responde no lugar do respondente efectivo.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 7167

Designação: **RÁCIO S80/S20**

Definição: Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.

Fontes: Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 7154

Designação: **RÁCIO S90/S10**

Definição: Indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 10% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 10% de menores rendimentos.

Fontes: Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 1338

Designação: **REFORMA ANTECIPADA**

Definição: Possibilidade conferida a determinados grupos de trabalhadores, verificadas determinadas condições, de poderem usufruir de uma pensão de velhice antes de completada a idade legal de reforma.

Fontes: Decreto Regulamentar n.º 40/86., DR 210, SÉRIE I, 2.º SUPLEMENTO de 1986-09-12
Decreto-Lei n.º 116/90, DR 80, SÉRIE I de 1990-04-05
Decreto-Lei n.º 195/95, DR 173, SÉRIE I-A de 1995-07-28

Decreto-Lei n.º 392/90, DR 283, SÉRIE I de 1990-12-10
Decreto-Lei n.º 79-A/89 DR 60, SÉRIE I, SUPLEMENTO de 1989-03-13
Portaria n.º 490/88, DR 171, SÉRIE I de 1988-07-26
Portaria nº 621/1989, de 05-08

Código: 5095

Designação: **REFORMADO**

Definição: Indivíduo que, tendo cessado o exercício de uma profissão, por decurso de tempo regulamentar, por limite de idade, por incapacidade ou por razões disciplinares, beneficia de uma pensão de reforma.

Código: 4475

Designação: **REGIME DE RENDAS PARA HABITAÇÃO**

Definição: Sistema de contratos de arrendamento que comporta três tipos: renda livre, condicionada e apoiada.

Fontes: Lei n.º 6/2006, DR 41, SÉRIE I-A de 2006-02-27; artigo 61º e seguintes

Código: 1973

Designação: **REMUNERAÇÃO DIRECTA (SALÁRIO E ORDENADO DIRECTO)**

Definição: Engloba o montante ilíquido em dinheiro pago ao trabalhador pelo tempo de trabalho efectuado, o pagamento das horas extraordinárias e do tempo trabalhado em dias de descanso semanal ou feriados, os subsídios por turnos, trabalho nocturno, por trabalhos penosos, perigosos e sujos e outros ligados à natureza do posto de trabalho, os prémios de estímulo (produção, rendimentos e outros) e outros prémios e subsídios regulares. Exclui o pagamento das horas remuneradas mas não efectuadas.

Fontes: Manual de educação para os trabalhadores / Organização Internacional do Trabalho.
PUBLICAÇÃO: Lisboa : MQE. CICT, 1996

Código: 4476

Designação: **RENDA APOIADA**

Definição: Regime de renda cujo valor é calculado com base na taxa de esforço aplicada ao agregado/família do arrendatário e que tem por limite um preço técnico correspondente à renda condicionada aplicável à habitação.

Notas: Incluem-se os arrendamentos das habitações do Estado, seus organismos autónomos e institutos públicos, bem como os das adquiridas ou promovidas pelas Regiões Autónomas, pelos municípios e IPSS com participações a fundo perdido concedidas pelo Estado.

Fontes: Decreto-Lei n.º 321-B/90, DR 238, SÉRIE I - 1º SUPLEMENTO de 1990-10-15; artigo 82.º, mantido em vigor pela Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro, até à publicação de novo regime

Código: 2899

Designação: **RENDA CONDICIONADA**

Definição: Regime de renda cujo valor inicial do primeiro ou dos novos arrendamentos é estipulado por livre negociação entre as partes, não podendo, no entanto, exceder por mês o duodécimo do produto resultante da aplicação da taxa das rendas condicionadas ao valor actualizado do fogo no ano da celebração do contrato.

Notas: Este regime é obrigatório: a) no arrendamento de fogos que, tendo sido construídos para fins habitacionais pelo Estado e seus organismos autónomos, institutos públicos, autarquias locais, misericórdias e instituições de previdência, tenham sido ou venham a ser vendidos aos respectivos moradores; b) no arrendamento de fogos construídos por cooperativas de habitação económica, associações de moradores e cooperativas de habitação e construção que tenham usufruído de subsídios ao financiamento ou à construção por parte do Estado, autarquias locais ou institutos públicos; c) nos demais casos previstos em legislação especial.

Fontes: Decreto-Lei n.º 321-B/90, DR 238, SÉRIE I - 1º SUPLEMENTO de 1990-10-15; artigos 79º, 80º, 81º, mantidos em vigor pela Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro, até à publicação de

Código: 2901

Designação: **RENDA DO ALOJAMENTO**

Definição: Ver RENDA PARA HABITAÇÃO

Código: 5228

Designação: **RENDA INFERIOR AO PREÇO DE MERCADO**

Definição: Renda com valor inferior aos valores praticados no mercado e que se enquadra num dos seguintes regimes: renda condicionada, renda apoiada ou atribuída a alojamento facultado por entidade empregadora a preço reduzido.

Fontes: Statistics on Income and living conditions. Description on target variables: cross-sectional and longitudinal, versão 2004, Eurostat; adaptado por Task force Construção e Habitação 2008

Código: 2900

Designação: **RENDA LIVRE**

Definição: Regime de renda cujo valor inicial é estipulado por livre negociação entre as partes.

Nota: o quantitativo da renda deve constar no contrato de arrendamento.

Fontes: Decreto-Lei n.º 321-B/90, DR 238, SÉRIE I - 1º SUPLEMENTO de 1990-10-15; artigo 78º, mantido em vigor pela Lei nº 6/2006, de 27 de Fevereiro, até à publicação de novo regime)

Código: 7076

Designação: **RENDA PARA HABITAÇÃO**

Definição: Quantitativo devido mensalmente ao senhorio pela utilização do alojamento/fogo para fins habitacionais.

Fontes: CÓDIGO CIVIL (CC); artigos 1075^a e seguintes, adaptados e republicados pela Lei nº 6/2006, de 26 de Fevereiro. Decreto-Lei n.º 158/2006, DR 152, SÉRIE I de 2006-08-08; artigo 3.º

Código: 3641

Designação: **RENDIMENTO BRUTO**

Definição: Rendimento recebido antes da dedução do imposto sobre o rendimento, dos impostos regulares sobre o património, das contribuições obrigatórias dos empregados para regimes de Segurança Social e das contribuições dos empregadores para a Segurança Social.

Fontes: Resolução Legislativa do parlamento Europeu - EU-SILC - publicado no JO C 103 E de 30-04-2002

Código: 7156

Designação: **RENDIMENTO EQUIVALENTE**

Definição: Resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de “adultos equivalentes”, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE.

Notas: “Adultos equivalentes” é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE. A escala de equivalência modificada da OCDE atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. Consideram-se adultos para efeito deste cálculo os indivíduos com 14 e mais anos. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Fontes: Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 3640

Designação: **RENDIMENTO LIQUIDO**

Definição: Rendimento depois da dedução do imposto sobre o rendimento, das contribuições obrigatórias dos empregados para regimes de Segurança Social e das contribuições dos empregadores para a Segurança Social.

Código: 7157

Designação: **RENDIMENTO MONETÁRIO LÍQUIDO**

Definição: Rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 7158

Designação: **RENDIMENTO NÃO-MONETÁRIO**

Definição: Rendimento obtido pelos agregados através de autoconsumo (bens alimentares e outros de produção própria), auto-abastecimento (bens ou serviços obtidos sem pagamento em estabelecimento explorado pelo agregado), auto-locação (auto-avaliação do valor hipotético de renda de casa pelos agregados proprietários ou usufrutuários de alojamento gratuito), recebimentos em géneros e salários em espécie.

Nota: Coincide com a despesa não monetária.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 3643

Designação: **RENDIMENTO PREDIAL**

Definição: Valor a receber pelo proprietário de um activo não produzido corpóreo para remunerar o facto de o pôr à disposição de outrem.

Notas: incluem-se os arrendamentos de edifícios, terrenos, moradias, apartamentos e garagens durante o período de referência do rendimento; são deduzidos todos os custos de juros de empréstimos, manutenção, reparações e seguros afectos ao activo não produzido corpóreo.

Fontes: Task force Construção e Habitação 2008-2009

Código: 1349

Designação: **RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO (RSI)**

Definição: Prestação incluída no subsistema de solidariedade e num programa de inserção, de modo a conferir às pessoas e aos seus agregados familiares apoios adaptados à sua situação pessoal, que contribuam para a satisfação das suas necessidades essenciais e que favoreçam a progressiva inserção laboral, social e comunitária.

Fontes: Lei n.º 13/2003, DR 117, SÉRIE I-A de 2003-05-21
Decreto-Lei n.º 283/83. DR 140/83 SÉRIE I de 1983-06-21

Código: 7159

Designação: **RENDIMENTO TOTAL**

Definição: Soma do rendimento monetário com o rendimento não monetário.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 3642

Designação: **RESIDÊNCIA PRINCIPAL/HABITUAL**

Definição: Alojamento que constitui a residência de pelo menos um agregado familiar durante a maior parte do ano, ou para onde um agregado tenha transferido a totalidade ou maior parte dos seus haveres.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Demografia (CSE)

Código: 1355

Designação: **SEGURANÇA SOCIAL**

Definição: Conjunto de sistemas e subsistemas de direito exercido nos termos estabelecidos na Constituição, nos instrumentos internacionais aplicáveis e na Lei de Bases da Segurança Social.

Fontes: Lei n.º 28/84, DR 188, SÉRIE I de 1984-08-14

Código: 1396

Designação: **SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

Definição: Prestação social pecuniária que garante o pagamento de indemnizações ou prestações pré-fixadas ao trabalhador que seja vítima de um acidente de trabalho ou aos seus herdeiros.

Fontes: Instituto de Seguros de Portugal - Estatísticas. Lisboa: ISP, 2000

Código: 7416

Designação: **SERVIÇO CÍVICO**

Definição: Serviço que se traduz na participação em tarefas úteis e necessárias à colectividade e que é exclusivamente de natureza civil.

Notas: incluem-se o voluntariado e o trabalho ao serviço da comunidade imposto pelo tribunal como cumprimento de uma pena.

Fontes: Eurostat. Description of target variables: cross-sectional and longitudinal - EU/SILC 065, 2010 operation. (Version December 2009); adaptado

Código: 7417

Designação: **SERVIÇO COMUNITÁRIO**

Definição: Ver SERVIÇO CÍVICO.

Código: 2405

Designação: **SITUAÇÃO NA PROFISSÃO**

Definição: Relação de dependência ou independência de um indivíduo activo no exercício da profissão, em função dos riscos económicos em que incorre e da natureza do controlo que exerce na empresa.

Fontes: Resolução sobre as estatísticas das lesões profissionais: devidas a acidentes de trabalho - Décima Sexta Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho. Convocada pelo CA do BIT/OIT, 1998.; 15ª

Código: 3630

Designação: **SUBARRENDATÁRIO DO ALOJAMENTO**

Definição: Pessoa do agregado/família que arrenda o alojamento na sua totalidade ou em parte, mediante o pagamento de uma retribuição periódica a outra entidade ou pessoa não pertencente ao agregado/família e que é o arrendatário desse alojamento.

Conceito sinónimo: sublocatário do alojamento.

Fontes: Task force Construção e Habitação 2008-2009

Código: 2884

Designação: **SUBCONTRATAÇÃO DIRECTA**

Definição: Contratação directa de profissionais de uma determinada actividade que trabalham por conta própria.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas do Trabalho (CSE)

Código: 6202

Designação: **SUBSÍDIO À FORMAÇÃO**

Definição: Financiamento público atribuído a entidades do sector público, privado, social ou cooperativo para promover ou realizar acções de formação profissional.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas de Educação e Formação (CSE).

Código: 1360

Designação: **SUBSÍDIO DE ACOMPANHAMENTO (PARAMILOIDOSE)**

Definição: Prestação pecuniária de montante igual ao suplemento de grande inválido do Regime Geral de Segurança Social, concedida aos doentes que sofram de um incapacidade funcional igual ou superior a 70% ou que tenham impossibilidade de locomoção e necessitem, em ambos os casos, da ajuda permanente de uma terceira pessoa.

Fontes: Decreto Regulamentar n.º 25/90, DR 183, SÉRIE I de 1990-08-09
Despacho n.º 18-I/SESS/93, DR (...), Série (...), de 0000-00-00
Lei n.º 1/89, DR 26, SÉRIE I de 1989-01-31

Código: 1364

Designação: **SUBSÍDIO DE DESEMPREGO**

Definição: Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reúnam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrem, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade para o

trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Notas: O período de concessão é estabelecido em função da idade à data do requerimento, nos seguintes termos: a) 10 meses para os beneficiários com idade inferior a 25 anos; b) 12 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 25 anos e inferior a 30anos; c) 15 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 30 anos e inferior a 35 anos; d) 18 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 35 anos e inferior a 40 anos; e) 21 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 40 anos e inferior a 45 anos; f) 24 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 45 anos e inferior a 50 anos; g) 27 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 50 anos e inferior a 55 anos; h) 30 meses para os beneficiários com idade igual ou superior a 55 anos. Se os beneficiários, no decurso de desemprego e esgotado o prazo de concessão, atingirem 60 anos, podem requerer reforma antecipada. O montante do subsídio é igual a 65% da remuneração média definida por R/365, em que R representa o total das remunerações registadas nos primeiros 12 meses civis que precederam o 2º mês do da data de desemprego. Não pode ser superior a três vezes a remuneração mínima nacional nem inferior a esta remuneração, excepto se a remuneração de referência for inferior, caso em que é igual a esta última. Para os ex-pensionistas de invalidez que tenham sido considerados aptos o montante é de 100%, 90% ou 70% da remuneração mínima garantida à generalidade dos trabalhadores, nos termos do subsídio social de desemprego, mas não pode ser superior ao último valor da pensão de invalidez a que teriam direito se mantivessem pensionistas.

Fontes: Decreto-Lei n.º 418/93 DR 299, SÉRIE I-A de 1993-12-24
Decreto-Lei n.º 46/93, DR 43, SÉRIE I-A de 1993-02-20
Decreto-Lei n.º 79-A/89 DR 60, SÉRIE I, SUPLEMENTO de 1989-03-13
Lei n.º 17/86, DR 134, SÉRIE I de 1986-06-14
Portaria nº 145/1993, de 08-02
Portaria n.º 476/94, DR 150, SÉRIE I-B de 1994-07-01
Portaria nº 994/1989, de 16-11

Código: 1429

Designação: **SUBSÍDIO DE DOENÇA**

Definição: Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores em caso de doença. É atribuída nos termos da pensão de invalidez (ver pensão de invalidez).

Fontes: Acordo Colectivo do Trabalho Vertical dos Bancários

Código: 1367

Designação: **SUBSÍDIO DE FUNERAL**

Definição: Prestação pecuniária única de montante fixo concedida ao beneficiário, que visa compensar despesas de funeral, pelo falecimento de familiares - cônjuge, descendentes ou equiparados e ascendentes a cargo ou descendentes que confirmam direito ao Subsídio Mensal Vitalício e nas

situações relativas a fetos ou nados-mortos. É atribuído aos beneficiários de todos os regimes, excepto do Regime Não Contributivo ou Equiparados e beneficiários do esquema obrigatório do Regime Geral dos Trabalhadores Independentes.

Código: 1368

Designação: **SUBSÍDIO DE LAR (*)**

Definição: Prestação pecuniária regular concedida aos beneficiários casados ou a viver maritalmente, e aos solteiros, separados, divorciados ou viúvos, com descendentes a cargo com direito ao abono de família, do Fundo Especial de Segurança Social dos Profissionais de Seguros, destinada a apoiar a família na parte de encargos com a manutenção do lar(*).

(*) entenda-se “Lar” como sinónimo de “Habitação”

Fontes: Portaria nº 233/1990, de 29-03

Portaria nº 287/1993, de 12-03

Código: 1426

Designação: **SUBSÍDIO DE RENDA (COMPENSAÇÃO DE RENDA DE CASA)**

Definição: Prestação concedida aos beneficiários dos Serviços Sociais (Guarda Fiscal e Forças Armadas). No caso da Guarda Fiscal, o beneficiário não pode ser proprietário de propriedade urbana na localidade onde tem o seu domicílio necessário. No caso das Forças Armadas, a atribuição do subsídio é condicionada pelo rendimento per capita do agregado familiar do beneficiário. A nível de assistência na doença, as prestações dos cuidados de saúde são atribuídas nos termos dos regulamentos da ADSE.

Fontes: Serviços Sociais (SS)

Código: 1372

Designação: **SUBSÍDIO DE RENDA DE CASA ESPECIAL DE CARÊNCIA**

Definição: Subsídio de renda de casa atribuído aos arrendatários que, estando a receber subsídio de renda de casa ou subsídio de renda de casa especial para deficientes ou que nunca tenham recebido (por não reunirem anteriormente as restantes condições), por motivo de desemprego, doença ou outro, provem que as suas condições económicas tenham sofrido alteração que determine agravamento significativo da sua situação financeira

Notas: O montante do subsídio é determinado caso a caso e vigora por período de tempo fixado por despacho.

Fontes: Decreto-Lei n.º 68/86, DR 72, SÉRIE I de 1986-03-27

Lei n.º 21/86, DR 174, SÉRIE I de 1986-07-31

Código: 1373

Designação: **SUBSÍDIO DE RENDA DE CASA ESPECIAL PARA INQUILINOS DEFICIENTES**

Definição: Subsídio de renda de casa atribuído a deficientes com grau de incapacidade igual ou superior a 60%, cujo montante é determinado caso a caso.

Fontes: Decreto-Lei n.º 68/86, DR 72, SÉRIE I de 1986-03-27
Lei n.º 21/86, DR 174, SÉRIE I de 1986-07-31

Código: 1374

Designação: **SUBSÍDIO DE RENDA DE CASA GERAL**

Definição: Subsídio de renda de casa atribuído aos agregados familiares que para além de se encontrarem nas condições genéricas de atribuição deste subsídio, tenham num determinado ano rendimentos iguais ou inferiores aos limites indicados em tabelas e rendas iguais ou superiores aos limites indicados também nas mesmas tabelas. O montante é variável em função do valor da renda, dos rendimentos, dos limites estabelecidos por lei para estas duas variáveis e da dimensão do agregado familiar e a sua determinação apoia-se em tabelas publicadas anualmente.

Fontes: Decreto-Lei n.º 68/86, DR 72, SÉRIE I de 1986-03-27
Lei n.º 21/86, DR 174, SÉRIE I de 1986-07-31

Código: 1375

Designação: **SUBSÍDIO MENSAL VITALÍCIO**

Definição: Prestação pecuniária mensal atribuída aos descendentes ou equiparados dos beneficiários ou do cônjuge, com idade superior a 24 anos e que se encontrem nalguma das situações condicionantes da bonificação do subsídio familiar a crianças e jovens deficientes, não podendo, contudo, beneficiar da pensão social de invalidez. O montante é igual ao da pensão social do regime não contributivo.

Código: 1377

Designação: **SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA NA DOENÇA A DESCENDENTES MENORES OU DEFICIENTES**

Início: 16-07-2004 Fim: 12-11-2010

Definição: Prestação pecuniária atribuída por motivo de impedimento para o trabalho, para prestar assistência inadiável e imprescindível, em caso de doença ou acidente de filhos, adoptados ou enteados menores de 10 anos ou independentemente da idade se for deficiente ou possuidor de doença crónica, por um período de 30 dias, por ano civil por cada descendente.

Notas: A atribuição do subsídio depende do cumprimento do prazo de garantia: 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, à data do facto determinante da protecção (1º dia impeditivo para o trabalho), e de o descendente residir com o beneficiário e estar integrado no respectivo agregado familiar. O montante é de 65% da remuneração de referência.

Fontes: Decreto-Lei n.º 154/88, DR 99, SÉRIE I de 1988-04-29; c/ redacção dada pelos: DL nº 333/95, de 23-12; DL nº 347/98, de 09-11; DL nº 77/00, de 09-05
Lei n.º 4/84, DR 81, SÉRIE I de 1984-04-05; c/ redacção dada pelo DL nº 70/2000, de 04-05

Código: 1377

Designação: **SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO**

Definição: Prestação pecuniária concedida à mãe ou ao pai trabalhadores na situação de impedimento do exercício da actividade laboral determinada pela necessidade de prestar assistência inadiável e imprescindível aos filhos, em caso de doença ou acidente medicamente certificados e nos seguintes termos: a) a menor de 12 anos ou, independentemente da idade, a filho com deficiência ou doença crónica, por um período máximo de 30 dias, seguidos ou interpolados, em cada ano civil ou durante todo o período de eventual hospitalização; b) a maior de 12 anos, por um período máximo de 15 dias, seguidos ou interpolados, em cada ano civil. A estes períodos acresce um dia por cada filho além do primeiro.

Notas: a concessão do subsídio depende de o outro progenitor ter actividade profissional, não exercer o direito ao respectivo subsídio pelo mesmo motivo ou estar impossibilitado de prestar a assistência e de, no caso de o filho ser maior, este se integrar no agregado familiar do beneficiário. Relevam para o cômputo dos períodos máximos de concessão do subsídio para assistência a filho, os períodos de concessão do subsídio para assistência a netos.

Fontes: Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de Abril

Código: 2890

Designação: **SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA A DEFICIENTES PROFUNDOS E DOENTES CRÓNICOS**

Início: 16-07-2004 Fim: 12-11-2010

Definição: Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores por um período até 6 meses, prorrogável com limite de 4 anos, para acompanhamento de filho, adoptado ou filho do cônjuge que com este resida, que seja deficiente ou doente crónico, durante os primeiros 12 anos de vida.

Notas: A atribuição do subsídio depende do cumprimento do prazo de garantia: 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, à data do facto determinante da protecção (1º dia impeditivo para o trabalho), e de o descendente residir com o beneficiário e estar integrado no respectivo agregado familiar. O montante da prestação é 65 % da remuneração de referência, e não pode ser inferior ao valor do salário mínimo nacional.

Fontes: Decreto-Lei n.º 154/88, DR 99, SÉRIE I de 1988-04-29; c/ redacção dada pelos: DL nº 333/95, de 23-12; DL nº 347/98, de 09-11; DL nº 77/00, de 09-05
Lei n.º 4/84, DR 81, SÉRIE I de 1984-04-05; c/ redacção dada pelo DL nº 70/2000, de 04-05

Código: 2890

Designação: **SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A FILHO COM DEFICIÊNCIA OU DOENÇA CRÓNICA**

Definição: Prestação pecuniária concedida à mãe ou ao pai trabalhadores na situação de impedimento para o exercício de actividade laboral determinada pela necessidade de prestar assistência a filho com deficiência ou doença crónica por um período até seis meses, prorrogável até ao limite de quatro anos, nas seguintes condições: a) o filho viver em comunhão de mesa e habitação com o beneficiário; b) o outro progenitor ter actividade profissional e não exercer o direito ao respectivo subsídio pelo mesmo motivo ou estar impossibilitado de prestar a assistência.

Fontes: Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de Abril

Código: 4776

Designação: **SUBSÍDIO POR FALTAS ESPECIAIS DOS AVÓS**

Início: 16-07-2004 **Fim:** 12-11-2010

Definição: Prestação pecuniária atribuída aos trabalhadores, durante um período até 30 dias consecutivos a seguir ao nascimento de netos. No caso de ambos os avós serem trabalhadores podem gozar apenas um período de faltas, integralmente por um deles, ou por ambos em tempo parcial ou em períodos sucessivos, conforme decisão conjunta. Este subsídio não é acumulável com outras prestações compensatórias da perda de remunerações de trabalho.

Notas: A atribuição do subsídio depende do cumprimento do prazo de garantia: 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, à data do facto determinante da protecção (1º dia impeditivo para o trabalho), de os netos serem filhos de adolescentes com idade até aos 16 anos de idade, e de estes viverem com os pais em comunhão de mesa e habitação. O montante da prestação é de 100% da remuneração de referência.

Fontes: Decreto-Lei n.º 154/88, DR 99, SÉRIE I de 1988-04-29
Lei n.º 4/84, DR 81, SÉRIE I de 1984-04-05; c/ redacção dada pelo DL nº 70/2000, de 04-05

Código: 4776

Designação: **SUBSÍDIO PARA ASSISTÊNCIA A NETO**

Definição: Prestação pecuniária concedida à avó ou ao avô trabalhadores durante o período de impedimento para o exercício de actividade laboral, nas seguintes modalidades de prestações garantidas: a) assistência em caso de nascimento de neto, correspondente a um período até 30 dias consecutivos após o nascimento de neto que resida com o beneficiário em comunhão de mesa e habitação e seja filho de adolescente menor de 16 anos; b) assistência a neto menor ou, independentemente da idade, com deficiência ou doença crónica, pelo período correspondente aos dias não gozados pelos progenitores.

Notas: em caso de nascimento de neto a concessão do subsídio depende de declaração dos beneficiários dos períodos a gozar ou gozados de modo exclusivo ou partilhado ou, nas situações em que não é partilhado, é concedido desde que o outro avô exerça actividade profissional, esteja impossibilitado de prestar assistência e não tenha requerido o correspondente subsídio; em caso de assistência a neto o subsídio é concedido desde que os

progenitores exerçam actividade profissional, estejam impossibilitados de prestar a assistência, não exerçam o direito ao respectivo subsídio pelo mesmo motivo e nenhum outro familiar do mesmo grau falte pelo mesmo motivo.

Fontes: Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de Abril

Código: 7622

Designação: **SUBSÍDIO PARENTAL ALARGADO**

Definição: Prestação pecuniária concedida à mãe ou ao pai trabalhadores, ou a ambos alternadamente, na situação de exercício de licença parental alargada para assistência a filho integrado no agregado familiar, impeditiva do exercício de actividade laboral, por um período até três meses, desde que gozado imediatamente após o período de concessão do subsídio parental inicial ou subsídio parental alargado do outro progenitor.

Fontes: Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de Abril

Código: 1361

Designação: **SUBSÍDIO POR ADOPÇÃO**

Início: 15-07-2004 Fim: 12-11-2010

Definição: Prestação pecuniária, substitutiva do rendimento de trabalho por motivo de adopção de menor de 15 anos, concedida ao adoptante. Este subsídio é atribuído por um período de 100 dias consecutivos de licença para acompanhamento do menor, com início a partir da confiança judicial ou administrativa. A licença é acrescida de 30 dias por cada adoptado a mais.

Notas: A atribuição do subsídio depende do cumprimento do prazo de garantia: 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, à data do facto determinante da protecção (1º dia impeditivo para o trabalho), do menor estar a cargo do adoptante à menos de 60 dias, e não ser filho do cônjuge do candidato à adoptante. O montante da prestação é de 100 % da remuneração de referência, e não pode ser inferior a 50 % do salário mínimo nacional.

Fontes: Decreto-Lei n.º 154/88, DR 99, SÉRIE I de 1988-04-29; c/ redacção dada pelos: DL nº 333/95, de 23-12; DL nº 347/98, de 09-11; DL nº 77/00, de 09-05
Lei n.º 4/84, DR 81, SÉRIE I de 1984-04-05; c/ redacção dada pelo DL nº 70/00, de 04-05

Código: 1361

Designação: **SUBSÍDIO POR ADOPÇÃO**

Definição: Prestação pecuniária concedida a candidatos a adoptantes na situação de adopção de menor de 15 anos, impeditiva do exercício de actividade laboral, excepto no caso de se tratar de adopção de filho do cônjuge do beneficiário ou da pessoa com quem o beneficiário viva em

união de facto. O subsídio corresponde ao subsídio parental inicial, com as devidas adaptações.

Notas: em caso de incapacidade física ou psíquica, medicamente comprovada, ou de morte do beneficiário candidato a adoptante sem que este tenha esgotado o direito ao subsídio, o cônjuge que seja beneficiário tem direito ao subsídio pelo período remanescente ou a um mínimo de 14 dias, ainda que não seja candidato a adoptante, desde que viva em comunhão de mesa e habitação com o adoptado. No caso de adopções múltiplas, aos períodos previstos acrescem 30 dias por cada adopção além da primeira.

Fontes: Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de Abril

Código: 1378

Designação: **SUBSÍDIO POR ASSISTÊNCIA DE TERCEIRA PESSOA**

Definição: Prestação pecuniária mensal que visa compensar o acréscimo de encargos familiares e é atribuída: a) aos beneficiários com descendentes ou equiparados com direito a subsídio familiar, a crianças e jovens com bonificação por deficiência ou ao subsídio mensal vitalício, que se encontrem numa situação de dependência por causas exclusivamente imputáveis à deficiência (sem usufruírem do subsídio de educação especial); b) aos pensionistas de sobrevivência, invalidez ou velhice do regime geral da Segurança Social que se encontrem em situação de dependência.

Notas: Esta prestação, veio, para o regime anteriormente indicado, substituir a designada por "suplemento de pensão a grande inválido" (desde 1991/01/01 para os pensionistas de sobrevivência e desde 1994/01/01 para os pensionistas de invalidez e velhice). Em qualquer dos casos exige-se a assistência permanente de uma terceira pessoa (o que implica um atendimento de, pelo menos, 6 horas diárias) e, ainda, que o detentor do direito não possa praticar com autonomia os actos indispensáveis à satisfação de necessidades básicas à sua vida quotidiana.

Fontes: Decreto-Lei n.º 29/89, DR 19, SÉRIE I de 1989-01-23
Decreto-Lei n.º 374/90, DR 274, SÉRIE I de 1990-11-27

Código: 1379

Designação: **SUBSÍDIO POR DOENÇA (COM EXCLUSÃO DA TUBERCULOSE)**

Definição: Prestação pecuniária compensatória do rendimento do trabalho perdido em função da incapacidade temporária para o trabalho, concedida aos beneficiários activos.

Notas: Exige-se, inscrição igual ou superior a seis meses civis com entrada das contribuições correspondente a um índice de profissionalidade de pelo menos doze dias com registo de remunerações por trabalho efectivamente prestado no decurso dos quatro meses imediatamente anteriores ao início do que antecede o da data da incapacidade. Por cada impedimento há regra geral, um período de espera de 3 dias, sendo de 30 para os

trabalhadores abrangidos pelo Regime de Seguro Social Voluntário. O prazo máximo de concessão do subsídio é de 1095 dias. Para a contagem desse prazo máximo de concessão considera-se o mesmo período de doença quando entre uma alta e a baixa seguinte decorram até ao máximo de 60 dias. O montante diário é igual a 65% da remuneração média dos 6 primeiros meses que precedem o segundo mês anterior ao início da incapacidade e não pode ser inferior a 30% da remuneração mínima estabelecida para o sector de actividade de beneficiário, excepto se o salário mínimo, resultante do cálculo anteriormente referido, for inferior, caso em que é igual àquele. Em caso de doença de longa duração (incapacidade por períodos ininterruptos de mais de 365 dias) o montante diário passa a 70% da remuneração calculada nos termos atrás indicados.

Fontes: Decreto-Lei n.º 132/88, DR 92, SÉRIE I de 1988-04-20
Decreto-Lei n.º 287/90, DR 217, SÉRIE I de 1990-09-19

Código: 2893

Designação: **SUBSÍDIO POR FREQUÊNCIA DE ESTABELECIMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

Definição: Prestação pecuniária de montante variável concedida aos descendentes ou equiparados dos beneficiários de qualquer regime de Segurança Social, excepto alguns grupos do Regime de Seguro Social Voluntário e beneficiários do esquema obrigatório do Regime Geral dos Trabalhadores Independentes, destinada a compensar os encargos resultantes da aplicação de formas específicas de educação especial a crianças e jovens deficientes de idade não superior a 24 anos, designadamente à frequência de estabelecimentos particulares com fins lucrativos ou cooperativos ou entidade fora do estabelecimento, também com fins lucrativos. O montante corresponde à diferença entre a mensalidade devida ao estabelecimento ou ao educador e a comparticipação familiar, dependendo esta da poupança do agregado familiar.

Código: 4775

Início: 16-07-2004 Fim: 12-11-2010

Designação: **SUBSÍDIO POR LICENÇA PARENTAL**

Definição: Prestação pecuniária, substitutiva do rendimento do trabalho atribuído durante os primeiros 15 dias de licença parental, gozados pelo pai, desde que sejam imediatamente subsequentes à licença por maternidade ou por paternidade.

Notas: A atribuição do subsídio depende do cumprimento do prazo de garantia: 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, à data do facto determinante da protecção (1º dia impeditivo para o trabalho).

Fontes: Decreto-Lei n.º 154/88, DR 99, SÉRIE I de 1988-04-29; c/ redacção dada pelos: DL nº 333/95, de 23-12; DL nº 347/98, de 09-11; DL nº 77/00, de 09-05
Lei n.º 4/84, DR 81, SÉRIE I de 1984-04-05; c/ redacção dada pelo DL nº 70/2000, de 04-05

Código: 1369

Início: 16-07-2004 Fim: 12-11-2010

Designação: **SUBSÍDIO POR MATERNIDADE**

Definição: Prestação pecuniária concedida às trabalhadoras do RGSS durante 120 dias consecutivos, 90 dos quais necessariamente a seguir ao parto, podendo os restantes ser gozados, total ou parcialmente, antes ou depois do parto.

Em situação de risco clínico para a trabalhadora ou para o nascituro, pode haver direito a licença subsidiada antes do parto, pelo período aconselhado para prevenir o risco, conforme prescrição médica. Esta licença acresce ao período dos 120 dias. Nos casos de nascimentos múltiplos, este período é acrescido de 30 dias por cada gemelar além do primeiro. Na situação de aborto têm direito a licença mínima de 14 e máxima de 30 dias.

Notas: O montante diário é igual à remuneração média considerada para efeitos de cálculo do subsídio de doença, mas incluem-se os subsídios de Natal e férias recebidos, quando isso ocorra dentro do período considerado para o cálculo e não pode ser inferior a 50% do valor diário da RMN estabelecida para o respectivo sector de actividade. A atribuição do subsídio depende do cumprimento do prazo de garantia: 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, à data do facto determinante da protecção (1º dia impeditivo para o trabalho). A duração da licença de maternidade e respectivo subsídio, já correspondeu a : 90 dias até 11/95 (data da entrada em vigor do DL 333/95, de 23 /12) , 98 dias até 12/98 e 110 dias até 12/99 (Lei 18/98, 28/4).

Fontes: Decreto-Lei n.º 154/88, DR 99, SÉRIE I de 1988-04-29; c/redacção dada pelos: DL nº 333/95, de 23-12; DL nº 347/98, de 09-11; DL nº 77/00, de 09-05
Lei n.º 4/84, DR 81, SÉRIE I de 1984-04-05; c/ redacção dada pelo DL nº 70/2000, de 04-05

Código: 1371

Designação: **SUBSÍDIO DE PATERNIDADE**

Início: 16-07-2004 Fim: 12-11-2010

Definição: Prestação pecuniária, substitutiva do rendimento do trabalho, concedida aos maridos das trabalhadoras do RGSS e aos beneficiários por um período de 5 dias úteis a gozar no mês seguinte ao do nascimento do filho e por um período igual, àquele a que a mãe teria direito, depois do parto por: incapacidade física ou psíquica da mãe e enquanto a mesma se mantiver; morte da mãe (período mínimo de 14 dias); decisão conjunta dos pais, mas, a mãe gozará obrigatoriamente 6 semanas de licença.

Notas: A atribuição do subsídio depende do cumprimento do prazo de garantia: 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, à data do facto determinante da protecção (1º dia impeditivo para o trabalho). O montante é igual a 100% da remuneração de referência, não podendo ser inferior a 50% do salário mínimo nacional.

Fontes: Decreto-Lei n.º 154/88, DR 99, SÉRIE I de 1988-04-29
Lei n.º 4/84, DR 81, SÉRIE I de 1984-04-05; c/ redacção dada pelo DL nº 70/2000, de 04-05

Código: 7618

Designação: **SUBSÍDIO PARENTAL INICIAL**

Definição: Prestação pecuniária concedida à mãe e ao pai trabalhadores por um período até 120 ou 150 dias consecutivos, consoante a opção dos progenitores, e cujo gozo pode ser partilhado após o parto. Aos períodos indicados são acrescidos 30 dias consecutivos nas situações de partilha da licença, no caso de cada um dos progenitores gozar, em exclusivo, um período de 30 dias consecutivos, ou dois períodos de 15 dias consecutivos, após o período de gozo de licença parental inicial exclusiva da mãe. No caso de nascimentos múltiplos, aos períodos previstos acrescem 30 dias por cada gémeo além do primeiro.

Notas: a concessão do subsídio parental inicial depende de declaração dos beneficiários dos períodos a gozar ou gozados pelos progenitores de modo exclusivo ou partilhado. Caso não seja apresentada a declaração de partilha, o direito ao subsídio parental inicial é reconhecido à mãe.

Fontes: Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de Abril

Código: 1402

Designação: **SUBSÍDIO POR MORTE**

Área: *Caixa Geral de Aposentações*

Definição: Prestação pecuniária única concedida às pessoas de família a cargo dos aposentados por morte destes. À concessão do subsídio é aplicável o regime fixado na lei para os subsídios por morte dos funcionários em actividade. O montante é igual a seis meses de pensão do aposentado ou vencimento do funcionário no activo.

Fontes: Caixa Geral de Aposentações (CGA)

Código: 1432

Designação: **SUBSÍDIO POR MORTE**

Área: *Prestações fornecidas pela entidade patronal*

Definição: Prestação pecuniária concedida por uma só vez aos familiares pela morte do trabalhador. O montante é calculado nos termos do regulamento do Regime Geral da Segurança Social, ou igual à importância mensalmente recebida pelo falecido, a título de vencimento, ou pensão de doença ou invalidez, conforme o que se mostre, no caso concreto, mais favorável ao beneficiário.

Fontes: Acordo Colectivo do Trabalho Vertical dos Bancários

Código: 1380

Designação: **SUBSÍDIO POR MORTE**

Sistema público de segurança social (Sector privado)

Definição: Prestação pecuniária concedida por uma só vez aos familiares (cônjuges e ex-cônjuges, descendentes ou equiparados e ascendentes) dos beneficiários por morte deste.

Na falta daqueles, tem direito a este subsídio outros parentes, afins ou equiparados em linha directa até ao 3º grau da linha colateral.

No regime geral o montante é regra geral, igual a seis meses de salário médio, (incluindo o RSSV) que corresponde a 1/24 do salário global dos dois anos civis com remunerações mais elevadas dentro dos cinco que antecedem a última entrada de contribuições.

No regime especial de segurança social das actividades agrícolas o montante do subsídio por morte é igual a quatro meses da remuneração média calculada nos termos do RGSS.

Fontes: Decreto Regulamentar n.º 1/94, DR n.º 14, SÉRIE I-B de 1994-01-18

Decreto-Lei n.º 322/90, DR 241, SÉRIE I de 1990-10-18

Código: 1381

Designação: **SUBSÍDIO POR RISCOS ESPECÍFICOS**

Início: 16-07-2004 Fim: 12-11-2010

Definição: Subsídio atribuído por impedimento de prestar trabalho, para protecção da saúde e segurança das beneficiárias grávidas, puérperas e lactantes, contra os riscos específicos por exposição a agentes, processos ou condições de trabalho ou por prestação de trabalho nocturno, que ponham em risco a sua segurança ou saúde ou que possam ter repercussões sobre a gravidez e amamentação.

Notas: A atribuição do subsídio depende do cumprimento do prazo de garantia: 6 meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações, à data do facto determinante da protecção (1º dia impeditivo para o trabalho). O montante do subsídio, correspondente a esse período equivalente a 65% da remuneração de referência.

Fontes: Decreto-Lei n.º 154/88, DR 99, SÉRIE I de 1988-04-29; c/ redacção dada pelos: DL nº 333/95, de 23-12; DL nº 347/98, de 09-11; DL nº 77/00, de 09-05

Lei n.º 4/84, DR 81, SÉRIE I de 1984-04-05; c/ redacção dada pelo DL nº 70, de 04-05

Código: 1381

Designação: **SUBSÍDIO POR RISCOS ESPECÍFICOS**

Definição: Prestação pecuniária concedida à mãe trabalhadora na situação de impedimento para o exercício de actividade laboral determinada pela existência de risco específico para a beneficiária grávida, puérpera e lactante que desempenhe trabalho nocturno ou esteja exposta a agentes, processos ou condições de trabalho, que constituam risco para a sua segurança e saúde nos termos definidos na lei. O subsídio é concedido durante o período necessário para prevenir o risco e pela impossibilidade de o empregador lhe conferir outras tarefas.

Notas: no caso de trabalhadoras independentes ou abrangidas pelo seguro social voluntário, a comprovação do risco de desempenho de trabalho nocturno ou de exposição a agente ou

processos ou condições de trabalho é efectuada por médico do trabalho ou por instituição ou serviço integrado no Serviço Nacional de Saúde.

Fontes: Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de Abril

Código: 1382

Designação: **SUBSÍDIO POR TUBERCULOSE**

Definição: Subsídio de doença concedido em condições idênticas ao motivado por outras doenças excepto que não há período de espera nem limite de duração e que os montantes são de 80% ou 100% da remuneração de referência, conforme o beneficiário tenha a seu cargo, respectivamente, até dois ou mais familiares.

Fontes: Decreto-Lei n.º 132/88, DR 92, SÉRIE I de 1988-04-20
Decreto-Lei n.º 287/90, DR 217, SÉRIE I de 1990-09-19

Código: 1383

Designação: **SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO**

Definição: Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que na situação de desemprego involuntário tenham capacidade e disponibilidade para o trabalho, estejam inscritos nos centros de emprego e reúnam ainda as seguintes condições: tenham esgotado os prazos de concessão do subsídio de desemprego ou tenham sido trabalhadores por conta de outrem, durante pelo menos 180 dias, com o correspondente registo de remunerações, num período de 12 meses imediatamente anterior à data do desemprego, desde que o agregado familiar dos beneficiários não disponha de rendimentos mensais *per capita* superiores a 80% do valor da remuneração mínima estabelecida por lei para o sector em que desenvolvia a sua actividade.

Notas: O período de concessão para situações em que não houve previamente atribuição de subsídio de desemprego é igual ao estabelecido para este último, excepto, a partir de 1/7/96 (DL.57/96, de 22/5), para a idade igual ou superior a 45 anos, em que o período é de 30 meses. E quando é atribuído sequencialmente ao subsídio de desemprego, tem uma duração correspondente a metade dos períodos considerados no subsídio de desemprego, excepto, também, a partir de 1/7/96, para a idade igual ou superior a 45 anos, em que o período é de 15 meses. Aos trabalhadores com 55 e mais anos o subsídio poderá prolongar-se até aos 60 anos para efeitos de antecipação da idade de reforma. O montante é de 100%, 90% ou 70% da RMN, para trabalhadores para 4 ou mais pessoas a cargo, menos de 4 pessoas a cargo e sem pessoas a cargo, respectivamente.

Fontes: Decreto-Lei n.º 20/85, DR 14, SÉRIE I de 1985-01-17
Decreto-Lei n.º 402/91, DR 238, SÉRIE I-A de 1991-10-16
Decreto-Lei n.º 418/93 DR 299, SÉRIE I-A de 1993-12-24
Decreto-Lei n.º 46/93, DR 43, SÉRIE I-A de 1993-02-20
Decreto-Lei n.º 79-A/89 DR 60, SÉRIE I, SUPLEMENTO de 1989-03-13
Lei n.º 17/95, DR 134, SÉRIE I-A de 1995-06-09
Portaria nº 145/1993, de 08-02

Portaria nº 247/1985, de 02-05

Portaria n.º 476/94, DR 150, SÉRIE I-B de 1994-07-01

Portaria nº 994/1989, de 16-11

Código: 5432

Designação: **TAXA DE JURO BONIFICADA**

Definição: Taxa de juro reduzida segundo determinados parâmetros legais (ficando esse diferencial por conta do Estado), em resultado de situações específicas dos agregados como seja o nível de rendimento, a idade, deficiência, cidadãos emigrantes ou outras situações definidas por lei.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 7160

Designação: **TAXA DE RISCO DE POBREZA**

Definição: Proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 7161

Designação: **TAXA DE RISCO DE POBREZA ANTES DE TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS**

Definição: Proporção da população cujo rendimento equivalente, antes de transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 7162

Designação: **TAXA DE RISCO DE POBREZA APÓS TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS**

Definição: Proporção da população cujo rendimento equivalente, após transferências sociais, se encontra abaixo da linha de pobreza.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 5238

Designação: **TAXA DE SANEAMENTO**

Definição: Taxa que incide sobre os prédios urbanos servidos pela rede de saneamento básico (esgotos domésticos) ou nos casos em que não o esteja, tenha condições para vir a estar. Esta taxa é a contrapartida da conservação da rede de saneamento básico executada pelo município. O seu valor faz parte da tabela de taxas e outras receitas do município, e é calculada em função dos m³ de água facturada.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 1548

Designação: **TITULAR DO ALOJAMENTO**

Definição: Pessoa residente no alojamento na qualidade de proprietário, arrendatário, subarrendatário ou qualquer outra condição de ocupação do alojamento familiar.

Fontes: Task force Construção e Habitação 2008-2009

Código: 5729

Designação: **TRABALHADOR A TEMPO INTEIRO**

Definição: Trabalhador cujo período de trabalho tem a duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional e ainda aqueles cujo período normal de trabalho é superior a 75% da duração normal de trabalho aplicável no estabelecimento, podendo o limite percentual ser mais elevado por força da convenção colectiva.

Fontes: Direcção Geral de Emprego e Relações de Trabalho (DGERT)
Lei n.º 99/03, DR 197, SÉRIE I-A de 2003-08-27

Código: 304

Designação: **TRABALHADOR A TEMPO PARCIAL**

Definição: Trabalhador cujo período de trabalho tem uma duração inferior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição, para a respectiva categoria profissional ou na respectiva profissão.

Fontes: Departamento de Estatística do Trabalho, Emprego e Formação Profissional (DETEFP / MTS)

Código: 1754

Designação: **TRABALHADOR COM CONTRATO A TERMO**

Definição: Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato reduzido a escrito com fixação do seu termo e com menção concretizada de modo justificativo: a) a termo certo: quando no contrato escrito conste expressamente a estipulação do prazo de duração do contrato e a indicação do seu termo; b) a termo incerto: quando o contrato de trabalho dure por todo o tempo necessário à substituição do trabalhador ausente ou à conclusão da actividade, tarefa ou obra cuja execução justifica a sua celebração.

Fontes: Decreto-Lei n.º 64-A/89, DR 48/89, SÉRIE I, 2.º SUPLEMENTO de 1989-02-27

Código: 1798

Designação: **TRABALHADOR COM CONTRATO PERMANENTE**

Definição: Indivíduo ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho sem termo ou de duração indeterminada.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas do Trabalho (CSE)

Código: 2411

Designação: **TRABALHADOR FAMILIAR NÃO REMUNERADO**

Definição: Indivíduo que exerce uma actividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Fontes: Resolução sobre as estatísticas das lesões profissionais: devidas a acidentes de trabalho - Décima Sexta Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho. Convocada pelo CA do BIT/OIT, 1998.; 15ª

Código: 3013

Designação: **TRABALHADOR INDEPENDENTE**

Definição: Indivíduo que se encontra registado junto das autoridades fiscais enquanto unidade económica distinta e tributável sujeita a impostos adequados, cuja forma de prestação de trabalho não obriga a empresa empregadora aos encargos sociais correspondentes e/ou cuja relação contratual não está regulada pela legislação geral de trabalho aplicável aos trabalhadores por conta de outrem.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas do Trabalho (CSE)

Código: 1801

Designação: **TRABALHADOR OCASIONAL**

Definição: Indivíduo com contrato a termo, cujo trabalho não tem periodicidade definida, ocorrendo esporadicamente sem carácter de continuidade, não sendo cíclico ao longo dos anos.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre as Estatísticas do Trabalho (CSE)

Código: 2412

Designação: **TRABALHADOR POR CONTA DE OUTREM**

Definição: Indivíduo que exerce uma actividade sob a autoridade e direcção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Fontes: Resolução sobre as estatísticas das lesões profissionais: devidas a acidentes de trabalho - Décima Sexta Conferência Internacional dos Estatísticos do Trabalho. Convocada pelo CA do BIT/OIT, 1998.; 15ª

Código: 2413

Designação: **TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA**

Definição: Indivíduo que exerce uma actividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está directamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais)

provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 1805

Designação: **TRABALHADOR TEMPORÁRIO**

Definição: Indivíduo que celebra com uma empresa de trabalho temporário um contrato de trabalho temporário, pelo qual se obriga a prestar a sua actividade profissional a utilizadores, a cuja autoridade e direcção fica sujeito, mantendo, todavia, o vínculo jurídico-laboral à empresa de trabalho temporário, sendo por esta remunerada.

Fontes: Decreto-Lei n.º 358/89. DR 239/89 SÉRIE I de 1989-10-17

Código: 7163

Designação: **TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS PAGAS A OUTROS AGREGADOS**

Definição: Todas as transferências regulares, em dinheiro, pagas a outros agregados residentes ou não residentes no país.

Notas: Inclui, nomeadamente, casos em que um dos pais paga uma contribuição para a ajuda nas despesas dos filhos que não residem com ele e que estão a cargo de outrem (normalmente o outro progenitor). Exclui transferências a título excepcional e irregular, como heranças.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 3645

Designação: **TRANSFERÊNCIAS MONETÁRIAS RECEBIDAS DE OUTROS AGREGADOS**

Definição: As transferências monetárias recebidas de outros agregados domésticos privados correspondem a todas as transferências regulares, em dinheiro, recebidas de outros agregados residentes ou não residentes no país. Em particular, inclui as remessas feitas por emigrantes ou empregados estabelecidos com carácter permanente no estrangeiro (ou trabalhando no estrangeiro por um período de um ano ou superior). Inclui também casos em que um dos pais paga uma contribuição para a ajuda nas despesas dos filhos que não residem com ele e que estão a cargo de outrem (normalmente o outro progenitor). Exclui transferências a título excepcional e irregular, como heranças.

Fontes: Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Código: 7165

Designação: **TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS EM SENTIDO LATO**

Definição: Inclui pensões provenientes de planos individuais, privados ou públicos (prestações de velhice e sobrevivência) e outras transferências sociais relativas a família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: I 7164

Designação: **TRANSFERÊNCIAS SOCIAIS, EXCLUINDO PENSÕES**

Definição: Inclui os apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social.

Fontes : Description of target variables: cross sectional and longitudinal", EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008. (adaptado)

Código: 559

Designação: **TRATAMENTO (SAÚDE)**

Definição: Acto terapêutico realizado num doente por um profissional de saúde.

Fontes: Grupo de Trabalho sobre Estatísticas da Saúde (CSE)

IV. CLASSIFICAÇÕES

UTILIZADAS PARA DETALHE E DIFUSÃO DA INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

- V00034 - Nomenclatura de Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, Versão de 2002 (NUTS 2002)
- V00460 – ISO 3166-1 – Norma Internacional – Códigos para a Representação dos Nomes dos Países (ISO alpha2)
- V00004 - Classificação Nacional de Profissões, 1994 (CNP 94)
- V02014 - Classificação Portuguesa de Profissões, 2010 (CPP 2010)
- V00006 - CITP 88.COM
- V00554 – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3
- V00081 - Classificação Internacional Tipo da Educação, 1997 - Níveis de Educação
- V00906 – Composição do agregado doméstico privado (ICOR)
- V01244 – Escala de intensidade laboral anual (ICOR 1)
- V01245 – Escala de intensidade laboral anual (ICOR 2)
- V00910 - Escalões de idades (0-17; >=65) - variante 13
- V00305 – Sexo (difusão HM)
- V00320 – NUTS 2002 completa (lista cumulativa – PT, NUTS I, II, III, CC, FR)
- V00907 – Regime de ocupação do alojamento
- V01246 – Condição perante o trabalho (ICOR 2)
- V01163 – Quintis de rendimento
- V00225 - Zonas densamente povoadas, medianamente povoadas e pouco povoadas

ASSOCIADAS A VARIÁVEIS DE OBSERVAÇÃO (QUESTIONÁRIO)

- V00153 – Sexo (I2)
- V00180 – Tipologia Sim/Não
- V00683 - Tipologia Sim/Não (Não sabe)– variante 1
- V01632 – Estado Civil – variante 1 (I15)
- V01281 – Regiões NUTS II, 2002 (IMOGATUR) – variante 3 (A4)
- V01626 - Situação do alojamento (ICOR) (A6)
- V02102 - Situação do agregado face à vaga anterior (A5)
- V02103 - Resultado do contacto/ entrevista (agregado doméstico, ICOR) (A7)
- V02104 - Situação do indivíduo no agregado (ICOR) (I4)
- V01630 - Condição perante o trabalho (ICOR) (I9 e I12)
- V01631 - Situação do indivíduo face ao alojamento (I11)
- V01660 - Estado civil de facto/ conjugalidade (ICOR) (I16)
- V01633 – Resultado do contacto/entrevista (indivíduo, ICOR) (I19)

- V01634 - Tipo de entrevista (I20)
- V00460 – ISO 3166-1 – Norma Internacional – Códigos para a Representação dos Nomes dos Países (ISO alpha2) (I23a, I24a, I26a)
- V01649 - Níveis de educação (ICOR) – variante 20 (I28 e I29)
- V02105 - Escala de opinião 37 (muito bom – não sabe/não responde) (I31)
- V02106 - Tipologia sim/não (sim, severamente limitadas; não sabe/não responde) (I33)
- V01636 - Razões para não ter efectuado a consulta médica, o exame ou o tratamento (I35, I37)
- V02112 – Tipologia sim/não (sim, pelo menos numa ocasião; não sabe/não responde) (I34; I36)
- V02448 – Condição perante o trabalho (ICOR 4) (I40 e I58)
- V00004 - Classificação Nacional de Profissões, 1994 (CNP 94) (I43a)
- V01638 - Situação na profissão – variante 6 (I44)
- V02114 - Tipos de contrato de trabalho – variante 6 (I45)
- V02107 – Tipo de organismo onde trabalha (I46-1)
- V02108 - Regimes de protecção social (ICOR) (I46-2)
- V00554 – Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 3 (I50a))
- V01640 - Escalões de pessoal ao serviço (ICOR 1-10; >=50); não sabe/não responde) (I51)
- V02115 - Conhecimento do número de horas trabalhadas (I52 e I54)
- V01655 - Razões para ter trabalhado menos de 30 horas por semana (I55)
- V02109 - Razões para mudar de trabalho (I57)
- V01658 - Documentos que dispõe para responder sobre os rendimentos por conta outrem (I60)
- V01662 – Tipologia sim/não (sim, IRS e segurança social; não sabe/não responde) (I66)
- V01656 - Escalões do valor anual das remunerações em espécie (I69)
- V01659 - Documentos que dispõe para responder sobre os rendimentos por conta própria (I72)
- V01641 - Regime fiscal dos trabalhadores por conta própria (I73)
- V01642 – Escala de opinião 26 (positivo – nulo, não sabe/não responde) (I76)
- V02113 - Lista das Prestações Sociais (I84 n.a; I85 n.a, I87n.a)
- V01663 - Tipologia sim/não (houve pagamento adicional; não sabe/não responde) (I92)
- V02110 - Forma de apresentação da declaração de rendimentos (modelo 3 do IRS) (variante 1) (I95)
- V02187 - Tipos de alojamento (ICOR 2) (A13)
- V02111 – Tipologia sim /não (sim, apenas para uso do agregado; não) (A16)
- V01645 - Regime de ocupação do alojamento (ICOR) (A19)
- V01651 – Escalões mensais de renda/ prestação de crédito à habitação (ICOR, €) (A24, A26)
- V01646 - Lista de periodicidades (ICOR) (A30.b)
- V01647 – Escala de opinião 27 (encargos com o alojamento, observação) (A31 e A35)
- V01664 - Tipologia sim/não (sim; não dispõe devido a dificuldades económicas; não sabe/não responde) (A32-1...A32-6)
- V01665 - Tipologia sim/não (sim houve atrasos nos pagamentos, uma vez; não sabe/não responde) (A36-1....A36-3)
- V01666 – Tipologia sim/não (sim, sem alterar o padrão de consumo habitual; não sabe/não responde) (A37)

- V01648 - Escala de opinião 28 (grande dificuldade – grande facilidade, observação) (A38)
- V01652 - Escalões de rendimentos anuais de capital (ICOR, €) (A46)
- V01653 – Escalões de valor de imposto municipal sobre imóveis (ICOR, €) (A58)
- V01654 - Escalões de valor anual do autoconsumo alimentar (€) (A61)
- V02453 – Situação do indivíduo no agregado (2) (A8)
- V02186 – Locais de ocupação do tempo das crianças (I18)
- Tabela Tipo de serviços (A30)

V. VARIÁVEIS

33. Variáveis de observação

Conforme ficheiro **Anexo 2**

34. Variáveis derivadas

Conforme ficheiro **Anexo 2**

35. Informação a disponibilizar

No contexto da correcta definição das bases de dados finais, sobre as quais incidirão os cálculos dos indicadores mais importantes, bem como os apuramentos de informação e respectiva análise, importou desenhar um agrupamento de variáveis funcional, tanto a nível de utilizadores internos como de utilizadores externos dessas mesmas bases de dados.

Neste sentido, cada base de dados anual do ICOR/SILC apresentará quatro tipos de ficheiros:

D – Ficheiro com informação básica de todos os agregados (resultado do contacto; outra informação).

R – Ficheiro com informação básica de todos os indivíduos (informação demográfica; relações de parentesco; elegibilidade; resultado da entrevista; cuidados com a criança).

H – Ficheiro com informação completa dos agregados (informação da entrevista ao agregado propriamente dita, com dados do alojamento, rendimentos, exclusão social e geral).

P – Ficheiro com informação completa dos indivíduos (informação da entrevista ao indivíduo propriamente dita, com dados demográficos, rendimentos, condição perante o trabalho, histórico profissional, saúde, educação).

As variáveis dos ficheiros começam pela letra do respectivo ficheiro onde estão localizadas e a segunda letra corresponde ao respectivo bloco de informação (por exemplo, a variável PY010 diz respeito ao ficheiro P - indivíduo, bloco Y - rendimento).

O ficheiro **D** (registo do agregado) é constituído por um bloco B – informação básica (variáveis DB).

No ficheiro **R** (registo do indivíduo) constam dois blocos:

B – Informação básica (variáveis RB)

L – Trabalho (variáveis RL)

No ficheiro **H** (dados do agregado) constam quatro blocos:

B - Informação básica (variáveis HB)

H - Alojamento (variáveis HH)

S - Exclusão social (variáveis HS)

Y - Rendimento (variáveis HY)

No ficheiro **P** (dados do indivíduo) constam cinco blocos:

B - Informação básica (variáveis PB)

E - Educação (variáveis PE)

H - Saúde (variáveis PH)

L - Trabalho (variáveis PL)

Y - Rendimento (variáveis PY)

Os ficheiros **D** e **R** servirão para análises de carácter metodológico, como o cálculo de taxas de atrição, identificação de agregados/indivíduos que estão em condições de elegibilidade para a vaga seguinte, entre outras.

Os ficheiros **H** e **P** servirão para análises de fundo e constituirão a verdadeira essência dos dados, permitindo calcular diversos indicadores sociais.

A base de dados ICOR/SILC, de produção anual, é a fonte para o cálculo da maior parte dos indicadores *Laeken* de coesão social. Alguns destes indicadores já constam no quadro de Indicadores Estruturais de Coesão Social da Comissão Europeia, entre os quais se destacam:

- Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20);

- Taxa de pobreza antes de transferências sociais;
- Taxa de pobreza depois de transferências sociais;
- Taxa de persistência de pobreza.

Os indicadores actualmente existentes no Portal de Estatísticas Oficiais são apresentados no **Anexo 3.**

VI. SUPORTES DE RECOLHA

36. Questionário

Unidades inquiridas: Agregado doméstico privado; Indivíduos.

- Instrumento de Notação nº **10016**

37. Ficheiros

Não aplicável

VII. ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

- AAS – Amostragem Aleatória Simples
- AM – Amostra-Mãe
- CAPI – Computer Assisted Personal Interview (Entrevista Presencial Assistida por Computador)
- CC – Código Civil
- CE – Conselho Europeu / Comissão Europeia
- CEE – Comunidade Económica Europeia
- CENSOS - Recenseamento Geral da População e Recenseamento Geral da Habitação
- CGA – Caixa Geral de Aposentações
- CIF - Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde
- CNSDP - Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais
- CPP – Classificação Portuguesa de Profissões
- CRC – Código do Registo Civil
- CRP – Constituição da República Portuguesa
- CSE – Conselho Superior de Estatística
- CV - Coeficiente de Variação
- DCN – Departamento de Contas Nacionais
- DES/CV - Departamento de Estatísticas Demográficas e Sociais/ Serviço de Estatísticas das Condições de Vida
- DGRSS - Direcção-Geral dos Regimes de Segurança Social
- DMSI - Departamento de Metodologia e Sistemas de Informação
- DMSI/ME - Departamento de Metodologia e Sistemas de Informação/Serviço de Métodos Estatísticos
- DR – Diário da República
- DREM – Direcção Regional de Estatística da Madeira
- DRI – Departamento de Recolha de Informação
- DRI/SIE – Departamento de Recolha de Informação/Serviço de Inquéritos por Entrevista
- ECHP - European Community Household Panel
- EUA – Estados Unidos da América
- EUROSTAT - Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
- EU-SILC – European Union-Statistics on Income and Living Conditions
- GEP/MTSS – Gabinete da Estratégia e Planeamento / Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social
- ICOR - Inquérito às Condições de Vida e Rendimento
- IDEF – Inquérito às Despesas das Famílias
- IGFSS - Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social

- IMI – Imposto Municipal Sobre Imóveis
- INE – Instituto Nacional de Estatística, I.P.
- IRS – Imposto sobre o rendimento de pessoas singulares
- ISCED – International Standard Classification of Education, (ISCED 97)
- ISP - Instituto de Seguros de Portugal
- IVE – Imputation and Variance Estimation
- NUTS – Nomenclatura Territorial para Fins Estatísticos
- PEADP - Painel Europeu de Agregados Domésticos Privados
- SAS - Statistical Analysis System
- SEN - Sistema Estatístico Nacional
- SEEPROS - Sistema Europeu de Estatísticas Integradas da Protecção Social
- SIGINE - Sistema de Informação de Gestão do INE
- SPSS - Statistical Package for the Social Sciences
- SREA – Serviço Regional de Estatística dos Açores
- SS – Serviços Sociais
- UA – Unidade de Alojamento
- UE – União Europeia

VIII. BIBLIOGRAFIA

- Comissão das Comunidades Europeias, Regulamento (CE) n.º 1177/2003 de 16 de Junho de 2003
- Description of target variables: Cross-sectional and Longitudinal – 2011 operation”, EU-SILC 065 (2011 operation), Luxembourg, Eurostat, version November 2010”.
- “Description of target variables: Cross-sectional and Longitudinal - 2010 operation”, EU-SILC 065 (2010 operation), Luxembourg, Eurostat, Version December 2009
- “Description of target variables: Cross-sectional and Longitudinal – 2008 operation”, EU-SILC 065 (2008 operation), Luxembourg, Eurostat, 2008
- "Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - ICOR - Documento Metodológico", INE, Departamento de Estatísticas Sociais/Condições de Vida, 2009
- "Inquérito às Condições de Vida e Rendimento - ICOR – Manual do Entrevistador", INE, Departamento de Estatísticas Sociais/Condições de Vida, 2009
- “Metodologia da Amostra-Mãe 2001”, INE, DMSI
- “Sistema Integrado de Metainformação: Documentação das operações estatísticas. Documento Metodológico”, INE, Serviço de Metodologia, Maio de 2005

ANEXO 1

Percursos do ICOR2011

Nº	Questão	Percurso
1	A1	Todos os agregados dos alojamentos
2	A2	A1
3	A3	A2
4	A3.1	A3
5	A4	A3.1
6	A5	A4
	A5a	A5=10
7	A6	A5={1,2,7, 8}
8	A7	A6=1
9	A8	A7=1
\sum Questionários Individuais = \sum (membros + visitas do agregado)		
10	I1.	Membro ou visita do agregado
11	I2.	I1.
12	I3.	I2.
13	I4.	I3. (Se nova rotação, I4=1 - preenchimento automático)
14	I5	I4=1, 2, 3 e 9
15	I6	I5=1
16	I7.	I4=4 ou 5 ou 6 ou 7 ou 8
17	I8.	[I7.] ou [I5=2 ou 9 e I4.=9]
18	I8	Se I4. = 4, 5, 6, 7 ou 8 e I7.b =n-1 \Rightarrow I8.=I7.a (Preenchimento automático)
19	I8	Se I4. = 4, 5, 6, 7 ou 8 e I7.b =n \Rightarrow I8.=12 (Preenchimento automático)
20	I9.	I8.
21	I10.	[I5=2 ou 9 e I4.=3]
22	I11	[I10.] ou [I5=2 ou 9 e I4.=1 ou 2] ou [I4.=10]
23	I12	I11
24	I13.	I12.
25	I14.	I13.
26	I15.	[I14. e I3.c<n-17]
27	I16.	I15.

Percursos do ICOR2011

Nº	Questão	Percurso
28	I17.	[I16.=1] ou [I16.=2]
29	I18.	[I14. e I3.c ≥ n-13]
30	I19.	[I16.=3] ou [I16.=4] ou [I17.]
31	I20.	I19.=1
32	I21.a	[I9.] ou [I14. e I3.c ∈ [n-16, n-12]] ou [I18.] ou [I19. ∈ {2,3,4,5}] ou [I20.]
33	I21.a	Se I20. = 1 ou 2 ⇔ I21.a = I1.a (Preenchimento automático)
34	I22.	I19.=1
35	I23.	I22.
36	I24.	I23.
37	I25.	I24.
38	I26.	I25.=1
39	I27.	[I25.=2] ou [I25.=9] ou [I26.]
40	I28.	I27.=1
41	I29.	[I27.=2] ou [I27.=9] ou [I28.]
42	I30.	I29. ≠ 98
43	I31.	[I30.] ou [I29.=98]
44	I32.	I31.
45	I33.	I32.
46	I34.	I33.
47	I35.	I34.=1
48	I36.	[I34.=1] [I34.=3] ou [I34.=9] ou [I35]
49	I37.	I36.=1
50	I38.	[I36.=1] [I36.=3] ou [I36.=9] ou [I37]
51	I39	I38. < 98
52	I40	I39. ou I38 ≥ 98
53	I41	I40. > 4 e I40. ≠ 8
54	I42	I41.=1
55	I43	I42 ou (I38. < 98 e I41.=2 e I41.=9) ou I40. = {1,2,3,4,8}
56	I44	I43.

Percursos do ICOR2011

Nº	Questão	Percurso
57	I45	I44.=3
58	I46	I45
59	I46-1	I46=1
60	I46-2	I46-1
61	I47	I45=3 ou I46=2 ou 9 ou I46-2
62	I48	[I47. e I40. $\in \{1,2,3,4\}$]
63	I49	[I44. $\neq 3$ e I40 ≤ 4] ou [I48.]
64	I49-1.	I49=2 ou 9
65	I49-2.	I49_1=2 ou 9
66	I50.	I49=1 ou I49-1=1 ou I49-2
67	I51	I50
68	I51-1.	I51.=1
69	I52.	I51 ou I51-1
70	I52-1.	I52=1
71	I53.	I52 ou I52-1
72	I54.	I53=1
73	I54.1	I54.=1
74	I55.	[I53. $\in \{2,9\}$ e I52.1 < 30] ou [I54. e (I52.1+I54.1) < 30]
75	I56.	[I53. $\in \{2,9\}$ e I52.1 ≥ 30] ou [I54. e (I52.1+I54.1) ≥ 30] ou I55 ou [I52. $\hat{=}\{2,9\}$ e I53. $\hat{=}\{2,9\}$] ou [I52. $\hat{=}\{2,9\}$ e I53.=1 e I54 $\hat{=}\{2,9\}$]
76	I57.	I56.=1
77	I58.	[I38. $\in \{98,99\}$ e I41. $\in \{2,9\}$] ou [I38. $\hat{=}\{98,99\}$ e I40=8] ou [I42 se I38=98 ou 99] ou [I44. $\neq 3$ e I40>4] ou [I47. e I40. $\in \{5,...,10\}$] ou [I56 $\in \{2,9\}$] ou I57
78	I59.	I58.
79	I60.	I59.=1
80	I61.1	I60. $\in \{1,2\}$
81	I61.2	I61.1
82	I61.3	I61.2
83	I62	I60. $\in \{3,4,9\}$
84	I63	I62.
85	I64	I63.

Percursos do ICOR2011

Nº	Questão	Percurso
86	I65	I64.=1
87	I66	[I64.∈{2,9}] ou I65.
88	I67	[I61.3]ou [I66.]
89	I68	I67.=1
90	I69	I68.=999999
91	I70	I68 ou I69
92	I70-1	I70=1
93	I70-2	I70-1
94	I70-3	I70-2
95	I70-4	I70-3
96	I70-5	I70-4
97	I70-6	I70-5
98	I71	[I59.∈{2,9}] ou [I67.∈{2,9}] ou I70=2 ou 9 ou [I70-6]
99	I72	I71.=1
100	I73	I72.=1
101	I74.1	I73.=1
102	I74.2	I74.1
103	I74.3	I74.2
104	I74.4	I74.3
105	I74.5	I74.4
106	I74.6	I74.5
107	I74.7	I74.6
108	I74.8	I74.7
109	I75.1	[I73.=2]
110	I75.2	I75.1
111	I75.3	I75.2
112	I75.4	I75.3
113	I75.5	I75.4
114	I76.	[I72.∈{2,3,9}]

Percursos do ICOR2011

Nº	Questão	Percurso
115	I76.1	I76.=1
116	I76.2	I76.=2
117	I77.	[I76.=3] ou [I76.1] ou [I76.2]
118	I78.	I77.=1
119	I79.	I74 ou I75 ou [I77.∈{2,9}] ou [I78.]
120	I80.	I79.=1
121	I81	[I71.∈{2,9}] ou [I79.∈{2,9}] ou [I80]
122	I82.	I81=1
123	I83.1	I82.=1
124	I83.2	I83.1
125	I83.3	I83.2
126	I84.1a	I83.1>0
127	I84.1b	I84.1a
128	I84.2a	I83.1-I84.1b>0
129	I84.2b	I84.2a
	
130	I85.1a	I82.∈{2,9}
131	I85.1b	I85.1a
132	I85.1c	I85.1b
133	...	
134	I86.	[I81.∈{2,9}] ou [I83-1.=0] ou [I84] ou [I85]
135	I87.1a	I86.=1
136	I87.1b	I87.1a
137	I87.1c	I87.1b
	...	
138	I88.	[I86.∈{2,9}] ou [I87.]
139	I89.1	I88.=1
140	I89.2	I89.1
141	I90.	[I88.∈{2,9}] ou [I89.2]

Percursos do ICOR2011

Nº	Questão	Percurso
142	I91.1	I90.=1
143	I91.2	I91.1
		I92. a I96. estas questões são respondidas se o nº ordem ainda não foi incluído na resposta à I96 de outros questionários individuais do agregado.
144	I92.	[I90.∈{2,9}] ou [I91.2]
145	I93	I92.=1
146	I94	I92.=2
147	I95	[I92.=3] ou [I93] ou [I94.]
148	I96	I95.=2
149	I97	[I92.=9] ou [I95.=1] ou [I95.=3] ou [I96.]
150	A9	Respondente ao questionário do agregado
151	A10	A9
152	A11	A10
153	A12.	A11
154	A13	A12.
155	A14	A13
156	A15	A14
157	A16.1	A15
158	A16.2	A16.1
159	A17.1	A16.2
160	A17.2	A17.1
161	A17.3	A17.2
162	A17.4	A17.3
163	A17.5	A17.4
164	A18	A17.5
165	A19	A18
166	A19-1	A19=3 ou 4
167	A20	A19.=1
168	A21n	A20=1

Percursos do ICOR2011

Nº	Questão	Percurso
	A22n	A21n>0 e \neq Ns/Nr
	A23n	A21n=999999
	A24n	[A22n=999999] ou [A23n]
	A25	[A19=1] ou [A20=2] ou [A20=9] ou [A22n \neq Ns/Nr] ou [A24n]
174	A26	A25.=999999
175	A27	[A25.>0 e \neq 999999 e A19 \neq 1 ou 4] ou [A19.=2]
176	A28	[A26 e A19=1] ou [A27.]
177	A29	A28.=1
178	A30.1a	[Se A25>0 \neq Ns/Nr & A19=4] ou [A26 & A19=4] ou [A28.=2] ou [A28.=9] ou [A29.]
179	A30.1b	A30.1a=1
180	A30.1c	A30.1b
181	A30.2a	[A30.1a=2] ou [A30.1c]
182	A30.2b	A30.2a=1
183	A30.2c	A30.2b
184	A30.3a	[A30.2a=2] ou [A30.2c]
185	A30.3b	A30.3a=1
186	A30.3c	A30.3b
187	A30.4a	[A30.3a=2] ou [A30.3c]
188	A30.4b	A30.4a=1
189	A30.4c	A30.4b
190	A30.5a	[A30.4a=2] ou [A30.4c]
191	A30.5b	A30.5a=1
192	A30.5c	A30.5b
193	A30.6a	[A30.5a=2] ou [A30.5c]
194	A30.6b	A30.6a=1
195	A30.6c	A30.6b
196	A30.7a	[A30.6a=2] ou [A30.6c]
197	A30.7b	A30.7a=1
198	A30.7c	A30.7b

Percursos do ICOR2011

Nº	Questão	Percurso
199	A30.8a	[A30.7a=2] ou [A30.7c]
200	A30.8b	A30.8a=1
201	A30.8c	A30.8b
202	A31	[A30.8a=2] ou [A30.8c]
203	A32.1	A31
204	A32.2	A32.1
205	A32.3	A32.2
206	A32.4	A32.3
207	A32.5	A32.4
208	A32.6	A32.5
209	A33.1	A32.6
210	A33.2	A33.1
211	A33.3	A33.2
212	A34	A33.3
213	A35	A34=1
214	A36.1	[A34.=2] ou [A34.=9] ou [A35.]
215	A36.2	A36.1
216	A36.3	A36.2
217	A37	A36.3
218	A38	A37
219	A39	A38
220	A40	A39
221	A40.a	A40.=1
222	A41	[A40 ∈ {2,9}] ou [A40.a]
223	A41.a	A41.=1
224	A42	[A41 ∈ {2,9}] ou [A41.a]
225	A43	A42=1
226	A44	[A40. e A41. ≠1] ou [A42. ∈ {2,9}] ou [A43.]
227	A45	A44=1

Percursos do ICOR2011

Nº	Questão	Percurso
228	A46	A45=999999
229	A47	Agregados <u>com</u> indivíduos com menos de 16 anos em 31 de Dezembro de n-1: [A44.∈ {2,9}] ou [A45.>0 e ≠999999] ou [A46.]
230	A48	A47=1
231	A49	A48
232	A50	A49
233	A51	A50=1
234	A52	Agregados <u>sem</u> indivíduos com menos de 16 anos: [A44.∈ {2,9}] ou [A45.>0 e ≠999999] ou [A46.] ou [A47.∈ {2,9}] ou [A50.∈ {2,9}] ou [A51.]
235	A53.1a	A52=1
236	A53.1b	A53.1a
237	A53.2a	A53.1b
238	A53.2b	A53.2a
	
239	A54	[A52.=2] ou [A52.=9] ou [A53.1b ou A53.2b....]
240	A55.1a	A54=1
241	A55.1b	A55.1a
242	A55.2a	A55.1b
243	A55.2b	A55.2a
	
253	A56	[A54.=2] ou [A54.=9] ou [A55.1b ou A55.2b....]
254	A57	A56=1
255	A58	A57=999999
256	A59	[A56.=2] ou [A56.=9] ou [A57.>0 e ≠999999] ou [A58.]
257	A60	A59=1
258	A61	A60=999999
259	A62	[A59.=2] ou [A59.=9] ou [A60.>0 e ≠999999] ou [A61.]
260	A63	A62=1
261	A64	A63=1

Percursos do ICOR2011

Nº	Questão	Percurso
262	A65	$A63 \in \{2,9\}$
263	A66	[A64.] ou [A65.]
264	A67	[A62.=2] ou [A62.=9] ou [A66.]
265	A68	$A67=1$
266	A69.	[A67.=2] ou [A67.=9] ou [A68.]

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
1	A1	Tabela de códigos de entrevistador
2	A2	Intervalo de datas de recolha
3	A3	Lista de agregados
4	A3.1	Domínio das rotações
5	A4	$A4 \in \{1,2,3,4,5,6,7\}$
6	A5	$A5 \in \{1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11\}$
	A5a	Lista de agregados
7	A6	$A6 \in \{1,2,3,4,5,6,7,8\}$
8	A7	$A7 \in \{1,2,3,4,5\}$
9	A8.1...a	$A8.1...a \in \{1,2,...,20\}$
10	A8.1...b	Texto
11	A8.1...c	PID-INE
12	A8.1...d	$A8.1...b \in \{1,2,3\}$
	...	n=20
13	A8.2...a	$A8.2...a \in \{1,2,...,5\}$
14	A8.2...b	Texto
15	A8.2...c	PID-INE
	...	n=5
16	I1.a	$I1.a \in \{ \text{Nºs de ordem no agregado} \}$
17	I2.	$I2. \in \{1,2\}$
18	I3.a	$I3.a \in [1,31]$
19	I3.b	$I3.b \in [1,12]$
20	I3.c	$I3.c > 1900$
21	I4.	$I4. \in \{1,...,10\}$
22	I5.	$I5. \in \{1,2,9\}$
23	I6.	$I6. \in \{I3c, 2010\}$
24	I7a	$I7.a \in [1,12]$

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
25	I7.b	$I7.b \in \{n-2, n-1, n\}$
26	I8.	$I8.a \in [1, 12]$
27	I9.	$I9. \in \{1, 2, 3, 4\}$
28	I10.a	$I10.a \in [1, 12]$
29	I10.b	$I10.b \in \{n-2, n-1, n\}$
30	I11	$I11 \in \{1, 2\}$
31	I12	$I12 \in \{1, 2, 3, 4\}$
31	I13.a	$I13.a \in \{ \text{N}^\circ\text{s de ordem no agregado} \}$
32	I14.a	$I14.a \in \{ \text{N}^\circ\text{s de ordem no agregado} \}$
33	I15.	$I15. \in \{1, 2, 3, 4, 9\}$
34	I16.	$I16. \in \{1, 2, 3, 4\}$
35	I17.a	$I17. \in \{ \text{N}^\circ\text{s de ordem no agregado} \}$
36	I18.1	$I18.1 \in [0, 99]$
37	I18.2	$I18.2 \in [0, 99]$
38	I18.3	$I18.3 \in [0, 99]$
39	I18.4	$I18.4 \leq 72$
40	I18.5	$I18.5 \leq 72$
41	I18.6	$I18.6 \leq 144$
42	I19.	$I19. \in \{1, 2, 3, 4, 5\}$
43	I20.	$I20. \in \{1, 2, 3\}$
44	I21.a	$I21.a \in \{ \text{N}^\circ\text{s de ordem no agregado} \}$
45	I22.a	$A22.a \leq 24$
46	I22.b	$A22.b \leq 60$
47	I23.	Formato texto
48	I23.a	Tabela de códigos da ISO Alpha2
49	I24.	Formato texto
50	I24.a	Tabela de códigos da ISO Alpha2
51	I25.	$I25. \in \{1, 2, 9\}$

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
52	I26.	Formato texto
53	I26.a	Tabela de códigos da ISO Alpha2
54	I27.	I27. $\in \{1,2,9\}$
55	I28.	I28. $\in \{11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,98\}$
56	I29.	I29. $\in \{11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,98\}$
57	I30.	I39. $\in [8, 99]$
58	I31.	I31. $\in \{1,2,3,4,5,9\}$
59	I32.	I32. $\in \{1,2,9\}$
60	I33.	I33. $\in \{1,2,3,9\}$
61	I34.	I34. $\in \{1,2,9\}$
62	I35.	I35. $\in \{1,2,3,4,5,6,7,8,9\}$
63	I36.	I36. $\in \{1,2,9\}$
64	I37.	I37. $\in \{1,2,3,4,5,6,7,8,9\}$
65	I38.	I38. $\in \{8,...,70,98,99\}$
66	I39.	I39. $\in [0,70]$
67	I40.	I40. $\in \{1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12\}$
68	I41.	I41. $\in \{1,2,9\}$
69	I42.	I42. $\in \{1,2,9\}$
70	I43.	Formato texto
71	I43.a	Tabela de códigos da CNP 94
72	I44.	I44. $\in \{1,2,3,4,9\}$
73	I45.	I45. $\in \{1,2,3, 9\}$
74	I46.	I46. $\in \{1,2,9\}$
75	I46-1	I46-1. $\in \{1,2,3,4,5,6,7,8\}$
76	I46-2	I46-2. $\in \{1,2,3\}$
77	I47.	I47. $\in \{1,2,9\}$
78	I48.	I48 $\in [1-999999.99]$
79	I49.	I49. $\in \{1,2,9\}$

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
80	I49-1.	I49-1. $\in \{1,2,9\}$
81	I49-2.	I49-2. $\in \{1,2,9\}$
82	I50.	Formato texto
83	I50.a	Tabela de códigos da CAE
84	I51.	I51. $\in \{1,2,3,4,5,6,9\}$
85	I51.1	I51.1 $\in [1,10]$
86	I52.	I52. $\in \{1,2,9\}$
87	I52.1	I52.1 $\in [1,99]$
88	I53.	I53. $\in \{1,2,9\}$
89	I54.	I54. $\in \{1,2,9\}$
90	I54.1	I54.1 $\in [1,99]$
91	I55.	I55. $\in \{1,2,3,4,5,6,7,9\}$
92	I56.	I56. $\in \{1,2,9\}$
93	I57.	I57. $\in \{1,2,3,4,5,6,7,9\}$
94	I58.	I58.a ... 158.r $\in \{1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12\}$
95	I59.	I59. $\in \{1,2,9\}$
96	I60.	I60. $\in \{1,2,3,4,9\}$
97	I61.1	I61.1 $\in [0,999999999]$
98	I61.2	I61.2 $\in [0,999999999]$
99	I61.3	I61.3 $\in [0,999999999]$
100	I62.	I62. $\in [0,999999]$
101	I63.	I63. $\in [1, 12]$
102	I64.	I64. $\in \{1,2,9\}$
103	I65.	I65. $\in [0,999999]$
104	I66.	I66. $\in \{1,2,3,4,9\}$
105	I67.	I67. $\in \{1,2,9\}$
106	I68.	I68. $\in [0,999999]$
107	I69.	I69. $\in \{1,2,3,4,5,6,7,8,9\}$

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
108	I70.	I70. $\in \{1,2,9\}$
109	I70-1	
110	I70-2	Formato texto
111	I70-3	Formato texto
112	I70-4	
113	I70-5	
114	I70-6	I70-6. $\in [1, 12]$
115	I71.	I71. $\in \{1,2,9\}$
116	I72.	I72. $\in \{1,2,3,9\}$
117	I73.	I73. $\in \{1,2\}$
118	I74.1	I74.1 $\in[0,999999999]$
119	I74.2	I74.1 $\in[0,999999999]$
120	I74.3	I74.1 $\in[0,999999999]$
121	I74.4	I74.1 $\in[0,999999999]$
122	I74.5	I74.1 $\in[0,999999999]$
123	I74.6	I74.1 $\in[0,999999999]$
124	I74.7	I74.1 $\in[0,999999999]$
125	I74.8	I74.1 $\in[0,999999999]$
126	I75.1	I75.1 $\in[0,999999999]$
127	I75.2	I75.1 $\in[0,999999999]$
128	I75.3	I75.1 $\in[0,999999999]$
129	I75.4	I75.1 $\in[0,999999999]$
130	I75.5	I75.1 $\in[0,999999999]$
131	I76.	I76. $\in \{1,2,3,9\}$
132	I76.1	I76.1 $\in[0,999999999]$
133	I76.2	I76.1 $\in[0,999999999]$
134	I77.	I77. $\in \{1,2,9\}$
135	I78.	I78. $\in[0,999999]$

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
136	I79.	I79. $\in \{1,2,9\}$
137	I80.	I80. $\in [0,999999]$
138	I81.	I81. $\in \{1,2,9\}$
139	I82.	I82. $\in \{1,2,9\}$
140	I83.1	I83.1 $\in [0,999999999]$
141	I83.2	I83.1 $\in [0,999999999]$
142	I83.3	I83.1 $\in [0,999999999]$
143	I84.1a	Código das prestações
144	I84.1b	I84.1b $\in [0,999999999]$
145	I84.2a	Código das prestações
146	I84.2b	I84.2b $\in [0,999999999]$
147	...	n=5
148	I85.1a	Código das prestações
149	I85.1b	I85.1b $\in [0,999999999]$
150	I85.1b	I85.1c $\in \{1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14\}$
151	...	n=5
152	I86.	I86. $\in \{1,2,9\}$
153	I87.1a	Código das prestações
154	I87.1b	I87.1b $\in [0,999999]$
155	I87.1c	I87.1c $\in \{1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14\}$
156	...	n=10
157	I88.	I88. $\in \{1,2,9\}$
158	I89.1	I89.1 $\in [0,999999]$
159	I89.2	I89.2 $\in \{1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14\}$
160	I90.	I90. $\in \{1,2,9\}$
161	I91.1	I91.1 $\in [0,999999]$
162	I91.2	I91.2 $\in \{1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14\}$
163	I92.	I92. $\in \{1,2,3,9\}$

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
164	I93.	I93. $\in [0,999999]$
165	I94.	I94. $\in [0,999999]$
166	I95.	I95. $\in \{1,2,3\}$
167	I96.a)	I96.a) $\in \{N^{\circ}s \text{ de ordem do agregado } \}$
	...	n=20
168	I97.a	I97.a ≤ 24
169	I97.b	I97.b ≤ 60
170	A9.a)	A9.a) $\in \{ N^{\circ}s \text{ de ordem do agregado } \}$
171	A10.a)	A10.a) $\in \{0, N^{\circ}s \text{ de ordem do agregado } \}$
172	A11.a)	A11.a) $\in \{ N^{\circ}s \text{ de ordem do agregado } \}$
173	A12.a	A12.a ≤ 24
174	A12.b	A12.b ≤ 60
175	A13	A13 $\in \{1,2,3,4,5\}$
176	A14	A14 $\in [1,20]$
177	A15	A15 $\in [1,1000]$
178	A16.1	A16.1 $\in \{1,3\}$
179	A16.2	A16.2 $\in \{1,3\}$
180	A17.1	A17.1 $\in \{1,2\}$
181	A17.2	A17.2 $\in \{1,2\}$
182	A17.3	A17.3 $\in \{1,2\}$
183	A17.4	A17.4 $\in \{1,2\}$
184	A17.5	A17.5 $\in \{1,2\}$
185	A18	A18 $\in [1900,n]$
186	A19	A19 $\in \{1,2,3,4\}$
187	A19-1	A19-1 $\in \{1,2,9\}$
187	A20	A20 $\in \{1,2,9\}$
188	A21n	A21n $\in [0,999\ 999]$

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
189	A22n	$A22 \in [0,999\ 999]$
190	A23n	$A23n \in [\text{Tabela de escalões}]$
191	A24n	$A24n \in [\text{Tabela de escalões}]$
192	A25	$A25 \in [1,999\ 999]$
193	A26	$A26 \in [\text{Tabela de escalões}]$
194	A27	$A27 \in [1,999\ 999]$
195	A28	$A28 \in \{1,2,9\}$
196	A29	$A29 \in [0,999999]$
197	A30.1a	$A30.1a \in \{1,2\}$
198	A30.1b	$A30.1b \in \{M,B,T,S,A\}$
199	A30.1c	$A30.1c \in [0,10000]$
200	A30.2a	$A30.2a \in \{1,2\}$
201	A30.2b	$A30.2b \in \{M,B,T,S,A\}$
202	A30.2c	$A30.2c \in [0,10000]$
203	A30.3a	$A30.3a \in \{1,2\}$
204	A30.3b	$A30.3b \in \{M,B,T,S,A\}$
205	A30.3c	$A30.3c \in [0,10000]$
206	A30.4a	$A30.4a \in \{1,2\}$
207	A30.4b	$A30.4b \in \{M,B,T,S,A\}$
208	A30.4c	$A30.4c \in [0,10000]$
209	A30.5a	$A30.5a \in \{1,2\}$
210	A30.5b	$A30.5b \in \{M,B,T,S,A\}$
211	A30.5c	$A30.5c \in [0,10000]$
212	A30.6a	$A30.6a \in \{1,2\}$
213	A30.6b	$A30.6b \in \{M,B,T,S,A\}$
214	A30.6c	$A30.6c \in [0,10000]$
215	A30.7a	$A30.7a \in \{1,2\}$
216	A30.7b	$A30.7b \in \{M,B,T,S,A\}$

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
217	A30.7c	$A30.7c \in [0,10000]$
218	A30.8a	$A30.8a \in \{1,2\}$
219	A30.8b	$A30.8b \in \{M,B,T,S,A\}$
220	A30.8c	$A30.8c \in [0,10000]$
221	A31	$A31 \in \{1,2,3,9\}$
222	A32.1	$A32.1 \in \{1,2,3,9\}$
223	A32.2	$A32.2 \in \{1,2,3,9\}$
224	A32.3	$A32.3 \in \{1,2,3,9\}$
225	A32.4	$A32.4 \in \{1,2,3,9\}$
226	A32.5	$A32.5 \in \{1,2,3,9\}$
227	A32.6	$A32.6 \in \{1,2,3,9\}$
228	A33.1	$A33.1 \in \{1,2,9\}$
229	A33.2	$A33.2 \in \{1,2,9\}$
230	A33.3	$A33.3 \in \{1,2,9\}$
231	A34	$A34 \in \{1,2,9\}$
232	A35	$A35 \in \{1,2,3,9\}$
233	A36.1	$A36.1 \in \{1,2,3,4,9\}$
234	A36.2	$A36.2 \in \{1,2,3,4,9\}$
235	A36.3	$A36.3 \in \{1,2,3,4,9\}$
236	A37	$A37 \in \{1,2,3,4,5,9\}$
237	A38	$A38 \in \{1,2,3,4,5,6,9\}$
238	A39	$A39 \in [1,999999]$
239	A40	$A40 \in \{1,2,9\}$
240	A40-1	$A40-a. \in [1,999999]$
241	A41	$A41 \in \{1,2,9\}$
242	A41-a.	$A41-a. \in [1,999999]$
243	A42	$A42 \in \{1,2,9\}$
244	A43	$A43 \in [1,999\ 999]$

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
245	A44	$A44 \in \{1,2,9\}$
246	A45	$A45 \in [0,999\ 999]$
247	A46	$A46 \in [\text{Tabela de escalões}]$
248	A47	$A47 \in \{1,2,9\}$
249	A48	$A48 \in [0,999\ 999]$
250	A49	$A49 \in [1,52]$
251	A50	$A50 \in \{1,2,9\}$
252	A51	$A51 \in [0,999\ 999]$
253	A52	$A52 \in \{1,2,9\}$
254	A53.1a	$A53.1a \in [0,999\ 999]$
255	A53.1b	$A53.1b \in [1,52]$
256	A53.2a	$A53.2a \in [0,999\ 999]$
257	A53.2b	$A53.2b \in [1,52]$
258	A54	$A54 \in \{1,2,9\}$
259	A55.1a	$A55.1a \in [0,999\ 999]$
260	A55.1b	$A55.1b \in [1,52]$
261	A55.2a	$A55.2a \in [0,999\ 999]$
262	A55.2b	$A55.2b \in [1,52]$
263	A56	$A56 \in \{1,2,9\}$
264	A57	$A57 \in [1,999\ 999]$
265	A58	$A58 \in [\text{Tabela de escalões}]$
266	A59	$A59 \in \{1,2,9\}$
267	A60	$A60 \in [0,999\ 999]$
268	A61	$A61 \in [\text{Tabela de escalões}]$
269	A62	$A62 \in \{1,2,9\}$
270	A63	$A63 \in \{1,2,9\}$
271	A64	$A64 \in [0,999\ 999]$
272	A65	$A65 \in [0,999\ 999]$

Regras de Ambito do ICOR2011

Nº	Questão	Condição a cumprir
273	A66	$A66 \in \{1,2,9\}$
274	A67	$A67 \in \{1,2,9\}$
275	A68	$A68 \in [0,999\ 999]$
276	A69.a	$A69.a \leq 24$
277	A69.b	$A69.b \leq 60$

Regras de Coerência do ICOR2011

Nº	Questão	Ocorrência	Mensagem para o entrevistador	Observações
1	I13.a	Se $I13.a > 0 \Rightarrow I3.c(\text{filho}) - I3.c(\text{pai}) < 15$	Confirme pai muito jovem	I3.c - Questionário Individual do nº de ordem indicado em I13.
2	I13.a	Se $I13.a > 0 \Rightarrow I3.c(\text{filho}) - I3.c(\text{pai}) > 65$	Confirme pai muito idoso	I3.c - Questionário Individual do nº de ordem indicado em I13.
3	I14.a	Se $I14.a > 0 \Rightarrow I3.c(\text{filho}) - I3.c(\text{mãe}) < 15$	Confirme mãe muito jovem	I3.c - Questionário Individual do nº de ordem indicado em I14.
4	I14.a	Se $I14.a > 0$ e $I3.c(\text{filho}) - I3.c(\text{mãe}) > 45$	Confirme mãe muito idosa	I3.c - Questionário Individual do nº de ordem indicado em I14.
5	I18.1	Se $I18.1 > 0$ e $n-1-I3.c < 3$	Confirme se a criança tem a idade mínima para frequentar o ensino pré-escolar	
6	I18.1	Se $I18.1 > 0$ e $n-1-I3.c > 6$	Confirme se a criança já tem idade para frequentar o nível de ensino seguinte	
7	I18.2	Se $I18.2 > 0$ e $n-1-I3.c < 6$	Confirme se a criança tem idade mínima para frequentar o ensino obrigatório	
8	I18.3	Se $I18.3 > 0$ e $(I15.1 + I15.2) = 0$	Verifique se está preenchido o campo das horas no ensino pré-escolar ou no obrigatório	
9	I18.	Se $(I18.1 + I18.2 + I18.3 + I18.4 + I18.5 + I18.6) \geq 144$	Confirme se a criança em média só passa 1 dia por semana ao cuidado dos pais ou responsáveis	
10	I21.a	Se $I3.c > n-17$	Confirme se o indivíduo que esta a prestar informação tem pelo menos 16 anos	
11	I21.a	Se $I20=3$ e $I21.a = I1.a$	Confirme entrevista proxy	
12	I28	Se $I28 < I29$	Confirme: o nível de escolaridade que está a frequentar tem que ser igual ou superior ao completado.	
13	I30.	Se $I30. > 86$	Confirme se indivíduo obteve o grau com idade elevada	
14	I30.	Se $I29. = 11$ e ano calculado apartir da I30. - I3.c $\notin [9,14]$	Confirme que concluiu o nível de escolaridade neste ano	
15	I30.	Se $I29. = 12$ e ano calculado apartir da I30. - I3.c $\notin [11,16]$	Confirme que concluiu o nível de escolaridade neste ano	
16	I30.	Se $I29. = 13$ e ano calculado apartir da I30. - I3.c $\notin [14,20]$	Confirme que concluiu o nível de escolaridade neste ano	

Regras de Coerência do ICOR2011

Nº	Questão	Ocorrência	Mensagem para o entrevistador	Observações
17	I30.	Se I29. = 14 e ano calculado apartir da I30. - I3.c \notin [17,22]	Confirme que concluiu o nível de escolaridade neste ano	
18	I30.	Se I29. = 15 e ano calculado apartir da I30. - I3.c \notin [17,22]	Confirme que concluiu o nível de escolaridade neste ano	
19	I30.	Se I29. = 16 e ano calculado apartir da I30. - I3.c \notin 3,30]	Confirme que concluiu o nível de escolaridade neste ano	
20	I30.	Se I29. = 17 e ano calculado apartir da I30. - I3.c \notin [19,30]	Confirme que concluiu o nível de escolaridade neste ano	
21	I30.	Se I29. = 18 e ano calculado apartir da I30. - I3.c \notin 3,30]	Confirme que concluiu o nível de escolaridade neste ano	
22	I30.	Se I29. = 19 e ano calculado apartir da I30. - I3.c < 21	Confirme que concluiu o nível de escolaridade neste ano	
23	I30.	Se I29. = 20 e ano calculado apartir da I30. - I3.c < 22	Confirme que concluiu o nível de escolaridade neste ano	
24	I38.	Se I38. < 12	Confirme que começou a trabalhar muito cedo	
25	I38.	Se I38. > 45	Confirme que começou a trabalhar tarde	
26	I39.	Se (I38 + I39. + I3.c) > n	A idade com que iniciou o primeiro trabalho mais os anos de trabalho ultrapassa o ano corrente	
27	I40.	Se I38=98 e I40 = 1, 2, 3, 4	Confirme se o individuo que está a prestar informação nunca trabalhou	
28	I48.	Se I48. < 250	Confirme remuneração líquida mensal baixa	
29	I48.	Se I48. > 2500	Confirme remuneração líquida mensal alta	
30	I49. a I49-2	[Se I40=1, 2, 3 ou 4] e [I49, I49-1 e I49-2]=2	Confirme a condição perante o trabalho do indivíduo	
30	I52.1	Se I52.1 > 56	Confirme muitas horas trabalhadas por semana no trabalho principal	
31	I52.1	Se I52.1 < 25	Confirme pouca horas trabalhadas por semana no trabalho principal	

Regras de Coerência do ICOR2011

Nº	Questão	Ocorrência	Mensagem para o entrevistador	Observações
32	I54.1	Se I54.1 > I52.1	Confirme mais horas trabalhadas por semana em trabalhos secundários	
33	I54.1	Se I54.1+I52.1 > 72	Confirme muitas horas trabalhadas por semana nos diferentes trabalhos	
34	I59.	Se Conta (I58.a...I58.l, se =1 ou =2) >1 e I59.≠1	Confirme TCO sem rendimentos no ano anterior	
35	I60.1	Se I60.1 > 35000	Confirme a remuneração elevada	
36	I60.2	Se I60.2/I60.1 > 0,325	Confirme a retenção de IRS elevada	
37	I60.3	Se I60.3/I60.1 > 0,11	Confirme contribuições elevadas	
38	I62.	Se I62.< 250	Confirme remuneração baixa	
39	I62.	Se I62. > 2500	Confirme remuneração elevada	
40	I62.	Se I48. >0 ⇒ I62. ∈ [I48./1,06, I45.*1,06]	Confirme grande variabilidade da remuneração mensal de um ano para o outro	
41	I65.	Se I65. > 10000	Confirme a remuneração adicional elevada	
42	I68.	Se I68. > 12000	Confirme a remuneração em espécie elevada	
43	I71.	Se Conta (I58.a...I58.l, se =3 ou =4) >1 ⇒ I71≠1	Confirme TCP sem rendimentos no ano anterior	
44	I76.	Se I76.=1 e I76.1=0	De preenchimento obrigatório	
45	I76.	Se I76.=2 e I76.2=0	De preenchimento obrigatório	
46	I87	Se Conta (I58.a...I58.l, =5) >1 e I87-nb = 0	Confirme Desempregado sem subsídios no ano anterior	
47	I85	Se Conta (I58.a...I58.l, =6) >1 e I83-1 ou I84-nb ou I85-nb = 0	Confirme Reformado sem pensão no ano anterior	

Regras de Coerência do ICOR2011

Nº	Questão	Ocorrência	Mensagem para o entrevistador	Observações
48	A9	Se I3.c >=n-17	Confirme se o titular do alojamento tem menos de 17 anos	I3.c - Variável do Questionário Individual
49	A10	Se A10 ≠ 0 ⇒ I3.c >= n-17	Confirme se o segundo titular do alojamento tem menos de 17 anos	I3.c - Variável do Questionário Individual
50	A11	Se I3.c >=n-17	Confirme se o respondente tem menos de 17 anos	I3.c - Variável do Questionário Individual
51	A14	Se A14 > 8	Confirme se alojamento tem muitas divisões	
52	A15	Se A15 > 250	Confirme se o alojamento tem uma área grande	
53	A15	Se A15 < 10	Confirme se o alojamento tem uma área pequena	
54	A18	Se A18 < 1950	Confirme se o agregado está neste alojamento há muitos anos	
55	A21n	Se A21n < 50	Confirme valor da prestação mensal muito alto	
56	A21n	Se A21n > 2000	Confirme valor da prestação mensal muito alto	
57	A22n	Se A22n < 10	Confirme valor de juro mensal muito baixo	
58	A22n	Se A22n > 1000	Confirme valor de juro mensal muito baixo	
59	A25	Se A25 < 50	Confirme valor da renda mensal muito baixo	
60	A25	Se A25 > 2500	Confirme valor da renda mensal muito alto	
61	A27	Se A27 < 50	Confirme valor da renda mensal muito baixo	
62	A27	Se A27 > 2500	Confirme valor da renda mensal muito alto	
63	A29	Se A29 > 1000	Confirme valor do subsídio de renda muito alto	

Regras de Coerência do ICOR2011

Nº	Questão	Ocorrência	Mensagem para o entrevistador	Observações
64	A30-6c)	Se $A30-6 > 600$	Confirme valor elevado para 'pequenas reparações/ manutenções'	
64	A36-1	Se $A19=1$ a 3 e $A36-1=4$	Confirme que o agregado não teve pagamentos regulares a fazer	
65	A36-3	Se $A34=1$ e $A36-3=4$	Confirme se o agregado não teve pagamentos regulares a fazer	
66	A39	Se $A39 < 300$	Confirme valor muito baixo	
67	A39	Se $A39 > 5000$	Confirme valor muito alto. Faz sentido, face aos sinais exteriores de riqueza?	
68	A40.a	Se $A40.a < 50$	Confirme rendimento de terrenos muito baixo	
69	A40.a	Se $A40.a > 20000$	Confirme rendimento de terrenos muito alto	
70	A41.a	Se $A41.a < 50$	Confirme rendimento de imóveis muito baixo	
71	A41.a	Se $A41.a > 20000$	Confirme rendimento de imóveis muito alto	
72	A43	Se $A43 < 0,1*(A40-a+A41-a)$	Confirme valor de retenção de IRS muito baixo	
73	A43	Se $A43 > 0,3*(A40-a+A41-a)$	Confirme de retenção de IRS muito alto	
74	A51	Se $A51 < 0,1*(A48*A49)$	Confirme valor de retenção de IRS muito baixo	
75	A51	Se $A51 > 0,3*(A48*A49)$	Confirme de retenção de IRS muito alto	
76	A53	Se $A53.1a * A53.1b + A53.2a * A53.2b... < 250$	Confirme valor pago de apoio monetário regular a outro agregado muito baixo	
77	A53	Se $A53.1a * A53.1b + A53.2a * A53.2b... > 25000$	Confirme valor pago de apoio monetário regular a outro agregado muito alto	
78	A55	Se $A55.1a * A55.1b + A55.2a * A55.2b... < 250$	Confirme valor recebido de apoio monetário regular a outro agregado muito baixo	

Regras de Coerência do ICOR2011

Nº	Questão	Ocorrência	Mensagem para o entrevistador	Observações
79	A55	Se $A55.1a * A55.1b + A55.2a * A55.2b... > 25000$	Confirme valor recebido de apoio monetário regular a outro agregado muito alto	
80	A62	$A18 > 2007$ e $A20 = 1$ e $A62 = 2$	Confirme se o agregado pagou prestações de algum crédito à habitação relativo à residência	
81	A64	Se $A64 < 120$	Confirme valor de juro anual muito baixo	
82	A64	Se $A64 > 12000$	Confirme valor de juro anual muito alto	
83	A65	Se $A65 < 600$	Confirme valor da prestação anual muito baixa	
84	A65	Se $A65 > 54000$	Confirme valor da prestação anual muito alto	
85	A68	Se $A68 > 12000$	Confirme valor do subsídio de renda muito alto	

ANEXO 2

ICOR 2010	Designação das Variáveis de Observação	Unidade Estatística	Domínio de valores	Unidade Medida	Classificação/ Versão	
					Designação	Nível
A1	Identificação do entrevistador	ADP	Tabela de códigos do entrevistador	Não tem	-	-
A2.a)	Dia do registo	ADP	Contínuo, formato dd	Não tem	-	-
A2.b)	Mês do registo	ADP	Contínuo, formato mm	Não tem	-	-
A2.c)	Ano do registo	ADP	Contínuo, formato aaaa	Não tem	-	-
A3	Número ordem interno do agregado	ADP	Texto	Não tem	-	-
A3.1	Rotação	ADP	Domínio das rotações	Não tem	-	-
A4	Local de residência (NUTS II - 2002) do agregado doméstico privado	ADP	Categórico	-	V01281	1
A5	Situação do agregado face à vaga anterior	ADP	Categórico	-	V02102	1
A5a	Identificação do agregado a seguir em caso de fusão	ADP	Lista de agregados	Não tem	-	-
A5=2	Morada	ADP	Texto	-		
A6	Situação do alojamento	ADP	Categórico	-	V01626	1
A7	Resultado do contacto ao agregado	ADP	Categórico	-	V02103	1
A8.101.a)	Número de ordem do indivíduo	ADP	Contínuo => [01, 20]	Não tem	-	-
A8.101.b)	Nome	ADP	Texto	-	-	-
A8.101.c)	Número de ordem interno do indivíduo	ADP	Texto	Não tem	-	-
A8.101.d)	Situação do indivíduo	ADP	Categórico	-	V02453	1
					
A8.201.a)	Número de ordem das visitas	ADP	Contínuo [01, 20]	Não tem	-	-
A8.201.b)	Nome	ADP	Texto	-	-	-
A8.201.c)	Número de ordem interno das visitas	ADP	Texto	Não tem	-	-
					
I1.a)	Número de ordem do indivíduo no agregado	Indivíduo	Contínuo [01, 20]	Não tem	-	-
I1.b)	Número de ordem interno do indivíduo	Indivíduo	Texto	Não tem	-	-
I1.c)	Número de ordem interno do agregado	Indivíduo	Texto	Não tem	-	-
I2	Sexo	Indivíduo	Categórico	-	V00153	2
I3.a)	Dia de nascimento_dia	Indivíduo	Contínuo, formato dd	Não tem	-	-
I3.b)	Mês de nascimento	Indivíduo	Contínuo, formato mm	Não tem	-	-
I3.c)	Ano de nascimento	Indivíduo	Contínuo, formato aaaa	Não tem	-	-
I4	Situação do indivíduo no agregado	Indivíduo	Categórico	-	V02104	1
I5	Condição de imigrante	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I6	Ano da última entrada no nosso país	Indivíduo	Contínuo, formato aaaa	Não tem	-	-
I7.a)	Mês em que o indivíduo se mudou, saiu ou morreu	Indivíduo	Contínuo, formato mm	Não tem	-	-
I7.b)	Ano em que o indivíduo se mudou, saiu ou morreu	Indivíduo	Contínuo, formato aaaa	Não tem	-	-
I8	Meses em que esteve no agregado durante 2010	Indivíduo	Contínuo =>[1, 12]	Número	-	-
I9	Condição perante o trabalho em 2010	Indivíduo	Categórico	-	V01630	1
I10.a)	Mês em que o indivíduo se mudou ou entrou para este agregado	Indivíduo	Contínuo, formato mm	Não tem	-	-
I10.b)	Ano em que o indivíduo se mudou ou entrou para este agregado	Indivíduo	Contínuo, formato aaaa	Não tem	-	-
I111	Situação residencial actual	Indivíduo	Categórico	-	V01631	1

ICOR 2010	Designação das Variáveis de Observação	Unidade Estatística	Domínio de valores	Unidade Medida	Classificação/ Versão	
					Designação	Nível
I12	Condição actual perante o trabalho	Indivíduo	Categórico	-	V01630	1
I13.a)	Número de ordem do Pai	Indivíduo	Contínuo => [1,20]	Não tem	-	-
I13.b)	Número de ordem Interno do Pai	Indivíduo	Texto	Não tem	-	-
I14.a)	Número de ordem da Mãe	Indivíduo	Contínuo => [1,20]	Não tem	-	-
I14.b)	Número de ordem Interno da Mãe	Indivíduo	Texto	Não tem	-	-
I15	Estado civil	Indivíduo	Categórico	-	V01632	1
I16	Estado civil de facto - Conjugalidade	Indivíduo	Categórico	-	V01660	1
I17.a)	Número de ordem do cônjuge	Indivíduo	Contínuo => [1,20]	Não tem	-	-
I17.b)	Número de ordem interno do cônjuge	Indivíduo	Texto	Não tem	-	-
I18.	Ocupação de tempo das crianças	Indivíduo	Categórico	-	V02186	1
I18.	Duração semanal da ocupação do tempo das crianças	Indivíduo	Contínuo; [0, 99]	Horas	-	-
I19	Situação da recolha de dados do questionário individual	Indivíduo	Categórico	-	V01633	1
I20	Tipo de entrevista	Indivíduo	Categórico	-	V01634	1
I21.a)	Número de ordem do indivíduo que forneceu a informação	Indivíduo	Contínuo => [1,20]	Não tem	-	-
I21.b)	Número de ordem Interno do indivíduo que forneceu a informação	Indivíduo	Texto	Não tem	-	-
I22.a)	Hora de início da entrevista ao indivíduo	Indivíduo	Contínuo => [1, 24]	Horas	-	-
I22.b)	Minutos de início da entrevista ao indivíduo	Indivíduo	Contínuo => [1, 60]	Minutos	-	-
I23	País de nascimento	Indivíduo	Texto	-	-	-
I23.a)	País de nascimento	Indivíduo	Categórico	-	V00460 (ISOAlpha2)	1
I24	Nacionalidade do indivíduo	Indivíduo	Texto	-	-	-
I24.a)	Nacionalidade do indivíduo	Indivíduo	Categórico	-	V00460 (ISOAlpha2)	1
I25	Existência de outra nacionalidade do indivíduo	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I26	Segunda nacionalidade do indivíduo	Indivíduo	Texto	-	-	-
I26.a)	Segunda nacionalidade do indivíduo	Indivíduo	Categórico	-	V00460 (ISOAlpha2)	1
I27	Condição de estudante	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I28	Nível de escolaridade (frequência)	Indivíduo	Categórico	-	V01649	1
I29	Nível de escolaridade mais elevado completo	Indivíduo	Categórico	-	V01649	1
I30	Idade tinha quando completou o nível de escolaridade indicado na resposta anterior	Indivíduo	Contínuo => [8, 99]	Anos	-	-
I31	Auto-avaliação do estado de saúde do indivíduo	Indivíduo	Categórico	-	V02105	1
I32	Existência de doença ou problema de saúde prolongado	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I33	Capacidades limitadas devido a um problema de saúde	Indivíduo	Categórico	-	V02106	1
I34	Necessidade real de consultar um dentista, fazer um exame ou um tratamento dentário	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I35	Principal razão para não ter efectuado a consulta, o exame ou o tratamento dentário	Indivíduo	Categórico	-	V01636	1

ICOR 2010	Designação das Variáveis de Observação	Unidade Estatística	Domínio de valores	Unidade Medida	Classificação/ Versão	
					Designação	Nível
I36	Necessidade real de consultar um médico, fazer um exame ou um tratamento médico (excepto de medicina dentária)	Indivíduo	Categórico	-	V02112	1
I37	Principal razão para não ter efectuado a consulta médica, o exame ou o tratamento	Indivíduo	Categórico	-	V01636	1
I38	Idade em que iniciou o seu primeiro trabalho por conta de outrem ou por conta própria	Indivíduo	Contínuo => [8, 70]	Anos	-	-
I39	Anos trabalhou desde que iniciou o seu primeiro trabalho	Indivíduo	Contínuo => [0, 70]	Anos	-	-
I40	Condição perante o trabalho	Indivíduo	Categórico	-	V02448	
I41	Activamente à procura de trabalho (últimas 4 semanas)	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I42	Disponível para trabalhar imediatamente (dentro de 2 semanas)	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I43	Actual ou última profissão principal	Indivíduo	Texto	-	-	-
I43.a)	Actual ou última profissão principal	Indivíduo	Categórico	-	V00004 e V02014	3
I44	Situação na profissão no actual ou último emprego ou negócio	Indivíduo	Categórico	-	V01638	1
I45	Tipo de contrato de trabalho	Indivíduo	Categórico	-	V02114	1
I46	Contrato em funções públicas	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I46-1	Tipo de organismo onde trabalha	Indivíduo	Categórico	-	V02107	1
I46-2	Regimes de protecção social	Indivíduo	Categórico	-	V02108	1
I47	Funções de coordenação ou supervisão	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I48	Montante mensal líquido dos ganhos salariais desse trabalho	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro	-	-
I49	Trabalho por conta de outrem ou por conta própria, mesmo que tenha sido de apenas 1 hora	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I49-1	Trabalho não remunerado para uma pessoa de família ou com vista a auto-abastecimento	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I49-2	Emprego ou negócio de que esteve ausente na semana anterior à entrevista	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I50	Actividade principal da empresa onde exerce a sua profissão principal	Indivíduo	Texto	-	-	-
I50.a)	Actividade principal da empresa onde exerce a sua profissão principal	Indivíduo	Categórico	-	V00554	3
I51	Número de pessoas que trabalham no estabelecimento da empresa ou organização onde exerce a sua profissão principal	Indivíduo	Categórico	-	V01640	1
I51.1	Número exacto de pessoas	Indivíduo	Contínuo => [1, 10]	Número	-	-
I52	Conhecimento do Número de horas por semana trabalhadas habitualmente na sua profissão principal	Indivíduo	Categórico	-	V02115	1
I52.1	Número de horas	Indivíduo	Contínuo => [1, 99]	Horas	-	-
I53	Trabalhos secundários	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1

ICOR 2010	Designação das Variáveis de Observação	Unidade Estatística	Domínio de valores	Unidade Medida	Classificação/ Versão	
					Designação	Nível
I54	Conhecimento do Número de horas por semana trabalhadas habitualmente nesse(s) trabalho(s) secundário(s)	Indivíduo	Categórico	-	V02115	1
I54.1	Número de horas	Indivíduo	Contínuo => [1, 99]	Horas	-	-
I55.a - I55.r	Razão para trabalhar menos de 30 horas por semana	Indivíduo	Categórico	-	V01655	1
I56	Mudança de trabalho principal nos últimos 12 meses	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I57	Razão principal pela qual deixou o trabalho anterior	Indivíduo	Categórico	-	V02109	1
I58.a - I58.r	Alterações à sua condição perante o trabalho	Indivíduo	Categórico	-	V02448	
I59	Rendimentos de trabalho por conta de outrem	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I60	Documentos disponíveis sobre rendimentos de trabalho por conta de outrem	Indivíduo	Categórico	-	V01658	1
I61.1	Rendimento bruto do trabalho dependente	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I61.2	Retenções na fonte de IRS	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I61.3	Contribuições obrigatórias para regimes de protecção social	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I62	Rendimento líquido mensal recebido como trabalhador por conta de outrem	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I63	Número de meses em que exerceu a actividade de trabalhador por conta de outrem	Indivíduo	Contínuo => [1, 12]	Número	-	-
I64	Remunerações adicionais	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I65	Valor anual líquido das remunerações adicionais	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I66	Retenção na fonte de IRS ou de contribuições para a Segurança Social	Indivíduo	Categórico	-	V01662	1
I67	Remunerações em espécie	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I68	Estimativa do valor anual das remunerações em espécie	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I69	Valor anual aproximado das remunerações em espécie (tabela de escalões)	Indivíduo	Categórico	-	V01656	1
I70	Automóvel ou outro veículo a motor da entidade empregadora para uso pessoal	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I70-1	Ano de matrícula do veículo	Indivíduo	Contínuo, formato: aaaa	Não tem	-	
I70-2	Marca do veículo	Indivíduo	Texto	-	-	
I70-3	Modelo/versão do veículo	Indivíduo	Texto	-	-	
I70-4	Cilindrada do veículo	Indivíduo	Contínuo =>[49, 6000]	Cm³	-	
I70-5	Potência do veículo (em cavalos)	Indivíduo	Contínuo =>[2, 600]	Cv	-	
I70-6	Meses de utilização do veículo	Indivíduo	Contínuo, formato: mm	Não tem		
I71	Trabalho/actividade por conta própria	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1

ICOR 2010	Designação das Variáveis de Observação	Unidade Estatística	Domínio de valores	Unidade Medida	Classificação/ Versão	
					Designação	Nível
I72	Documentos que dispõe para responder à questão dos rendimentos de trabalho por conta própria	Indivíduo	Categórico	-	V01659	1
I73	Regime fiscal (TPCP)	Indivíduo	Categórico	-	V01641	1
I74.1	Modelo 3/Anexo B - Vendas de mercadorias e produtos	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I74.2	Modelo 3/Anexo B - Prestações de serviços de actividades hoteleiras, restauração e bebidas	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I74.3	Modelo 3/Anexo B - Outras prestações de serviços e outros rendimento	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I74.4	Modelo 3/Anexo B - Propriedade intelectual	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I74.5	Modelo 3/Anexo B - Rendimentos de actividades financeiras	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I74.6	Modelo 3/Anexo B - Rendimentos sujeitos a retenção	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I74.7	Modelo 3/Anexo B - Retenções na fonte	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I74.8	Modelo 3/Anexo B - Pagamentos por conta	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I75.1	Modelo 3/Anexo C - Prejuízo apurado	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I75.2	Modelo 3/Anexo C - Lucro apurado	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I75.3	Modelo 3/Anexo C - Rendimentos sujeitos a retenção	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I75.4	Modelo 3/Anexo C - Retenções na fonte	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I75.5	Modelo 3/Anexo C - Pagamentos por conta	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I76	Resultado bruto anual desse trabalho/actividade (antes de retirar o IRS)	Indivíduo	Categórico	-	V01642	1
I76.1	Resultado positivo	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I76.2	Resultado negativo	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I77	Retenções ou pagamentos por conta de IRS referentes ao rendimento de trabalho por conta própria	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I78	Valor pago	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I79	Contribuições para a segurança social ou para um regime similar (obrigatório) a seu favor	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I780	Valor pago	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I81	Rendimentos de pensões	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I82	Declaração de IRS para consulta	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I83.1	Modelo 3 / Anexo A - Pensões	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I83.2	Modelo 3 / Anexo A - Rendas temporárias e vitalícias	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I83.3	Modelo 3 / Anexo A - Retenções na fonte	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I84.1 a)	Tipo de pensão	Indivíduo	Categórico	-	V02113	2
I84.1 b)	Valor anual da pensão	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
					
I85-1 a)	Tipo de pensão	Indivíduo	Categórico	-	V02113	2
I85-1 b)	Montante habitual	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I85-1 c)	Número de vezes recebida	Indivíduo	Contínuo => [1, 14]	Número	-	-
	...					

ICOR 2010	Designação das Variáveis de Observação	Unidade Estatística	Domínio de valores	Unidade Medida	Classificação/ Versão	
					Designação	Nível
I86	Outras prestações sociais	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I87.1. a)	Tipo de prestação social	Indivíduo	Categórico	-	V02113	2
I87.1. b)	Montante habitual de cada prestação	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I87.1. c)	Número de vezes recebida	Indivíduo	Contínuo => [1, 14]	Número	-	-
					
I88	Planos de pensões privados, pagos e organizados por si ou por algum familiar seu	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I89.1	Valor habitual de cada prestação	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I89.2	Número de prestações recebidas	Indivíduo	Contínuo => [1, 14]	Número	-	-
I90	Planos de pensões privados para seu benefício próprio, independentes do seu empregador ou entidades públicas	Indivíduo	Categórico	-	V00683	1
I91.1	Valor habitual de cada prestação	Indivíduo	Contínuo => [0,999999999]	Euro	-	-
I91.2	Número de prestações pagas	Indivíduo	Contínuo => [1, 14]	Número	-	-
I92	Pagamento adicional ou reembolso de IRS referente à declaração de rendimentos de 2009 ou de outros anos anteriores	Indivíduo	Categórico	-	V01663	1
I93	Valor pago adicionalmente	Indivíduo	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
I94	Valor obtido como reembolso	Indivíduo	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
I95	Declaração de rendimentos de 2009 de forma individual ou conjunta	Indivíduo	Categórico	-	V02110	1
I96. a)	Número de ordem dos indivíduos que apresentaram a declaração conjuntamente	Indivíduo	Contínuo => [1,20]	Não tem	-	-
I96. b)	Número de ordem interno dos indivíduos que apresentaram a declaração conjuntamente	Indivíduo	Texto	Não tem	-	-
I97.a)	Hora de término da entrevista ao indivíduo - Horas	Indivíduo	Contínuo => [1, 24]	Horas	-	-
I97.b)	Minutos de término da entrevista ao indivíduo - Minutos	Indivíduo	Contínuo => [1, 60]	Minutos	-	-
A9.a)	Número ordem do primeiro indivíduo titular do alojamento	ADP	Contínuo => [1,20]	Não tem	-	-
A9.b)	Número ordem interno do primeiro indivíduo titular do alojamento	ADP	Texto	Não tem	-	-
A10.a)	Número ordem do segundo indivíduo titular do alojamento	ADP	Contínuo => [1,20]	Não tem	-	-
A10.b)	Número ordem interno do segundo indivíduo titular do alojamento	ADP	Texto	Não tem	-	-
A11.a)	Número ordem do indivíduo que responde ao questionário do agregado	ADP	Contínuo => [1,20]	Não tem	-	-
A11.b)	Número ordem interno do indivíduo que responde ao questionário do agregado	ADP	Texto	Não tem	-	-
A12.a)	Hora de início da entrevista principal ao agregado - Horas	ADP	Contínuo => [1, 24]	Horas	-	-
A12.b)	Minutos de início da entrevista principal ao agregado - Minutos	ADP	Contínuo => [1, 60]	Horas	-	-
A13	Tipo de alojamento	ADP	Categórico	-	V02187	1
A14	Número de divisões habitáveis (≥ 4 m2) disponíveis para o agregado	ADP	Contínuo => [1,20]	Número	-	-
A15	Área útil aproximada do alojamento	ADP	Contínuo => [1, 1000]	m ²	-	-

ICOR 2010	Designação das Variáveis de Observação	Unidade Estatística	Domínio de valores	Unidade Medida	Classificação/ Versão	
					Designação	Nível
A16.1	Existência de instalação de banho ou duche no interior do alojamento	ADP	Categórico	-	V02111	1
A16.2	Existência de sanita com autoclismo, no interior do alojamento	ADP	Categórico	-	V02111	1
A17.1	Existência de tecto que deixa passar água, humidade nas paredes ou apodrecimento das janelas ou soalho	ADP	Categórico	-	V00180	1
A17.2	Existência de luz natural insuficiente num dia de sol	ADP	Categórico	-	V00180	1
A17.3	Existência de ruído sentido no alojamento, vindo dos vizinhos ou da rua	ADP	Categórico	-	V00180	1
A17.4	Existência de poluição, sujidade, mau cheiro ou outros problemas ambientais na zona causados pelo trânsito	ADP	Categórico	-	V00180	1
A17.5	Existência de crime, violência ou vandalismo	ADP	Categórico	-	V00180	1
A18	Ano da ocupação do alojamento	ADP	Contínuo; formato: aaaa	Não tem	-	-
A19	Regime de ocupação do alojamento	ADP	Categórico	-	V01645	1
A19-1	Alojamento cedido ou apoiado pela entidade patronal	ADP	Categórico	-	V00683	1
A20	Pagamento de prestações por créditos à habitação	ADP	Categórico	-	V00683	1
A21n	Prestação mensal pelo agregado no ultimo extracto	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A22n	Juros pagos pelo agregado no ultimo extracto	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A23n	Valor aproximado dessa prestação mensal, através da seguinte tabela de escalões	ADP	Categórico	-	V01651	1
A24n	Valor aproximado do juro mensal, através da seguinte tabela de escalões	ADP	Categórico	-	V01651	1
A25	Estimativa do valor a pagar pelo arrendamento mensal deste alojamento	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A26	Valor aproximado dessa renda mensal, através da seguinte tabela de escalões	ADP	Categórico	-	V01651	1
A27	Valor mensal real da renda da casa paga pelo agregado	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A28	Subsídio de renda ou outro contributo semelhante do Estado recebido	ADP	Categórico	-	V00683	1
A29	Valor mensal desse subsídio ou outro benefício pago ao agregado	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A30	Tipo de serviços pagos	ADP	Categórico	-	Tabela Tipo de serviços	1
A30.a)	Existência de pagamento de serviços	ADP	Categórico	-	V00180	1
A30.b)	Periodicidade de pagamento de serviços	ADP	Categórico	-	V01646	1
A30.c)	Valor do último pagamento	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A31	Peso para o agregado dos custos relacionados com este alojamento	ADP	Categórico	-	V01647	1
A32.1	Telefone fixo, ou pelo menos um membro com telemóvel	ADP	Categórico	-	V01664	1
A32.2	Televisão a cores	ADP	Categórico	-	V01664	1
A32.3	Computador pessoal, portátil ou de secretária	ADP	Categórico	-	V01664	1

ICOR 2010	Designação das Variáveis de Observação	Unidade Estatística	Domínio de valores	Unidade Medida	Classificação/ Versão	
					Designação	Nível
A32.4	Máquina de lavar roupa	ADP	Categórico	-	V01664	1
A32.5	Automóvel (desde que não seja exclusivamente para trabalho)	ADP	Categórico	-	V01664	1
A32.6	Serviços domésticos	ADP	Categórico	-	V01664	1
A33.1	Capacidade financeira para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado	ADP	Categórico	-	V00683	1
A33.2	Capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias	ADP	Categórico	-	V00683	1
A33.3	Capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida	ADP	Categórico	-	V00683	1
A34	Prestações relativas a empréstimos ao consumo ou à utilização de cartão de crédito	ADP	Categórico	-	V00683	1
A35	Peso para o agregado das prestações (não relativas ao alojamento)	ADP	Categórico	-	V01647	1
A36.1	Atrasos nos pagamentos das rendas ou prestações de crédito à habitação relativas à residência principal	ADP	Categórico	-	V01665	1
A36.2	Atrasos nos pagamentos das despesas correntes (água, electricidade, gás e condomínio) relativas à residência principal	ADP	Categórico	-	V01665	1
A36.3	Atrasos nos pagamentos das despesas não relacionadas com a residência principal - empréstimos para compra de bens ou serviços (por exemplo, para automóvel, férias, mobiliário, computador, roupa), utilização de cartão de crédito, leasings, ...	ADP	Categórico	-	V01665	1
A37	Capacidade para pagar uma despesa inesperada (sem recurso a empréstimo)	ADP	Categórico	-	V01666	1
A38	Gestão das despesas usuais pelo agregado	ADP	Categórico	-	V01648	1
A39	Rendimento mínimo mensal necessário para fazer face às despesas habituais	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A40	Terrenos arrendados, com o objectivo de conseguir rendimentos	ADP	Categórico	-	V00683	1
A40.a)	Valor anual recebido		Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A41	Edifícios arrendados, com o objectivo de conseguir rendimentos	ADP	Categórico	-	V00683	1
A41.a)	Valor anual recebido		Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A42	Sujeição dos rendimentos a IRS	ADP	Categórico	-	V00683	1
A43	Valor da retenção de IRS	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A44	Recebimento de rendimentos de capital	ADP	Categórico	-	V00683	1
A45	Valor anual recebido de rendimentos de capital	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-

ICOR 2010	Designação das Variáveis de Observação	Unidade Estatística	Domínio de valores	Unidade Medida	Classificação/ Versão	
					Designação	Nível
A46	Valor aproximado através da seguinte tabela de escalões	ADP	Categórico	-	V01652	1
A47	Rendimento de indivíduos até 16 anos (inclusive)	ADP	Categórico	-	V00683	1
A48	Valor líquido recebido	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A49	Número de vezes/ ano recebido o valor que indicou	ADP	Contínuo => [1, 52]	Número	-	-
A50	Sujeição dos rendimentos a IRS	ADP	Categórico	-	V00683	1
A51	Valor da retenção de IRS	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A52	Pagamento regular de apoio monetário a outro(s) agregado(s) ou indivíduo(s)	ADP	Categórico	-	V00683	1
A53.1a)	Valor pago por transferência	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A53.1b)	Número de transferências pagas	ADP	Contínuo => [1, 52]	Número	-	-
					
A54	Recebimento regular de apoio monetário vindo de outro(s) agregado(s) ou indivíduo(s)	ADP	Categórico	-	V00683	1
A55.1a)	Valor recebido por transferência	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A55.1b)	Número de transferências recebidas	ADP	Contínuo => [1, 52]	Número	-	-
					
A56	Pagamento de IMI ou outros impostos sobre o património	ADP	Categórico	-	V00683	1
A57	Valor pago	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A58	Valor aproximado do imposto pago (tabela de escalões)	ADP	Categórico	-	V01653	1
A59	Autoconsumo alimentar	ADP	Categórico	-	V00683	1
A60	Rendimento anual obtido pelo agregado pelo facto de ter autoconsumo alimentar	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A61	Valor anual aproximado do autoconsumo do agregado (tabela de escalões)	ADP	Categórico	-	V01654	1
A62	Pagamento de prestações de crédito à habitação principal	ADP	Categórico	-	V00683	1
A63	Conhecimento do valor anual dos juros que o agregado pagou	ADP	Categórico	-	V00683	1
A64	Valor anual pago pelo agregado	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A65	Valor anual das prestações pagas do crédito à habitação	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A66	Bonificação da taxa de juro do crédito à habitação	ADP	Categórico	-	V00683	1
A67	Recebimento de subsídio de renda ou outro contributo semelhante do Estado	ADP	Categórico	-	V00683	1
A68	Valor anual recebido pelo agregado	ADP	Contínuo => [0,999999]	Euro	-	-
A69.a)	Hora de término da entrevista ao agregado - Horas	Individuo	Contínuo => [1, 24]	Horas	-	-
A69.b)	Minutos de término da entrevista ao agregado - Minutos	Individuo	Contínuo => [1, 60]	Minutos	-	-

	Designação das Variáveis de Observação	Unidade Estatística	Domínio de valores	Unidade Medida
HY010	Rendimento bruto total do agregado	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY020	Rendimento total disponível do agregado	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY022	Rendimento total disponível do agregado antes de transferências sociais excepto pensões	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
	Rendimento total disponível do agregado antes de transferências sociais incluindo pensões		Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY023	Renda imputada	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY030 G/N	Rendimentos de propriedades	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY040 G/N	Subsídios para protecção à criança/família	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY050 G/N	Outros apoios monetários estatais por exclusão social	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY070 G/N	Apoio monetário estatal à habitação	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY080 G/N	Transferências monetárias regulares entre agregados - recebidas	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY090 G/N	Rendimentos de capital	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY100 G/N	Juro pago por crédito à habitação com hipoteca	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY110 G/N	Rendimentos obtidos por menores de 15 anos	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY120 G/N	Impostos regulares à riqueza e património	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY130 G/N	Transferências monetárias regulares entre agregados - doadas	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY131 G/N	Pensões de alimentos pagas (obrigatórias e voluntárias)	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY140 G/N	Impostos sobre o rendimento e contribuições para a segurança social	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY145 G/N	Pagamentos adicionais ou devoluções de valor por acerto de impostos	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HY170 G/N	Valor dos bens produzidos para consumo próprio	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY010 G/N	Rendimento monetário ou similar do trabalho por conta de outrem	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY020 G/N	Rendimento não monetário do trabalho por conta de outrem	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY030 G	Contribuições dos empregadores para a Segurança Social	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY035 G/N	Contribuição para plano privado de reforma individual	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY050 G/N	Rendimento monetário/perdas do trabalho por conta própria	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY080 G/N	Rendimento monetário de planos privados de pensões	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY090 G/N	Prestações sociais monetárias por desemprego	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY100 G/N	Prestações sociais monetárias por velhice	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY110 G/N	Prestações sociais monetárias de sobrevivência por morte do cônjuge	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY120 G/N	Prestações sociais monetárias por doença ou acidente	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY130 G/N	Prestações sociais monetárias por protecção na invalidez	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY140 G/N	Prestações sociais monetárias relacionadas com a educação	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
PY200 G	Rendimento bruto mensal do trabalho por conta de outrem	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro

HH060	Renda	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HH061	Renda subjectiva	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
HH070	Custo total mensal com o alojamento	ADP	Contínuo => [1-999999.99]	Euro
	Idade	Indivíduo	Contínuo => [1-110]	Anos
	Nº de adultos no agregado	ADP	Contínuo => [1-15]	N.º
	Nº de crianças no agregado	ADP	Contínuo => [1-15]	Nº
	Dimensão do agregado	ADP	Contínuo => [1-20]	Nº
	Dimensão do agregado (Escala modificada da OCDE)	ADP	Contínuo => [1-10]	Nº
	Rendimento por adulto equivalente	Indivíduo	Contínuo => [1-999999.99]	Euro

Tabela: Tipo de serviços

Nível	Código	Designação
1	1	Água
1	2	Electricidade
1	3	Gás ou outros combustíveis
1	4	Despesa com condomínio
1	5	Taxa de saneamento ou esgotos
1	6	Pequenas reparações/manutenções
1	7	Seguro do alojamento
1	8	Outros (limpeza de fossa, ...)

Tabela: Ocupação do tempo das crianças

Nível	Código	Designação
1	1	Educação em escola do ensino pré-escolar
1	2	Educação em escola de ensino obrigatório
1	3	Ocupação de tempos livres no ensino pré-escolar ou obrigatório (na própria escola ou em outra), antes ou depois das aulas
1	4	Creche (menos de 3 anos), Centro de dia ou outra organização similar
1	5	Ao cuidado de pessoa remunerada (ama, baby-sitter, ...) na casa desta ou na da criança
1	6	Ao cuidado de pessoa não remunerada (familiares, vizinhos, etc.)

Tabela: Situação do indivíduo

Nível	Código	Designação
1	1	Indivíduo da amostra
1	2	Co-residente

ANEXO 3

35. Informação a disponibilizar

Indicador		Variável medida			Dimensões de análise					
					código	data início vigência	designação	Classificação/ versão associada		
		código	data início vigência	designação				código	designação	nível
0004212	Coeficiente de Gini (%); Anual	4701	08-07-2010	Coeficiente de Gini (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
0004213	Desigualdad e na distribuição de rendimentos S80/S20 (%); Anual	4702	08-07-2010	Desigualdad e na distribuição de rendimentos S80/S20 (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
0004214	Desigualdad e na distribuição de rendimentos S90/S10 (%); Anual	4703	08-07-2010	Desigualdad e na distribuição de rendimentos S90/S10 (%)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
0004206	Taxa de risco de pobreza (Após transferência s sociais - %) por Sexo e Grupo etário; Anual	4705	08-07-2010	Taxa de risco de pobreza (Após transferência s sociais - %)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					310	01-01-2005	Sexo	00305	Sexo (difusão-HM)	2
					3448	08-05-2007	Grupo etário	00910	Grupos de Idades - Variante 13	2
0004219	Taxa de risco de pobreza (Após transferência s sociais - %) por Sexo e Regime de ocupação; Anual	4705	08-07-2010	Taxa de risco de pobreza (Após transferência s sociais - %)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					310	01-01-2005	Sexo	00305	Sexo (difusão-HM)	2
					3445	08-05-2007	Regime de ocupação	00907	Regime de ocupação do alojamento	2
0004207	Taxa de risco de pobreza	4706	08-07-2010	Taxa de risco de pobreza	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-

	(Após transferência s relativas a pensões - %) por Sexo e Grupo etário; Anual			(Após transferência s relativas a pensões - %)	3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					310	01-01-2005	Sexo	00305	Sexo (difusão-HM)	2
					3448	08-05-2007	Grupo etário	00910	Grupos de Idades - Variante 13	2
0004208	Taxa de risco de pobreza (Antes de qualquer transferência social - %) por Sexo e Grupo etário; Anual	4707	08-07-2010	Taxa de risco de pobreza (Antes de qualquer transferência social - %)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					310	01-01-2005	Sexo	00305	Sexo (difusão-HM)	2
					3448	08-05-2007	Grupo etário	00910	Grupos de Idades - Variante 13	2
0004211	Taxa de risco de pobreza (Após transferência s sociais - %) da população residente com 18 e mais anos de idade por Sexo e Condição perante o trabalho (Mais frequente); Anual	4708	08-07-2010	Taxa de risco de pobreza (Após transferência s sociais - %) da população residente com 18 e mais anos de idade	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					310	01-01-2005	Sexo	00305	Sexo (difusão-HM)	2
					4709	24-06-2008	Condição perante o trabalho (Mais frequente)	01246	Situação de actividade (ICOR)	2
0004215	Dispersão do limiar do risco de pobreza - após transferência s sociais (70% da mediana - %); Anual	4710	08-07-2010	Dispersão do limiar do risco de pobreza - após transferência s sociais (70% da mediana - %)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
0004216	Dispersão do limiar do risco de pobreza - após transferência s sociais (50% da mediana - %); Anual	4711	08-07-2010	Dispersão do limiar do risco de pobreza - após transferência s sociais (50% da mediana - %)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
0004217	Dispersão do limiar do risco de pobreza - após transferência s sociais (40% da mediana - %); Anual	4712	08-07-2010	Dispersão do limiar do risco de pobreza - após transferência s sociais (40% da mediana - %)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1

0004209	Taxa de risco de pobreza (%) da população residente em agregados domésticos privados com crianças dependentes por Intensidade laboral; Anual	4713	08-07-2010	Taxa de risco de pobreza (%) da população residente em agregados domésticos privados com crianças dependentes	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					4715	24-06-2008	Intensidade laboral	01244	Escala de intensidade laboral anual (ICOR 1)	1
0004210	Taxa de risco de pobreza (%) da população residente em agregados domésticos privados sem crianças dependentes por Intensidade laboral; Anual	4714	08-07-2010	Taxa de risco de pobreza (%) da população residente em agregados domésticos privados sem crianças dependentes	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1
					4716	24-06-2008	Intensidade laboral	01245	Escala de intensidade laboral anual (ICOR 2)	1
0004218	Limiar de risco de pobreza (€); Anual	4719	08-07-2010	Limiar de risco de pobreza (€)	190	03-08-2005	Período de referência dos dados	-	-	-
					3024	23-04-2007	Local de residência	00320	NUTS 2002 completa (lista cumulativa - PT, NUTS I, II, III, CC, FR)	1